

# IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 441 - Ano XIV - 28/04/2014

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (online)



## Governos Lula e Dilma. O mundo do trabalho 12 anos depois



Foto: Antonio Cruz/ABr - Creative Commons

### **Claudio Dedecca:**

Para superar a agenda da produtividade e do consumo

### **Ruy Braga:**

A política do precariado no mundo do trabalho

### **Ricardo Antunes:**

O conjunto do governo dos trabalhadores é negativo

EMAI

### **Josef Brüseke:**

A questão da técnica e da antropotécnica em Sloterdijk

### **Valter Bezerra:**

A tecnociência ultrapassa as fronteiras das comunidades científicas

### **Nikelen Witter:**

Curandeirismo e práticas de cura na historiografia do RS

# Governos Lula e Dilma.

## O mundo do trabalho 12 anos depois

**P**or ocasião do Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora, que ocorre dia 1º de maio, a **IHU On-Line**, mantendo a tradição dos anos anteriores, aproveita o momento para levantar questões referentes ao mundo do trabalho. Após 12 anos de gestão do Partido dos Trabalhadores – PT, com os governos Lula e Dilma, quais são os avanços, os limites e os desafios do mundo do trabalho no Brasil, hoje?

**Cesar Sanson**, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, faz um balanço das gestões do PT e descreve os desafios no atual cenário brasileiro, contextualizando o debate proposto pela edição desta semana. Por sua vez, **Ricardo Antunes**, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, analisa a proximidade entre o governo Lula e os grandes capitais, reconhecendo que houve avanços na formalização do trabalho e no aumento do salário mínimo.

**Claudio Dedecca**, também da Unicamp, aborda os desafios do desenvolvimento aliado à redução da desigualdade, avaliando que os governos Lula e Dilma significaram conquistas em termos de produtividade e consumo. Adverte, entretanto, que o cenário atual apresenta novos desa-

fiões ao campo do trabalho e da geração de renda.

**Dari Krein**, professor no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – Cesit, na Unicamp, constata que os avanços na agenda do trabalho estão relacionados à formalização do emprego, mas a flexibilização continua sendo um dos principais enfraquecedores dos direitos trabalhistas.

A mudança no paradigma sindical nos governos do PT é o tema de **Roberto Véras**, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Segundo ele, mesmo que as negociações coletivas tenham apresentado avanços, o Brasil ainda carece de mudanças estruturais nas dinâmicas sociais do trabalho.

Por fim, **Ruy Braga**, da Universidade de São Paulo – USP, debate a precarização do mundo do trabalho, analisando os 12 anos de governo petista no Brasil a partir de reformas e programas políticos e dos incentivos à formalização.

Outras entrevistas completam esta edição. **Franz Josef Brüseke**, da Universidade Federal de Sergipe, aborda a questão da técnica e da antropotécnica na obra de Peter Sloterdijk, questionando aquele que seria o outro lado do abismo descrito por Martin Heidegger e desvelado pela técnica desenfreada.

O tema faz parte da palestra que Brüseke ministra nesta segunda-feira, dia 28 de abril, às 19h30min, no Instituto Humanistas Unisinos – IHU, parte do III Seminário que prepara o **XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea.**

**Nikelen Acosta Witter**, do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, investiga as relações do homem com doenças e epidemias ao longo da história na entrevista *Dizem que foi feitiço – Curandeirismo e práticas de cura na historiografia do RS*. Por sua vez, **Valter Bezerra**, da USP, em *A tecnociência ultrapassa as fronteiras das comunidades científicas*, analisa a racionalidade científica e as vicissitudes de sua prática e contingências.

Por ocasião da memória da execução de Dietrich Bonhoeffer, pastor luterano e teólogo alemão, no dia 9 de abril de 1945, no campo de concentração nazista de Flossenbrück, publicamos uma entrevista com **Harald Malschitzky**, pastor e teólogo luterano, sob o título *A onipotência e a debilidade de Deus na teologia de Bonhoeffer*.

A todas e a todos uma boa leitura, uma excelente semana. Viva o 1º de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora!



Instituto Humanitas  
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.  
Unisinos, 950,  
São Leopoldo/RS.  
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.

E-mail: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.  
Gerente Administrativo: Jacinto  
Schneider ([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br)).

IHU

**IHU On-Line** é a revista  
semanal do Instituto  
Humanitas Unisinos – IHU  
ISSN 1981-8769.

**IHU On-Line** pode ser  
acessada às segundas-feiras,  
no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br).

Sua versão impressa circula em  
terças-feiras, a partir das 8h,  
na Unisinos.

### REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio  
Neutzling ([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br)).

Redação: Inácio Neutzling,  
Andriolli Costa MTB 896/MS  
([andriolibc@unisinos.br](mailto:andriolibc@unisinos.br)),  
Luciano Gallas MTB 9660  
([lucgallas@unisinos.br](mailto:lucgallas@unisinos.br)),  
Márcia Junges MTB 9447  
([mjunges@unisinos.br](mailto:mjunges@unisinos.br)),  
Patrícia Fachin MTB 13.062  
([prfachin@unisinos.br](mailto:prfachin@unisinos.br)) e  
Ricardo Machado MTB 15.598  
([ricardom@unisinos.br](mailto:ricardom@unisinos.br)).  
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,  
André Langer e Darli Sampaio,  
do Centro de Pesquisa e Apoio  
aos Trabalhadores – CEPAT, de  
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência  
Experimental de Comunicação  
da Unisinos – Agexcom.

Editoração: Rafael Tarcísio  
Forneck

Atualização diária do sítio:  
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,  
Fernando Dupont, Juliete Rosy  
de Souza, Suélen Farias e Julian  
Kober

# LEIA NESTA EDIÇÃO

## TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Cesar Sanson** – O trabalho na Era Lula/Dilma: Ganhos conjunturais, ‘perdas’ estruturais
- 8 **Ricardo Antunes** – “O governo Lula foi uma surpresa muito bem-sucedida para os grandes capitais”
- 12 **Claudio Dedecca** – Foco no mundo do trabalho como superação da agenda da produtividade e do consumo
- 15 **José Dari Krein** – Formalização e flexibilização – avanços e retrocessos no mundo do trabalho
- 20 **Ruy Braga** – A política do precariado no mundo do trabalho
- 23 **Roberto Véras** – O governo do PT e a mudança no paradigma sindical
- 26 **Baú da IHU On-Line**

## DESTAQUES DA SEMANA

- 28 **Destques On-Line**
- 32 **Nikelen Acosta Witter** – Dizem que foi feitiço – Curandeirismo e práticas de cura na historiografia do RS
- 35 **Valter Bezerra** – A tecnociência ultrapassa as fronteiras das comunidades científicas
- 40 **Teologia Pública** – A onipotência e a debilidade de Deus na teologia de Bonhoeffer

## IHU EM REVISTA

- 44 **Agenda de Eventos**
- 47 **Franz Josef Brüseke** – A questão da técnica e da antropotécnica em Sloterdijk
- 50 **Publicações em destaque** – Cadernos IHU Ideias
- 51 **Retrovisor**



[twitter.com/ihu](https://twitter.com/ihu)



<http://bit.ly/ihuon>



[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

# Tema de Capa

Destques  
da Semana

IHU em  
Revista

# O trabalho na Era Lula/Dilma: Ganhos conjunturais, ‘perdas’ estruturais

POR CESAR SANSON

“São inegáveis os ganhos dos trabalhadores sob a hegemonia do PT nesses doze anos de poder. Houve conquistas conjunturais, porém, mudanças substanciais de natureza estrutural que poderiam dar ganhos perenes aos trabalhadores não foram realizadas”. A opinião é de Cesar

Sanson, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em artigo para a **IHU On-Line**. O artigo é uma síntese da análise da Conjuntura da Semana publicada na página do IHU, em maio do ano passado.

**Eis o artigo.**

No palanque do 1º de maio de 2012, o ministro Gilberto Carvalho<sup>1</sup> – principal interlocutor do governo junto ao movimento sindical – afirmou: “Estamos felizes. No 1º de Maio na Europa, os trabalhadores estão fazendo protestos e aqui o clima é outro, de pleno emprego, economia crescendo e distribuição de renda (...) nos últimos dez anos, a classe trabalhadora deixou de ser marginalizada e passou a ser contemplada, efetivamente por políticas sérias de governo de inclusão social”<sup>2</sup>.

São inegáveis os ganhos dos trabalhadores sob a hegemonia do PT nesses doze anos de poder. Houve conquistas, sobretudo conjunturais, porém, mudanças substanciais de na-

tureza estrutural que poderiam dar ganhos perenes aos trabalhadores não foram realizadas.

Nos últimos anos, assistiu-se a diminuição do desemprego com acentuada oferta de postos de trabalho de carteira assinada, o aumento real dos salários e a mobilidade social ascendente de milhares de brasileiros. Esses foram os principais ganhos conjunturais. Mesmo esses ganhos, porém, precisam ser matizados. Apesar do incontestável crescimento do assalariamento e da recomposição salarial, os salários, na média, ainda são muito baixos<sup>3</sup>.

Mais de 90% das ocupações criadas na última década são de até 1,5 salário mínimo. O valor do salário mínimo no país, em que pese o seu aumento real, ainda se mantém distante do valor digno preconizado pela

Constituição brasileira. É preciso destacar também que persistem muitas ocupações precárias e o desemprego disfarçado em que pessoas entram nas estatísticas como ocupadas, mas na verdade estão em situação precária, procurando novas ocupações, percebendo rendimentos do mercado informal, e muitas vezes sequer recebendo.

Outro dado significativo é de que parte substantiva dos empregos gerados é terceirizada, e emprego terceirizado é, via de regra, emprego precário. Estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese, revelam que o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada semanal de trabalho de três horas a mais e ganha 27% menos. Ainda mais, a cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados. Pior ainda, a terceirização presta-se como mecanismo de desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

1 Gilberto Carvalho (1951): político brasileiro e atualmente ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. (Nota da IHU On-Line)

2 Ver Frases do Dia, no sítio do IHU, em 02-05-2012, disponível em <http://bit.ly/frasesihu020512>. (Nota da IHU On-Line)

3 Desde 01-01-2014, o salário mínimo no Brasil é de R\$ 724. Recentemente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias enviada ao Congresso Nacional prevê aumento para R\$ 779. (Nota da IHU On-Line)

Faz-se necessário observar ainda que perduram os altos índices de rotatividade no trabalho, e o que é pior, crescimento assustador do número dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais. Não é um exagero afirmar que a integridade física dos trabalhadores brasileiros está em perigo. As condições precárias de trabalho acidentam anualmente cerca de 500 mil trabalhadores, chegando a 2,5 mil mortos.

Ao mesmo tempo, portanto, que não se pode deixar de reconhecer a expansão do emprego com carteira assinada e a política de valorização do salário mínimo, é preciso admitir que o mercado de trabalho brasileiro permanece bastante precário. Considerando-se, entretanto, as décadas perdidas do período anterior, anos 80 e 90, é indiscutível que a realidade melhorou consideravelmente para o conjunto dos trabalhadores. Nessa perspectiva é que se chega à conclusão de que após uma década sob a hegemonia do PT no poder têm-se ganhos conjunturais para os trabalhadores e trabalhadoras.

No rol de avanços no mundo do trabalho da Era petista inclui-se ainda a melhora na relação com o movimento operário. Apesar das tensões, o governo nunca deixou de conversar com as centrais sindicais e estabelecer mesas de negociação. Diferentemente de governos anteriores, respeitou-se e não se criminalizou o movimento sindical. Ainda mais, muitos militantes do movimento operário, particularmente sindical, assumiram postos relevantes no governo facilitando canais de diálogo com a agenda do movimento sindical. Desde a chegada de Lula ao poder, por outro lado, a porção majoritária do movimento sindical brasileiro tem estado ao lado do governo. Com exceção da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas<sup>4</sup> e

4 CSP- Conlutas - Central Sindical e Popular: fundada em 2010 no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em Santos, uniu as experiências de organizações sindicais e populares agrupadas em movimentos distintos como o MTST, MUST, MTL e outras. (Nota da IHU On-Line)

## “Ao mesmo tempo que não se viu ousadia do governo com a agenda do mundo do trabalho, assistiu-se abertura à agenda do capital, financeiro, produtivo e agrário”

da Intersindical, oriundas de cisões na Central Única dos Trabalhadores – CUT<sup>5</sup>, as demais centrais por afinidade ideológica com o modelo (CUT) ou por conveniência e pragmatismo (Força Sindical) perfilam-se no apoio ao governo.

Feito esse primeiro balanço positivo da década petista *vis a vis* ao mundo trabalho, percebe-se que avanços estruturais na agenda do trabalho não acompanharam os ganhos conjunturais. Considerando-se a trajetória das forças políticas que assumiram o Palácio do Planalto, esperava-se uma agenda mais ousada. O que se viu, porém, foi uma pauta conservadora.

Acuado pela enorme pressão exercida pelo mercado financeiro e fiel à ‘Carta ao Povo Brasileiro’, Lula<sup>6</sup> man-

5 Central Única dos Trabalhadores (CUT): organização sindical brasileira fundada em 1983 durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. É historicamente relacionada ao Partido dos Trabalhadores. (Nota da IHU On-Line)

6 Luiz Inácio Lula da Silva (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo,

teve a macroeconomia da Era FHC<sup>7</sup> e deu início à Reforma da Previdência que à época sinalizou o forte compromisso do governo com o ajuste fiscal. A Reforma da Previdência que começou na esfera pública e avançou para a esfera privada significou perdas para os trabalhadores. Com exceção da política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, a agenda do trabalho do “governo dos trabalhadores” começou regressiva.

Bandeiras históricas da luta operária e camponesa não entraram na pauta, apenas na retórica. A redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas e a Reforma Agrária nunca foram prioridades. A Era Lula/Dilma<sup>8</sup> não teve coragem de afrontar o capital produtivo e o agronegócio. Pode-se invocar a conjuntura internacional e a ausência de uma sólida base de apoio no Congresso como justificativa das dificuldades na implementação dessa agenda, o fato, porém, é que essas ‘bandeiras’ não fizeram parte da agenda do governo. Passados quase década e meia da hegemonia petista no poder, a redução da jornada de trabalho e a Reforma Agrária – reformas estruturantes – continuam imobilizadas. No caso da redução da jornada de trabalho, sequer o governo nomeou uma comissão para debater o assunto.

Ao mesmo tempo que não se viu ousadia do governo com a agenda do

que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). (Nota da IHU On-Line)

7 Fernando Henrique Cardoso (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. FHC ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994), com a instauração do Plano Real para combater à inflação. (Nota da IHU On-Line)

8 Dilma Rousseff: economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente ocupa a Presidência da República desde 2010. (Nota da IHU On-Line)

mundo do trabalho, assistiu-se abertura à agenda do capital, financeiro, produtivo e agrário: Compromisso com o ajuste fiscal e monetário de interesse do capital financeiro, desonerações tributárias para o capital produtivo e generosos subsídios ao agronegócio.

Outro aspecto de regressividade no mundo do trabalho diz respeito à desindustrialização. Estima-se que o peso da indústria de transformação na economia nacional foi na ordem de 30% nos anos 70 e hoje estaria na ordem de 20% nas avaliações mais otimistas. As implicações desse cenário para o mercado de trabalho são grandes. Os melhores salários encontram-se na indústria de bens manufaturados e é nesse setor que as categorias de trabalhadores e os seus sindicatos conquistam convenções coletivas mais avançadas, o que “puxa” a pauta de reivindicações do conjunto dos trabalhadores “para cima”.

Embora as causas da desindustrialização sejam múltiplas e complexas e não se possa culpabilizar apenas o governo por esse processo, é bom lembrar que na Era Lula/Dilma foram anunciados reiterados ‘pacotes’ com uma extensa pauta de desonerações

## “As condições precárias de trabalho acidentam anualmente cerca de 500 mil trabalhadores, chegando a 2,5 mil mortos”

tributárias favorecendo o capital produtivo. Nesse contexto, poder-se-ia perguntar: Por que não criar mecanismos de desoneração para a diminuição da jornada de trabalho? Pior ainda, sequer o governo condicionou as isenções tributárias – a mais utilizada foi redução do IPI – com o compromisso da manutenção do emprego.

O que se viu nessa última década foi que proporcionalmente ao encolhimento da indústria junto ao PIB brasileiro, assistiu-se ao crescimento

da economia baseada em produtos primários, a denominada *commoditização* ou ainda reprimarização da economia, com o avanço do agronegócio e da mineração. A pauta de exportações brasileira hoje é feita, sobretudo, de produtos básicos, de *commodities* e mercadorias de baixa tecnologia ou que pouco ou quase nada agrega no aumento da massa salarial.

No balanço da quase década e meia do PT no plano federal, a percepção é de que no governo há certa postura de “tarefa cumprida” na relação com o mundo do trabalho. Essa postura se traduz na ideia de que na Era Lula/Dilma houve grande geração de empregos, aumento real do salário mínimo, oferta de crédito e aumento do poder de consumo.

Uma leitura mais rigorosa, entretanto, mesmo considerando que desde os anos 80 assiste-se a uma forte e contínua ofensiva do capital frente ao trabalho, é de que um governo que se autodenomina de esquerda poderia ter feito muito mais. Contentou-se com os ganhos conjunturais, porém, não teve a ousadia em avançar em reformas estruturais.

# LEIA OS CADERNOS IHU

## NO SITE DO IHU

### WWW.IHU.UNISINOS.BR

# “O governo Lula foi uma surpresa muito bem-sucedida para os grandes capitais”

Para Ricardo Antunes, apesar dos avanços na formalização do trabalho e no aumento do salário mínimo, o Partido dos Trabalhadores permitiu o enriquecimento de inúmeros setores privados

POR RICARDO MACHADO | COLABOROU: CESAR SANSON

O entusiasmo econômico e desenvolvimentista expresso em planilhas e levantamentos sobre as taxas de desemprego no país, sustentado pelo governo federal nos últimos três mandatos presidenciais, contrapõe-se a uma análise mais crítica quando se tem em conta a conjuntura do trabalho no Brasil. “Naturalmente, sabemos que durante esse período foram criados inúmeros empregos, e, sob este ponto de vista, comparado ao governo Fernando Henrique Cardoso, não há dúvida de que os governos Lula e Dilma foram superiores ao anterior. Digo que no conjunto é negativo, porque o Brasil não sofreu mudanças estruturais no que concerne ao trabalho”, analisa Ricardo Antunes, em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**. “Aumentaram os empregos formais, o que também é positivo, mas há uma enorme rotatividade da força de trabalho no país, aumentou intensamente o trabalho no setor de serviços, dando nascimento a um novo proletariado precarizado. Trata-se de um emprego em que a precarização é a constante”, complementa.

Ao fazer um balanço do mundo do trabalho nestes quase 12 anos de governo do PT à frente do Executivo federal, Ricardo Antunes considera que, no geral, a média é negativa. “O triste e recente episódio do enriquecimento de inúmeros setores envolvidos na Copa da Fifa<sup>1</sup> e o monumental descontentamento popular da juventude, deste novo precariado

não industrial mas de serviços, desta juventude que pega trem, ônibus e sai da periferia para trabalhar na cidade, demonstra contrariedade a esse processo, o que, por certo, não permite que meu balanço seja positivo”, avalia. “Isto é, o governo Lula foi uma surpresa muito bem-sucedida para os grandes capitais. Por isso, vários dos setores querem a volta dele, e não é por acaso que Delfim Neto vive elogiando o governo”, frisa.

Ricardo Antunes possui mestrado e doutorado em Ciências Sociais, respectivamente pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e pela Universidade de São Paulo – USP. Realizou pós-doutorado na *University of Sussex*, no Reino Unido, e obteve o título de Livre Docência pela Unicamp, onde atualmente é professor titular de Sociologia. É organizador de *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2006) e de *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil Vol. II* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013) e autor, entre outras obras, de *O continente do labor* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2011), *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho* (São Paulo: Cortez, 2010) e *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo Editorial, 1999) – a última, publicada nos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda, Itália, Argentina, Venezuela e Colômbia.

Confira a entrevista.

<sup>1</sup> **Copa da Fifa:** o torneio de seleções mundial que será realizado no Brasil, em 2014, é tema de inúmeras reportagens, entrevistas e artigos no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e foi, inclusive, tema de capa da edição 442 da **IHU On-Line**, de 10-06-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon422>. (Nota da **IHU On-Line**)

**IHU On-Line – Passados quase três mandatos do governo do PT, que em 2014 completa 12 anos ininterruptos, que balanço é possível de ser feito com relação ao mundo do trabalho?**

**Ricardo Antunes** – O balanço, no seu conjunto, é negativo. Naturalmente, sabemos que durante esse período foram criados inúmeros empregos, e, sob este ponto de vista, comparado ao governo Fernando Henrique Cardoso<sup>2</sup>, não há dúvida de que os governos Lula<sup>3</sup> e Dilma<sup>4</sup> foram superiores ao anterior. Digo que no conjunto é negativo, porque o Brasil não sofreu mudanças estruturais no que concerne ao trabalho. Por exemplo, aumentaram os empregos formais, o que também é positivo, mas há uma enorme rotatividade da força de trabalho no país, aumentou intensamente o trabalho no setor de serviços, dando nascimento a um novo proletariado precarizado. Trata-se de um emprego em que a precarização é a constante. A formalização, quando existe, também é quebrada pela rotatividade ampliada. Reconheço que o governo Lula tomou algumas medidas que diminuíram o impacto da formalidade, mas é importante lembrar também que, no final do primeiro mandato, ele foi o responsável por um proje-

to de reforma trabalhista, no âmbito sindical, especialmente, que criava uma brecha para que o negociado se sobrepusesse ao legislado. Portanto, fazendo um olhar de conjunto, podemos dizer que o governo Lula foi menos nefasto que o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Porém, o que se espera de um governo com assento de esquerda é que ele enfrente a questão da superexploração do trabalho. O vilipêndio, as mortes no trabalho, os sofrimentos, as terceirizações, as precarizações, as rotatividades ampliadas, o emprego supérfluo, isso não foi contentado. Ao contrário do período anterior, em que houve a prevalência de uma economia oscilando entre um pequeno crescimento e a recessão, no governo Lula houve um crescimento econômico, e esse crescimento da economia gerou muitos empregos como estamos vendo até hoje – ainda que a situação econômica atual seja de muito mais turbulência que a do início do governo PT. Esta situação não me permite dizer que foi um governo que trouxe mudanças significativas. Ele aumentou o emprego porque houve crescimento econômico. É imprescindível lembrar que, ao mesmo tempo que houve uma valorização pequena, mas real, do salário mínimo – pois a lei do salário mínimo no Brasil é risível para quem ocupa uma das dez maiores economias do mundo –, os grandes capitais ganharam muito dinheiro com os governos Lula e Dilma. O triste e recente episódio do enriquecimento de inúmeros setores envolvidos na Copa da Fifa e o monumental descontentamento popular da juventude, deste novo precariado não industrial mas de serviços, desta juventude que pega trem, ônibus e sai da periferia para trabalhar na cidade, demonstra contrariedade a esse processo, o que, por certo, não permite que meu balanço seja positivo.

**IHU On-Line – Considerando-se que Lula vem do movimento operário, esperava-se dele iniciativas mais ousadas?**

**Ricardo Antunes** – Se olharmos para o passado de Lula, anos 1970 e 1980, esperávamos atividades um

pouco mais corajosas. Lula foi eleito, em 2002, com uma votação expressiva e teria condições, em tese, de tomar medidas mais fortes em defesa do trabalho e de mudanças estruturais. O Brasil se mantém como um país marcado pela insegurança e pela superexploração do trabalho. Apesar de a China e outros países da Ásia, a Zona Franca da América Central – Haiti, República Dominicana – e cidades do México terem níveis de superexploração mais intensos que os nossos, isso não elimina o fato de que temos intensa exploração do trabalho. Isto o governo Lula não enfrentou, e não o fez em razão dos grandes capitais, do agronegócio, da produção de *commodities*; mais ainda, o ex-presidente não só abriu o nosso país a uma transnacionalização da economia, como pegou o empresariado pela mão – as empreiteiras, por exemplo – e transnacionalizou, permitindo que essas grandes empresas possam fazer outros trabalhos na América Latina, na África e em outros continentes. Isto é, o governo Lula foi uma surpresa muito bem-sucedida para os grandes capitais. Por isso, vários dos setores querem a volta dele, e não é por acaso que Delfim Neto<sup>5</sup> vive elogiando o governo.

Quando o Lula e o PT ganharam as eleições em 2002, sabíamos que nem o Lula nem o PT eram os mesmos e, tampouco, o Brasil era o mesmo. Eles já tinham padecido de um trágico processo de desertificação neoliberal, que nos atingiu na década de 1990. Inicialmente com Collor<sup>6</sup> e depois com Fernando Henrique Cardoso.

**5 Antônio Delfim Neto (1928):** é economista, professor universitário e político brasileiro. Durante o regime Militar, entre 1969 e 1974, foi ministro da fazenda e, no governo do presidente João Figueiredo, foi sucessivamente Ministro da Agricultura em 1979, Ministro do Planejamento entre 1979 e 1985 e embaixador do Brasil na França. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU já publicou uma série de textos e artigos de Delfim Neto, entre eles *Os macroeconomistas. Uma aula de economia dada por Delfim Netto*, disponível em <http://bit.ly/1tKump6>; *Ganhadores e perdedores*, disponível em <http://bit.ly/1lbQ2qh>; e *Delfim ataca “gênios” dos juro altos*, disponível em <http://bit.ly/1ikA8dx>. (Nota da IHU On-Line)

**6 Fernando Collor de Mello (1949):** polí-

**2 Fernando Henrique Cardoso (1931):** sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. FHC ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994), com a instauração do Plano Real para combater a inflação. (Nota da IHU On-Line)

**3 Luiz Inácio Lula da Silva (1945):** trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). (Nota da IHU On-Line)

**4 Dilma Rousseff:** economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente ocupa a Presidência da República desde 2010. (Nota da IHU On-Line)

**IHU On-Line – Onde houve avanços e quais pontos da agenda do trabalho permaneceram como estavam, ou pior, recuaram?**

**Ricardo Antunes** – A melhora se deu fundamentalmente no emprego, que decorre do crescimento da economia e da relativa contenção do processo de informalização do trabalho. Mas há coisas negativas. Aumentou enormemente o processo de cooptação das entidades sindicais pelo governo Lula e depois houve mudanças com a Dilma, porque ela não tem um centésimo da experiência sindical do Lula – este foi o grande líder sindical do século XX no Brasil, e que sabia negociar com os sindicatos como ninguém. Em seu governo, criou-se uma espécie de sindicalismo negocial de Estado, em que esta cooptação, esta servidão voluntária não foi por acaso. Lula expandiu uma medida tomada por Getúlio Vargas no final dos anos 1930, estendendo às centrais sindicais o recolhimento de imposto sindical, o que faz com que algumas centrais sindicais ganhem muito dinheiro do Estado, ao qual a Central Única dos Trabalhadores – CUT sempre disse ser contra, mas aceita, recebe e utiliza tais recursos. Esse é um ponto muito nefasto do sindicalismo, quer de base, quer das centrais sem autonomia política, sindical e financeira, pois cria um sindicalismo negocial que depende do Estado, e se amanhã muda o governo, essa medida

tico, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (Impeachment). (Nota da IHU On-Line)

cai, o sindicalismo chapa branca vai ficar sem recursos. Esse foi um ponto muito negativo, sem falar dos aspectos mais gerais, por suposto, que são decisivos. Lula preservou o superávit primário que marca a política econômica neoliberal, abriu a produção dos transgênicos, incentivou a produção de *commodities*; houve uma espécie de regressão do Brasil à produção da nova divisão internacional do trabalho, em que aceitamos e nos sujeitamos à produção de *commodities*, minérios, etanol e soja.

Evidentemente, as rebeliões de junho mostraram que a “res-pública” no Brasil tornou-se uma “res-privada”. Há uma diferença: o tucanato realiza a privatização selvagem; o PT realiza a privatização branda. Por exemplo, a Petrobras e sua crise com o pré-sal, os aeroportos. O tom é diferente, mas no substantivo ambos os governos privatizam. Essa é a triste realidade e conta como déficit do governo do PT.

**IHU On-Line – O PT surge no movimento sindical. Nesse sentido, de que maneira esses 12 anos de Lula e Dilma reorganizaram a forma de atuação dos sindicatos? Os movimentos perderam força de oposição ou seguem firmes na defesa aos trabalhadores?**

**Ricardo Antunes** – Primeiramente, gostaria de repetir que o governo Lula conseguiu um complexo processo de cooptação das centrais sindicais, especialmente a CUT, e também, em um primeiro momento, a Força Sindical; no entanto, agora com a Dilma, ensaia movimentos de contestação. Há um problema mais de fundo, que é uma mudança profunda no mundo do trabalho, uma nova morfologia do trabalho, uma classe trabalhadora mais jovem em muitos setores, há um novo proletariado no campo dos serviços que se expande sem parar. Este novo proletariado mais jovem está muito mais à margem da representação sindical. Por exemplo, enquanto há sindicatos fortes, como dos metalúrgicos e dos bancários, não há essa força nos *call centers*, no telemarketing, nos setores de *fast food* e supermercados, entre outros. Isto cria uma dificuldade muito grande, que é um certo desco-

lamento entre o sindicalismo de uma era na qual imperava o operariado herdeiro da fase taylorista-fordista para um outro proletariado que não se vê representado na estrutura dura da forma de organização sindical. Isto ocorre, inclusive, porque muitos destes serviços são terceirizados e quase a totalidade destes trabalhadores está fora dos marcos da representação sindical. É um problema complexo que os sindicatos vão ter que enfrentar, mas não só no Brasil, é um fenômeno que marca o sindicalismo dessa virada do século XX para o XXI em escala global.

**IHU On-Line – Na opinião do senhor, quem ocupa esse espaço forte de mobilização e pressão social que antes era exercido pelos sindicatos?**

**Ricardo Antunes** – São duas alternativas. A primeira vem de um vazio (lembre-se de que pesquisas apontaram que mais de 70% dos jovens que participaram dos levantes do Brasil eram de estudantes que trabalham, trabalhadores e jovens que estudam) de representação, e a rua, como praça pública, tornou-se o espaço cotidiano da revolta. O segundo espaço que se ampliou foi ante a ausência de sindicatos e o nascimento de movimentos sociais, que, de certo modo, são muito mais livres do que a estrutura sindical atrelada ao Estado. Nos anos 1990 e 2000 surgiu uma miríade de movimentos dos sem-teto, barrageiros, pessoas da periferia, que têm representado a organização não propriamente no espaço de trabalho, mas dos assalariados. A atuação desses cidadãos oscila entre o vácuo, a praça pública e os movimentos sociais, o que mostrou a explosão belíssima dos movimentos sociais do ano passado e que vão voltar agora – porque não pararam de vez – por ocasião da Copa do Mundo.

**IHU On-Line – Qual o grande desafio do mundo do trabalho no século XXI?**

**Ricardo Antunes** – O mundo do trabalho é uma espécie de anatomia da sociedade. O trabalho que estrutura o capital, ou seja, aquele que é desenvolvido para estruturar tal sistema, desestrutura a humanidade,

o social do trabalho. Portanto, o trabalho, se quiser reestruturar a vida humana – tendo um ponto de partida para que nós possamos ter um tempo livre dotado de sentido, com fruição, tudo aquilo que é desejável e necessário para além do trabalho –, precisa destruir o capital. Esta é a chave. É por isso que há rebeliões do trabalho em Portugal, na Grécia, na Espanha, no Leste Europeu e nos países asiáticos. Há importantes greves do setor automobilístico na Índia, há greves diariamente na China. Li, recentemente, na imprensa que a China pretende devolver milhões de trabalhadores ao campo, mas eles não têm o que fazer no campo. Como um jovem que saiu do campo e foi viver nas cidades chinesas vai aceitar voltar para o campo? Tudo isso faz parte do primeiro desafio.

O segundo desafio é que o capitalismo fez com que a precarização, pela via da informalidade e da terceirização, que são fenômenos aproximados, mas não idênticos, se tornasse a regra e não a exceção. É preciso, aqui e agora, impedir esta regra, evitando que a terceirização se amplie, e mais, lutar pelo fim dela. Nenhum trabalhador em uma escola ou universidade pública, por exemplo, prefere ver o outro trabalhador com mais direitos. Temos que impedir que a terceirização, a precariedade e a informalização sejam a regra. Isso implica a reorganização dos trabalhadores, para os quais os sindicatos não são carta fora do baralho. Do século XIX para o XX, o mundo do capitalismo mudou profundamente. Nasceu e se desenvolveu a grande indústria, que já era visível na segunda metade do século XIX, e que se expandiu no século XX com o taylorismo<sup>7</sup>

7 **Frederick Winslow Taylor** (1856-1915): engenheiro norte-americano, considerado o pai da administração científica por propor a utilização de métodos científicos cartesianos na administração de empresas. Seu foco era a eficiência e eficácia operacional na administração industrial. Sua orientação cartesiana extrema é ao mesmo tempo sua força e fraqueza. Seu controle inflexível, mecanicista, elevou enormemente o desempenho das indústrias em que atuou; todavia, igualmente gerou demissões, insatisfação e estresse para seus subordinados e sindicalistas. (Nota da IHU On-Line)

e o fordismo<sup>8</sup> de grande intensidade. Aquele antigo sindicato do século XIX, herdeiro de um trabalhador dos ofícios, das manufaturas, se mostrou incapacitado, e surgiu o sindicalismo de massa. Nós transitamos do século XX para o XXI, em que esta indústria taylorista-fordista, que se mantém em vários setores, não é mais a tendência dominante, pois o que é dominante atualmente são as empresas flexibilizadas e liofilizadas, que nasceram com o toyotismo<sup>9</sup> no Japão e a chamada acumulação flexível. Este tipo de empresa, que se expandiu pelo Ocidente, estruturada nas cadeias produtivas globais, sofreu um processo de desterritorialização e fragmentação, em que uma empresa com mais de 20 mil trabalhadores está dividida em centenas de unidades esparramadas pelo mundo. Isso cria a necessidade de um novo sindicalismo mais aparentado com os movimentos sociais, que seja consentâneo com a nova morfologia do trabalho no século XXI. Não é possível que a humanidade social que trabalha veja a destruição de seus direitos, construídos ao longo de séculos, e se renda. Ainda bem que estamos vendo que a temperatura das manifestações sociais no mundo inteiro está aumentando continuamente.

8 **Fordismo**: método de produção idealizado pelo empresário norte-americano Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company. Caracteriza-se pela produção em série, sendo um aperfeiçoamento do taylorismo. Ford introduziu em suas fábricas as chamadas linhas de montagem, nas quais os veículos a serem produzidos eram colocados em esteiras rolantes e cada operário realizava uma etapa da produção, fazendo com que a produção necessitasse de altos investimentos e grandes instalações. O método de produção fordista permitiu que Ford produzisse mais de 2 milhões de carros por ano, durante a década de 1920. O veículo pioneiro de Ford no processo de produção fordista foi o mítico Ford Modelo T, mais conhecido no Brasil como “Ford Bigode”. (Nota da IHU On-Line)

9 **Taiichi Ohno**: engenheiro, em 1975 tornou-se vice-presidente executivo da Toyota Motor Company; autor das ideias que hoje conhecemos como “toyotismo” e principal mentor das mudanças implantadas na Toyota. Ohno é autor de *O Sistema Toyota de Produção - Além da Produção em Larga Escala* (Porto Alegre, Bookman, 1997). (Nota da IHU On-Line)

## Leia mais...

- *As manifestações e a luta por outro modelo de democracia*. Entrevista com Ricardo Antunes publicada na edição nº 434 da **IHU On-Line**, em 09-12-2013, disponível em <http://bit.ly/1ikpd3v>;
- *Manifestações expõem fragilidades e limites do projeto constitucional-republicano de democracia*. Dossiê publicado na edição nº 428 da **IHU On-Line**, de 30-09-2013, disponível em <http://bit.ly/195ISQI>;
- *“Não é a classe trabalhadora que irá pagar por uma crise cuja responsabilidade não é sua”*. Entrevista com Ricardo Antunes publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 11-03-2009, disponível em <http://bit.ly/19lqDBC>;
- *“Um 1º de maio getulista em plena era lulista”*. Entrevista com Ricardo Antunes publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 27-04-2008, disponível em <http://bit.ly/18HVgqt>;
- *“Sindicalismo nunca dependeu tanto do Estado”*. Entrevista com Ricardo Antunes publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 02-05-2008, disponível em <http://bit.ly/1bqAiXt>;
- *Um crítico da economia política*. Entrevista com Ricardo Antunes publicada na edição nº 400 da **IHU On-Line**, em 27-08-2012, disponível em <http://bit.ly/RAn270812>;
- *Fenomenologia do lulismo*. Artigo de Ricardo Antunes publicado nas **Notícias do Dia**, de 03-01-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1hHNCZA>;
- *O migrante e os usineiros*. Artigo de Ricardo Antunes publicado nas **Notícias do Dia**, de 12-04-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1LEKCR>;
- *O reencontro tardio de Lula com Getúlio*. Artigo de Ricardo Antunes publicado nas **Notícias do Dia**, de 03-08-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1ILDx0>;
- *“Entre Lula e Alckmin, não sei qual a opção menos nefasta”*. Entrevista com Ricardo Antunes publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em 10-10-2006, disponível em <http://bit.ly/18vKUYI>.

# Foco no mundo do trabalho como superação da agenda da produtividade e do consumo

Claudio Dedecca aponta que os governos Lula e Dilma permitiram um avanço ao país pautado pela produtividade e pelo consumo, mas o cenário atual apresenta novos desafios ao campo do trabalho e da geração de renda

POR RICARDO MACHADO | COLABOROU: CESAR SANSON

Os mais de 11 anos do governo petista no Brasil resultaram em mudanças no desenvolvimento nacional e na possibilidade de recomposição do mercado de trabalho, sobretudo quando se levam em conta as estratégias de valorização do salário mínimo, certo aumento na formalização do mercado de trabalho e a redução de desigualdade de renda corrente. Os apontamentos são do professor Claudio Salvadori Dedecca, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Apesar dos avanços, Dedecca considera que estamos diante de um momento crítico. “A expansão futura da produção, do emprego e da renda está dependente da ativação dos investimentos em nível mais elevado e de modo sustentável. Neste sentido, o país se encontra em um momento decisivo, crítico, pois uma trajetória futura de crescimento com redução da desigualdade dependerá do padrão de investimentos que ele conseguir estabelecer nos próximos anos”, avalia.

De acordo com o professor, há certo desequilíbrio no tratamento das políticas econômicas nacionais, o que leva o Estado a privilegiar aspectos fiscais e monetários em detrimento de uma política do trabalho mais efetiva. “A maioria dos economistas crê que o crescimento depende do bom manejo das políticas econômicas básicas (fiscal, monetária e cambial), dando pouca ou nenhuma importância às políticas setoriais, sociais, de

inovação e de trabalho. De fato, precisamos ter virtuosidade na condução das políticas fiscal, monetária e cambial. Porém, não serão elas que poderão viabilizar um crescimento mais acelerado com redução da desigualdade”, considera. Além disso, aponta a timidez de avanços na relação governo–movimento sindical. “Após o naufrágio da malfadada reforma sindical e a aprovação do acordo social que viabilizou a política de valorização do salário mínimo, o governo abandonou as iniciativas de políticas de emprego, qualificação e renda”, frisa. “Ao aprisionar governo, oposição e atores sociais, o debate político se empobrece, característica que promete dominar as eleições de 2014. Neste sentido, sou pessimista de que venhamos a superar a situação crítica em que se encontram o debate e as iniciativas em favor de um desenvolvimento com redução da desigualdade para o país”, complementa.

Claudio Salvadori Dedecca é professor do Instituto de Economia da Unicamp. Possui graduação, mestrado e doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas. Dentre outros, é autor de *Trabalho e Gênero no Brasil: Formas, Tempo e Contribuição Sócio-Econômica* (Brasília: UNIFEM – ONU, 2005) e *Racionalização e Trabalho no Capitalismo Avançado* (Campinas: Unicamp – IE, 1999).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Qual é o balanço dos governos Lula e Dilma quando se pensa o mercado de trabalho brasileiro? Quais são as suas principais características?**

**Claudio Salvadori Dedecca** – Em geral, o resultado deve ser considerado como positivo. O país havia iniciado o século sob uma perspectiva pessimista quanto ao futuro do mercado nacional de trabalho. A situação de elevado desemprego e o incremento da informalidade eram considerados como processos naturais em um mundo crescentemente globalizado. Os governos de Lula e Dilma romperam esta perspectiva, recolocando a importância do desenvolvimento nacional e a possibilidade de recomposição do mercado de trabalho. Além disso, consolidaram a estratégia de valorização do salário mínimo com a realização de um acordo social em 2006, que se traduziu em uma lei aprovada em 2011. A reativação da economia interna, a elevação do nível de emprego e a política de valorização do salário mínimo propiciaram um mercado de trabalho mais enxuto e menos informal e, pela primeira vez no país, uma redução da desigualdade de renda corrente em um período de crescimento econômico. Ao longo dos dois governos, a sociedade brasileira reconquistou confiança em si própria, quanto à possibilidade de estabelecer um desenvolvimento com enfrentamento da desigualdade e da pobreza, secularmente presente no país.

**IHU On-Line – Onde se registram os avanços mais significativos?**

**Claudio Dedecca** – Os maiores avanços são registrados na ativação de políticas públicas em favor do desenvolvimento, em lugar da crença, vigente nos anos 1990, de que os mercados dariam conta dos desafios que o Brasil necessita enfrentar. Nos primeiros anos da década passada, a economia brasileira foi favorecida pelo ciclo de crescimento internacional associado à valorização das *commodities*. O governo Lula ampliou os efeitos externos sobre a renda interna com condução de políticas públicas orientadas para o fortalecimento da produção e da renda internas. Esta estratégia foi fundamental para capacitar o país no enfrentamento da crise internacional em 2008. Enquanto vários países en-

## “Desconsiderar o Ministério do Trabalho em sua estratégia política foi um grande equívoco do governo Lula, reproduzido pelo governo Dilma”

frentavam a explosão do desemprego e do aumento da desigualdade, o Brasil pôde, embasado nas políticas de produção e renda internas, sustentar a atividade produtiva, dar continuidade às políticas de renda e manter a trajetória de redução do desemprego e da informalidade.

**IHU – O senhor destacaria alguma medida em especial que induziu mudanças significativas no mercado de trabalho?**

**Claudio Dedecca** – A política de salário mínimo cumpriu papel fundamental na evolução das baixas remunerações e na redução da desigualdade de renda corrente no mercado de trabalho e também das famílias. Ao longo dos 75 anos de vigência do salário mínimo, que serão completados em 2015, somente nos governos Lula e Dilma ele foi objeto de uma política pública que garantiu sua valorização contínua. Até 2006, a valorização do salário mínimo esteve dependente de decisão política de governo, o que explica sua trajetória errática e seu baixo valor nas seis primeiras décadas de sua vigência. A política de valorização do salário mínimo foi concebida como instrumento de proteção das baixas remunerações, mas também como instrumento de fortalecimento do consumo e da produção, isto é, do crescimento. Pela primeira vez, a sociedade brasileira reconheceu que a valorização do salário mínimo tem a capacidade, de um lado, de reduzir a desigualdade de renda corrente e, de

outro, de lastrear o crescimento. Em outras palavras, que uma política de renda é instrumento valioso para o crescimento com desigualdade.

**IHU On-Line – Quais são os limites e as potencialidades dos avanços? Onde se poderia ter progredido e onde houve recuo?**

**Claudio Dedecca** – Do meu ponto de vista, os elementos que permitiram o crescimento da economia brasileira entre 2005 e 2010 podem sustentar uma taxa ao redor de 2,5% ao ano, mas são incapazes de levá-la a um patamar mais elevado. O crescimento passado esteve lastreado fundamentalmente no consumo e em capacidades produtivas, tecnológicas e humanas existentes, o que explica um crescimento alicerçado desproporcionalmente no setor terciário e acompanhado por um incremento lento da produtividade. A expansão futura da produção, do emprego e da renda está dependente da ativação dos investimentos em nível mais elevado e de modo sustentável. Neste sentido, o país se encontra em um momento decisivo, crítico, pois uma trajetória futura de crescimento com redução da desigualdade dependerá do padrão de investimentos que ele conseguir estabelecer nos próximos anos. Para tanto, é fundamental que tenhamos planejamento e estratégia para as políticas públicas, superando a visão de curto prazo que hoje as contaminam. Poderíamos ter progredido na definição de uma estratégia de crescimento. Acabamos perdendo um tempo valioso ao não encaminhar este desafio.

**IHU On-Line – É possível apontar mudanças substanciais no mundo do trabalho? Como estava antes do PT e como está atualmente a estrutura ocupacional brasileira?**

**Claudio Dedecca** – Gostaria de tratar do futuro, mesmo correndo o risco de errar em razão das incertezas que ele carrega. As alterações mais substantivas no mercado de trabalho dependerão da manutenção das políticas públicas em favor do emprego e da renda, as quais necessitam ser incorporadas como parte de uma estratégia de um padrão de investimento nos próximos anos. Somente com uma mudança na estrutura produtiva que valo-

rise os setores com maior densidade tecnológica e maior contribuição social poderemos romper a estrutura ocupacional concentrada na baixa renda e na baixa qualificação predominante em nosso mercado de trabalho. É fundamental que a dinâmica econômica migre para os setores que demandem força de trabalho de maior qualificação e que tenham uma dinâmica consistente de aumento de produtividade. Para tanto é preciso mapear quais os setores produtivos que interessam ser desenvolvidos para um crescimento com redução da desigualdade socioeconômica e como eles requerem a ativação das políticas públicas consideradas decisivas para a consolidação deste desafio. Estamos atrasados nesta empreitada. A maioria dos economistas crê que o crescimento depende do bom manejo das políticas econômicas básicas (fiscal, monetária e cambial), dando pouca ou nenhuma importância às políticas setoriais, sociais, de inovação e de trabalho. De fato, precisamos ter virtuosidade na condução das políticas fiscal, monetária e cambial. Porém, não serão elas que poderão viabilizar um crescimento mais acelerado com redução da desigualdade. Este processo depende da ativação das políticas públicas de longo prazo, ou melhor, as setoriais, sociais, de inovação e de trabalho. Não me parece ser importante debater a situação antes do PT, quando o grande desafio era conseguir fazer com que o governo atual deixasse de ser prisioneiro da política de curto prazo.

**IHU On-Line – Quais são os principais problemas estruturais a serem enfrentados no mercado do trabalho brasileiro?**

**Claudio Dedecca** – Como já apontado, crescemos a partir das capacidades produtivas, tecnológicas e humanas que o país possuía. Os investimentos realizados permitiram alguma atualização destas capacidades, mas não transformaram a base produtiva ou o mercado de trabalho. Nossa estrutura produtiva e nosso mercado de trabalho são duas faces de um mesmo processo socioeconômico, que se encontra lastreado no trinômio da baixa incorporação tecnológica, baixa qualificação produtiva e ocupacional e baixa produtividade. É impossível desenvolvermos o país

## “Sou pessimista de que venhamos a superar a situação crítica em que se encontram o debate e as iniciativas em favor de um desenvolvimento”

com base neste trinômio. Como apontado, sua superação dependerá do padrão de investimentos que o país consiga consolidar nos próximos anos. Não é qualquer padrão de investimentos que tem capacidade de compatibilizar crescimento com geração de emprego e redução da desigualdade. Portanto, é fundamental, mesmo que tardiamente, que o governo e a sociedade estabeleçam que padrão de investimento lhes interessa, considerando que configuração socioeconômica desejam para o país daqui a 20 anos.

**IHU On-Line – Como o senhor vê a relação dos governos Lula e Dilma com o movimento sindical brasileiro?**

**Claudio Dedecca** – Penso que poderiam ter tido uma conduta ativa em relação ao movimento sindical. Após o naufrágio da malfadada reforma sindical e a aprovação do acordo social que viabilizou a política de valorização do salário mínimo, o governo abandonou as iniciativas de políticas de emprego, qualificação e renda. Desde 2007, os governos consideraram que o Ministério do Trabalho e Emprego não joga papel relevante na definição das políticas públicas orientadas para o desenvolvimento do país. Ao Ministério foi dado um papel passivo, servindo a instituição de moeda de troca nos acordos políticos realizados pelo governo para obtenção de maioria parlamentar. Coordenador do Fundo de Apoio ao Trabalhador e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o Ministério do Trabalho poderia ter desenhado alternati-

vas de utilização dos recursos do fundo em favor de um padrão de investimento favorável ao emprego e aos salários. Neste esforço, poderia envolver os sindicatos em uma discussão sobre estratégia de desenvolvimento. Infelizmente nada fez sobre o assunto, ficando prisioneiro do “rame-rame” cotidiano das tarefas institucionais. Ter considerado o Ministério do Trabalho em sua estratégia política foi um grande equívoco do governo Lula, reproduzido pelo governo Dilma.

**IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algo?**

**Claudio Dedecca** – Por incrível que pareça, o aprisionamento pelas questões de curto prazo e pelo crescimento passado não se constitui em uma situação restrita ao governo Dilma. Ela também atinge os partidos de oposição e as representações patronais e dos trabalhadores, que nada ou pouco têm a dizer sobre questões estratégicas para o desenvolvimento brasileiro. Ao aprisionar governo, oposição e atores sociais, o debate político se empobrece, característica que promete dominar as eleições de 2014. Neste sentido, sou pessimista de que venhamos a superar a situação crítica em que se encontram o debate e as iniciativas em favor de um desenvolvimento com redução da desigualdade para o país.

## Leia mais...

>> Claudio Salvadori Dedecca concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira:

- *Salário mínimo: “É preciso abandonar a postura de pensar o Brasil a curto prazo”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 15-02-2011, disponível em <http://bit.ly/11p3sUb>;
- *O governo Lula e a reconstituição de uma visão nacional no país*. Entrevista publicada na edição 413 da **IHU On-Line**, de 01-04-2013, disponível em <http://bit.ly/XVHGvY>;
- *A virtuosa relação crescimento/emprego/renda*. Entrevista publicada na edição 416 da **IHU On-Line**, de 29-04-2013, disponível em <http://bit.ly/dedecca>.

# Formalização e flexibilização – avanços e retrocessos no mundo do trabalho

Para o pesquisador José Dari Krein, os avanços na agenda do trabalho estão relacionados à formalização do emprego, mas a flexibilização continua sendo um dos principais enfraquecedores dos direitos trabalhistas

POR RICARDO MACHADO | COLABOROU CESAR SANSON

“Os principais avanços, por um lado, estão na melhora de uma série de indicadores do mercado de trabalho, especialmente com a queda substantiva do desemprego, o avanço da formalização dos contratos, sobretudo dos que estão na base da pirâmide social, e na melhora relativa na distribuição dos rendimentos do trabalho”, aponta José Dari Krein, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Formalização significa que os assalariados têm acesso à seguridade social e de forma mais efetiva aos direitos trabalhistas. A formalização é fundamentalmente decorrente da dinâmica econômica, mas também de uma conjugação de outros fatores”, complementa.

Apesar da melhora no âmbito da regulação dos trabalhadores, Dari Krein destaca que é preciso ter em conta a maneira como o trabalho é realizado. “Do ponto de vista dos direitos e/ou da regulação do trabalho, os principais avanços estão relacionados com a política de valorização do salário mínimo, a incorporação das domésticas no mesmo estatuto dos demais trabalhadores, a ampliação do seguro desemprego, a regulamentação do estágio e a criação de incentivos para assegurar a seguridade social aos autônomos, donas de casa e pescadores”,

frisa. “Os avanços foram expressivos, no entanto, as características estruturais do mercado de trabalho ainda permanecem, tais como a alta informalidade (trabalhadores sem proteção social), uma economia de baixos salários, de alta rotatividade da força de trabalho e da geração de ocupações em segmentos que tendem a não assegurar as melhores condições de trabalho”, pondera.

O pesquisador ainda destaca que uma das tendências do capitalismo contemporâneo é gerar uma espécie de polarização, prevalecendo trabalhos de salários mais baixos e piores condições de trabalho. “Todas essas mudanças – provocadas pela reorganização da produção – colocam grandes desafios ao movimento dos trabalhadores e à sociedade, pois são causadoras de novas doenças e criadoras de um ambiente de maior insegurança. Por isso, é importante observar os movimentos contraditórios vigentes no Brasil recente”, sustenta.

Graduado em Filosofia pela PUC-PR, **José Dari Krein** tem mestrado e doutorado em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas, onde atualmente é professor no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Qual é o balanço que o senhor faz dos governos de Lula e Dilma com relação ao mundo do trabalho? Quais foram os avanços mais significativos?**

**José Dari Krein** – Nos governos Lula e Dilma tivemos movimentos contraditórios, utilizando como referência, por um lado, o que contribuiu para estruturar o mercado de

trabalho (com ampliação do emprego protegido e de direitos) e, por outro lado, o que significou retrocesso com o avanço do processo de flexibilização do trabalho.

Os principais avanços, por um lado, estão na melhora de uma série de indicadores do mercado de trabalho, especialmente com a queda substantiva do desemprego (13% para 5% segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PME/IBGE), o avanço da formalização dos contratos, sobretudo dos que estão na base da pirâmide social, e na melhora relativa na distribuição dos rendimentos do trabalho. Dos indicadores positivos, o que se destaca é a formalização, que cresceu acima das ocupações criadas. Formalização significa que os assalariados têm acesso à seguridade social e de forma mais efetiva aos direitos trabalhistas. A formalização é fundamentalmente decorrente da dinâmica econômica, mas também de uma conjugação de outros fatores.

Não tem relação com a qualidade da ocupação, mas é uma condição de cidadania. Do ponto de vista dos direitos e/ou da regulação do trabalho, os principais avanços estão relacionados com a política de valorização do salário mínimo, a incorporação das domésticas no mesmo estatuto dos demais trabalhadores, a ampliação do seguro desemprego, a regulamentação do estágio e a criação de incentivos para assegurar a seguridade social aos autônomos, donas de casa e pescadores. Um aspecto extremamente importante é a interrupção de certas medidas que estavam em discussão no Congresso Nacional, em especial a que previa a prevalência do negociado sobre o legislado.

Para a compreensão dos movimentos contraditórios nos anos 2000, é necessário fazer duas observações preliminares:

Em primeiro lugar, o processo de estruturação do nosso mercado de trabalho – iniciado nos anos 1930 – foi incompleto, interrompendo-se na crise econômica dos anos 1980. Apesar dos avanços substantivos entre os anos 1930 e 1980, o mercado e as relações de trabalho apresentam algumas características estru-

## “Os principais avanços, por um lado, estão na melhora de uma série de indicadores do mercado de trabalho”

turais não superadas na nossa história: excedente estrutural de força de trabalho, baixos salários e grande dispersão nos rendimentos do trabalho, expressiva informalidade (sem proteção previdenciária), muitos ocupados em atividades de baixa produtividade, por conta própria e em estratégias de sobrevivência, em pequenos negócios, alta rotatividade, etc. Problemas que permaneceram ao longo do tempo. Do ponto de vista da regulação, apesar dos importantes direitos consagrados na CLT e na Constituição Federal de 1988, o nosso mercado de trabalho é flexível: facilidade de despedir, possibilidade de ajustar o salário e a jornada, boa parte dos direitos sem efetividade (o crime compensa). Nos anos 1980, há um certo congelamento da situação do mercado de trabalho com avanços de direitos sociais, mas com flexibilidade.

Em segundo lugar, nos anos 1990, há um processo de desestruturação do mercado de trabalho, proporcionado pela forma como o país se inseriu na globalização financeira e viabilizou a estabilização da nossa moeda, o Plano Real. Os indicadores do mercado de trabalho pioram muito nos anos 1990 (desemprego, informalidade, atividades domésticas, pequenos negócios, queda da participação do salário na renda, desassalariamento, ilegalidade com afrouxamento dos mecanismos de

fiscalização do trabalho, etc.). Ao mesmo, as propostas governamentais, em acordo com as entidades empresariais e respaldo em importantes correntes do pensamento econômico introduzem uma agenda de flexibilização das relações de trabalho como forma de enfrentar o problema do desemprego e de criar as condições para viabilizar a estabilidade da moeda, tais como contratos temporários, banco de horas, remuneração variável. Não é sem razão que a empregabilidade e o empreendedorismo se apresentam como saída para o problema do mercado de trabalho. O discurso da flexibilização ganha espaço em uma sociedade que resiste a ele. As mudanças são pontuais e gerais, mas afetam aspectos importantes da relação de emprego. As duas escolas teóricas que ganharam expressão no debate dos anos 1990 foram: 1) a tese da rigidez das relações de trabalho como explicação para os problemas do mercado de trabalho brasileiro (Pastore, 1994); 2) a teoria de que a excessiva flexibilidade, especialmente na despedida, induzia o sujeito racional a optar por contratos de curto prazo para ter acesso aos benefícios da institucionalidade vigente (FGTS, seguro desemprego e acesso gratuito à Justiça do Trabalho), ao não investimento em qualificação profissional e tenderia a ser prejudicial à obtenção de ganhos de produtividade (Amadeo, Camargo, 1996). As duas posições partem da lógica de que o indivíduo racional faz suas opções pela institucionalidade vigente e consideram que a dinâmica econômica era algo dado e não passível de mudança.

É partir dessa realidade que se poder realizar um balanço do trabalho nos anos 2000.

**IHU On-Line – E os recuos? Onde poderia se ter avançado e não se avançou?**

**José Dari Krein** – Os avanços foram expressivos, no entanto, as características estruturais do mercado de trabalho ainda permanecem, tais

como a alta informalidade (trabalhadores sem proteção social), uma economia de baixos salários, de alta rotatividade da força de trabalho e da geração de ocupações em segmentos que tendem a não assegurar as melhores condições de trabalho.

Também é importante frisar que a tendência do capitalismo contemporâneo é gerar uma polarização nas ocupações, prevalecendo trabalhos de baixos salários e piores condições de trabalho. Além disso, o processo de desindustrialização que vem ocorrendo no Brasil nas últimas décadas tende a constituir um mercado de trabalho com ocupações de menor qualidade.

A respeito da regulação, os principais retrocessos, que significaram retirada de direitos, foram a reforma da previdência, a lei da falência, entre outros. Também é preciso considerar que a agenda da flexibilização – introduzida nos anos 1990 – não foi revertida, e o nível de avanço da regulação do trabalho foi muito tímido em comparação com outros países da América Latina. Em alguns aspectos, o processo de flexibilização continuou avançando, como a terceirização, as múltiplas formas de contratação, a remuneração variável e as jornadas flexíveis.

**IHU On-Line – Lula é egresso do movimento operário. Era de se esperar uma agenda mais ousada no mundo do trabalho ou a conjuntura não permitiu?**

**José Dari Krein** – Na minha avaliação, a situação do mercado de trabalho no Brasil é muito melhor do que no começo da década de 2000. A melhora tem como pressuposto a dinâmica da economia, mas esta vem também por iniciativas políticas e opções de governo. Acabei de participar de um seminário promovido pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, em que é possível observar, com clareza, que países com desempenho econômico melhor do que o Brasil não apresentaram os mesmos avanços.

## “Formalização significa que os assalariados têm acesso à seguridade social e de forma mais efetiva aos direitos trabalhistas”

Ou seja, os países que fizeram opção de estabelecer contratos de livre comércio com os EUA (tais como Colômbia, Peru, México) apresentaram resultados piores em relação aos outros (Brasil, Argentina, Bolívia e Uruguai). Por exemplo, a Colômbia ultrapassou o Brasil como país com pior distribuição de renda. No México, a precariedade do trabalho avança de forma expressiva. É uma questão importante, pois, no debate econômico, esses países estão sendo apresentados como alternativas por produzirem taxas maiores de crescimento, mas as consequências sociais são muito piores.

Com relação à segunda parte da questão, também é possível dizer que faltou, ao governo Lula, a ousadia de promover uma agenda mais inclusiva e de maior proteção social. Os avanços nos direitos trabalhistas, como afirmado acima, foram bastante pontuais. A questão da regulação do trabalho é a expressão das lutas de classes existentes na sociedade. Na comparação internacional, o Uruguai foi um dos países que mais avançaram na constituição de novos direitos, mas tem uma composição mais homogênea no Congresso, em que a Frente Ampla tem maioria absoluta e um movimento sindical unificado e com força na sociedade. A ampla base de sustentação do governo, incluído setores empresariais, dificulta a aprovação de medidas

que ampliem direitos. Por exemplo, a agenda da Confederação Nacional da Indústria – CNI (101 propostas de modernização das relações de trabalho) tenciona aumentar a flexibilização. Portanto, a lógica sempre foi trilhar o caminho de menor resistência e de não fazer grandes enfrentamentos com as diferentes forças sociais. Por exemplo, a redução da jornada de trabalho está na agenda há muito tempo; o governo Lula assumiu um compromisso, em 2009, de encaminhar a sua aprovação, mas, com a resistência patronal, voltou atrás. Na questão da regulamentação da terceirização, o que se conseguiu, até o momento, foi estabelecer uma resistência contra uma proposta absolutamente deletéria aos interesses dos trabalhadores. Ou seja, não há força para implementar uma agenda mais progressista, com exceção da área de saúde e da segurança do trabalho, mas também não há grandes avanços em uma agenda flexibilizadora.

Prevalece um poder de veto dos atores, e não uma agenda afirmativa de constituição de novo patamar de direitos.

As questões centrais em que julgo maior necessidade de avanço seriam, entre outros, do ponto de vista normativo: 1) redução da jornada de trabalho; 2) introdução de mecanismos contra a dispensa imotivada; 3) fim do fator previdenciário; 4) derrubada dos projetos que permitem um avanço indiscriminado da terceirização; 5) reconhecimento da negociação coletiva no setor público; 6) maior criminalização dos delitos trabalhistas, na mesma perspectiva da desapropriação da propriedade que utiliza trabalho análogo a escravo; 7) manutenção da lei da valorização do salário mínimo, que está sob forte ameaça; 8) reversão da agenda de flexibilização introduzida nos anos 1990; 9) regulamentação do emprego doméstico. Em segundo lugar, incrementar os mecanismos de fiscalização do trabalho na perspectiva de um combate mais eficaz das fraudes trabalhistas, que são muito grandes. Por último, recuperar

o papel do Ministério do Trabalho na implementação de políticas de mercado de trabalho.

Portanto, existe uma agenda bastante longa e complicada para avançar na constituição de um mercado de trabalho mais estruturado, com maior nível de direitos e proteção às pessoas que são obrigadas a vender a sua força de trabalho como forma de sobreviver em uma sociedade capitalista.

**IHU On-Line – Considerando-se as relações de trabalho, os governos de Lula e Dilma interromperam as medidas flexibilizadoras iniciadas por FHC ou deram continuidade a elas?**

**José Dari Krein** – Nos anos 2000, apesar da melhora de diversos indicadores do mercado de trabalho e da ampliação da proteção social, não foi constituído um novo patamar de direitos e de proteção. Por um lado, houve uma queda da taxa de desemprego, aumento da formalização dos contratos de trabalho e da proteção social, elevação dos salários, especialmente dos que estão na base da estrutura social, e uma diminuição da desigualdade entre os rendimentos do trabalho. Por outro lado, a flexibilização continua avançando em diversos aspectos da regulação do trabalho, sobretudo em relação às formas de contratação, remuneração e jornada. A hipótese é que as mudanças foram pontuais, porque, por um lado, as teses teóricas e políticas que defendiam a flexibilização como solução dos problemas do mercado de trabalho não foram comprovadas, pois houve crescimento do emprego sem alteração do arcabouço legal institucional. Por outro lado, as pressões de flexibilização continuaram existindo, o que contribuiu para o estabelecimento de um novo patamar de direitos e de proteção social, como pode ser observado no embate sobre a regulamentação da terceirização.

Os principais avanços da flexibilização ocorreram na dinâmica do mercado e foram referendados na luta concreta entre capital e trabalho, inclusive na negociação coletiva.

“Os avanços foram expressivos, no entanto, as características estruturais do mercado de trabalho ainda permanecem”

O primeiro exemplo refere-se à rotatividade, que tende a ter um comportamento pró-cíclico. Explica-se pela inexistência de mecanismos contra a dispensa imotivada e pela estrutura produtiva existente no país. É uma expressão para caracterizar a prevalência da flexibilidade no nosso arcabouço legal institucional. Ela está concentrada em atividades terceirizáveis, sazonais, serviços, comércio e construção civil. É um problema central para o país ter uma maior estruturação do mercado de trabalho. Não se resolve a rotatividade aumentando o valor da indenização da multa em caso de rescisão, mas é mais eficaz fortalecer mecanismos institucionais de controle da dispensa imotivada, como a experiência histórica e internacional tem mostrado em muitos países avançados.

Em relação à remuneração, houve, como afirmando acima, uma valorização substantiva do salário mínimo – uma das principais políticas com efeito social do período – e melhora das negociações salariais pelas categorias profissionais; no entanto, a remuneração variável continua avançando de forma ainda mais intensa nos setores mais estruturados do mercado de trabalho.

Por último, em relação à jornada, houve uma diminuição expressiva do número de pessoas trabalhando para além da jornada legal

de 44 horas semanais, em todas as posições da estrutura ocupacional. Depois de 2006, a maioria passou a trabalhar dentro da jornada legal, entre 40 e 44 horas semanais. No entanto, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (2012), as negociações de redução da jornada pouco avançaram no período em análise. Ao mesmo tempo, cresceu a flexibilização com o incremento do banco de horas (presente em 50% das médias e grandes empresas), e as escalas e turnos estão se diferenciando cada vez mais, ajustando-se às necessidades das empresas. As evidências empíricas mostram que a jornada está sendo ajustada por setor ou até por empresa, em que a vida dos indivíduos e a garantia de mecanismo de sociabilidade ficam subordinadas à produção. Além disso, houve avanço na utilização do trabalho nos domingos e um aumento da jornada em muitas empresas de processo contínuo, de 33,6 horas para 42 horas, com a redefinição dos turnos de revezamento. Por último, continuaram avançando os mecanismos que sofisticaram imensamente o controle da jornada.

Outro aspecto em que a flexibilização avançou foi com a terceirização, que é uma expressão das características do capitalismo contemporâneo e com fortes efeitos perversos sobre os/as trabalhadores/as. O número de terceirizados aumentou fortemente. Não por acaso, a regulamentação da terceirização é o tema de maior embate na relação capital-trabalho.

Todas essas mudanças – provocadas pela reorganização da produção – colocam grandes desafios ao movimento dos trabalhadores e à sociedade, pois são causadoras de novas doenças e criadoras de um ambiente de maior insegurança. Por isso, é importante observar os movimentos contraditórios vigentes no Brasil recente.

**IHU On-Line – Qual é a sua avaliação do comportamento do mo-**

## vimento sindical nesses 12 anos de poder do PT?

**José Dari Krein** – É preciso partir da premissa histórica de que o movimento trabalhista é muito importante na conformação de sociedades mais democráticas e de conquistas de direitos e proteção social. Sem a sua existência, os trabalhadores estariam sujeitos à situação de muito mais insegurança social e de piores condições de vida. Até o momento, não foi constituída uma organização que possa substituir o sindicalismo, que tem a função de contrapor-se ao capital na perspectiva de conquistar uma condição de vida mais digna aos que são obrigados a vender a sua força de trabalho. O problema é que essa importante instituição encontra-se em crise, como é apontado no debate internacional. Uma crise provocada pelas transformações recentes do capitalismo e pela dificuldade desse ator social em responder a essas mudanças. No caso brasileiro, nos anos recentes, também é possível observar movimentos ambivalentes.

Por um lado, há uma série de indicadores que mostram vigor do movimento sindical, tais como: 1) o resultado das negociações salariais; 2) o aumento do número de sindicalizados, apesar da sua queda em termos relativos; 3) atuação como um interlocutor reconhecido junto ao Estado, com a constituição de importantes espaços de discussão, negociação e até definição de políticas públicas; 4) aumento do número greves e da quantidade de trabalhadores paralisados; 5) uma parte dos dirigentes se constituiu como classe dirigente do país. Por outro lado, o movimento sindical perde sustentação na sociedade, sendo uma das instituições com menor nível de credibilidade perante a opinião pública. Uma parte tem relação com os valores hegemônicos e a reconfiguração provocada pelo capitalismo contemporâneo e com o ataque sistemático da mídia. Ou seja, configura-se um contexto muito adverso à ação coletiva. Por outro lado, os problemas

## “É importante observar os movimentos contraditórios vigentes no Brasil recente”

estão na incapacidade do movimento de conseguir enfrentar as novas situações colocadas no âmbito da reorganização da produção e da relação com o governo.

O primeiro grande problema está na própria dinâmica da sociedade atual, em que as demandas do movimento dos trabalhadores nem sempre são vistas como estruturantes para toda a sociedade, e suas questões, em vários aspectos, são conflitivas com uma perspectiva de viabilizar uma sociedade mais homogênea, menos desigual e com maior nível de proteção social coletiva; ou seja, a dificuldade do movimento trabalhista em conseguir imprimir demandas de caráter mais universalizante. É uma questão de fundo, pois coincide com um período em que parte importante do sindicalismo ampliou a sua agenda, está buscando incluir novas questões que tencionam a sociedade, tais como a questão de gênero, raça, afirmação das liberdades, etc. Em segundo lugar, há muitas sinalizações do movimento sindical para o conjunto da sociedade que são pouco republicanas e não compatíveis com uma organização classista e de luta, turvando os símbolos que são importantes para ter legitimidade. Em terceiro lugar, a reconfiguração das classes trabalhadoras é muito intensa, recompondo as chamadas categorias e o perfil dos assalariados, que exige também uma reorganização da própria forma de ser da instituição sindical. Mas não há espaço para mudanças substantivas. Por exemplo, a perspectiva de uma

reforma sindical está totalmente fora da agenda política, depois da lei de reconhecimento das centrais sindicais.

Por último, é importante frisar que, em países nos quais houve maior avanço do neoliberalismo e do liberalismo econômico, o sindicalismo se fragilizou ainda mais, como na Colômbia, México e Peru, e com consequências muito ruins com a perda de direitos, de avanço da flexibilização e da queda da proteção social. Em outros países, como no Cone Sul (Argentina e especialmente Uruguai), o movimento sindical conseguiu manter e até ampliar a sua força na sociedade, o que também ajuda a explicar melhores resultados no avanço de novos direitos e de maior proteção social.

## Leia mais...

>> José Dari Krein já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

- *Sindicatos: “um movimento com sinais trocados”*. Publicada em 30-04-2012. Disponível em <http://bit.ly/PKQ4Ja>;
- *“Classe média, renda e crédito são sinônimos do capitalismo”*. Publicada em 29-11-2010. Disponível em <http://bit.ly/1flcLAI>;
- *Não basta reduzir a jornada de trabalho. É necessário fiscalizar*. Publicada em 28-4-2008. Disponível em <http://bit.ly/1kcYp23>;
- *Por uma redução abrupta da jornada de trabalho*. Entrevista especial com José Dari Krein. Publicada em 01-06-2010. Disponível em <http://bit.ly/1tUE48s>;
- *A contribuição sindical é uma proposta positiva e necessária*. Entrevista especial com José Dari Krein. Entrevista publicada em 10-9-2008. Disponível em <http://bit.ly/1iw1w7v>.

# A política do precariado no mundo do trabalho

O sociólogo Ruy Braga explora as diferenças e continuidades do proletariado precarizado no Brasil ao longo dos 12 anos do atual governo, a partir de reformas e programas políticos, incentivos à formalização e enrijecimentos trabalhistas

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA | COLABOROU CESAR SANSON

Os quase 12 anos de atuação do atual governo de situação foram bastante significativos para as mudanças da figura do precariado brasileiro – o proletariado precarizado. A facilitação do registro para abertura de empresas, a simplificação tributária e o acesso ao crédito, por exemplo, colaboraram para a diminuição dos números de trabalho informal. No entanto, como afirma o sociólogo Ruy Braga, houve também o “endurecimento das condições de trabalho, que é a contrapartida desta formalização, um aumento muito acentuado na rotatividade do trabalho e um aumento no número de acidentes laborais”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Braga aborda a transformação sofrida pelo precariado nos últimos anos. Inicialmente uma “massa, criada pela contratualização, pelo aumento do desemprego e pela desestruturação do mercado de trabalho, foi, de alguma maneira, reabsorvida pelo mercado formal de trabalho nos anos 2000, só que em condições muito

degradadas de consumo da força de trabalho”, o que, segundo ele, faz com que o emprego criado seja um emprego de baixa qualidade.

O sociólogo trata ainda da atuação e da proximidade dos sindicatos com as políticas governamentais – levando, em partes, a seu esvaziamento das demandas tradicionais e, por outro lado, a uma reativação da mobilização sindical por meio de suas bases. “Essa ação política do precariado brasileiro tende, cada vez mais, a assumir ares de protagonismo. O precariado já é e continuará sendo protagonista em um futuro previsível”, defende.

Ruy Gomes Braga Neto é especialista em Sociologia do Trabalho e leciona no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, onde coordenou o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – Cenedic. É autor do livro *A política do precariado* (São Paulo: Boitempo, 2012).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Como podemos pensar a relação entre Estado e trabalho durante esses quase 12 anos de governo do PT no Brasil?**

**Ruy Braga** – A relação obedece a diferentes níveis. O nível mais celebrado pelo governo é o da formalização do emprego. Nos últimos 10 ou 12 anos houve um processo crescente de formalização, o que significa que uma parte daquela população que estava fora do âmbito dos direitos foi absorvida pelo mercado formal de trabalho, com a criação de milhares de empregos formais, o que é positivo, evidentemente. Trata-se, portanto, de uma tendência positiva. Por outro lado, há um endurecimento das condições de

trabalho, que é a contrapartida desta formalização, um aumento muito acentuado na rotatividade do trabalho e no número de acidentes laborais. Isso significa que a formalização como tendência positiva é contrabalançada pelas condições de consumo da força de trabalho que aponta para uma dimensão negativa. Ainda há a incorporação entre os sindicatos, os governistas, principalmente aqueles filiados à Central Única dos Trabalhadores, e o aparelho de Estado, e, além disso, há uma parte da absorção da elite sindical do Brasil pelos fundos de pensão. Há, enfim, uma realidade muito complexa em que há ganhos – a formalização e o aumento da renda

– e, ao mesmo tempo, perdas em relação ao endurecimento às condições de trabalho, aliado à incorporação estatal dos sindicatos.

**IHU On-Line – Há diferenças entre o precariado<sup>1</sup> antes e depois do governo do PT? Quais?**

**Ruy Braga** – Na década de 1990, uma parte importante do precariado

<sup>1</sup> **Precariado**: definido como o proletariado precarizado, o conceito de “precarizado” situa esse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, enfatizando a precariedade como inevitável no processo de mercantilização do trabalho. Sobre o tema, ver entrevista com Ruy Braga em <http://bit.ly/ruyihuon411>. (Nota da IHU On-Line)

foi constituída a partir da reorganização produtiva das empresas, que foi, também, um período de reajuste da economia nacional à globalização capitalista. Isso ocorre quando em um período de terceirização da força de trabalho muito intenso – associado às tecnologias de informação e à precarização das condições de contrato em um contexto de privatização das multinacionais –, que gera refluxo dos direitos sociais, aumento do desemprego e da informalização, criando uma massa de trabalhadores precarizados.

Trata-se de uma marca do mercado de trabalho brasileiro da década de 1990. Essa massa, criada pela contratualização, pelo aumento do desemprego e pela desestruturação do mercado de trabalho, foi, de alguma maneira, reabsorvida pelo mercado formal de trabalho nos anos 2000, só que em condições muito degradadas de consumo da força de trabalho. Há pelo menos 20 anos não existe ganho significativo de produtividade na massa de trabalho brasileira, e isso faz com o que emprego criado seja um emprego de baixa qualidade. Existem diferenças entre o precariado dos anos 1990 e o dos anos 2000. No entanto, há elos de continuidade, de ligações que apontam para processos de permanência desta condição.

**IHU On-Line- De que maneira se dá a relação entre trabalhadores, sindicatos e governo nestes últimos 12 anos? Que reconfigurações a gestão petista trouxe a este cenário?**

**Ruy Braga** – Existe uma nova realidade no mundo do trabalho no Brasil, do ponto de vista da relação entre trabalhadores, sindicatos e governo. Os sindicatos estão muito próximos das políticas governamentais, têm influenciado tais políticas e, até certo ponto, têm conseguido pautar questões do mundo do trabalho. Essa proximidade faz com que demandas importantes originárias na base sindical sejam deixadas de lado. Isso naturalmente implica uma reativação da mobilização sindical por meio de suas bases. Há uma situação bastante complexa, na qual esta tendência de mobilização das bases pressiona as cúpulas sindicais, que por sua vez buscam responder a estas pressões, tendo em vista, por exemplo, o aumento do salário mínimo, créditos e garantia de

emprego, mas que acabam não dando conta disso e que, de alguma maneira, estimulam as bases a aumentar o nível de pressão.

Para tanto, basta pensarmos que, a partir de 2008, existe uma curva do número de greves que só aumenta e que atinge níveis históricos em 2012 e 2013, tendo em vista justamente essa pressão das bases. Tal tensionamento procura responder à realidade degradante do emprego, dos baixos salários que os trabalhadores encontram e pressiona o sindicato, que por sua proximidade com o governo tenta responder às demandas. Porém, o Estado não é capaz de responder a estas demandas, e isso retroalimenta o ativismo de base, o que gera uma situação explosiva de automobilização, que deriva de uma espécie de bloqueio das demandas que vêm do sindicalismo não governista. Um dos exemplos disso é a greve dos garis, na cidade do Rio de Janeiro<sup>2</sup>, uma tendência que se identifica em todo o país, quer seja nos canteiros de obras, quer seja no setor bancário, de serviços, etc.

**IHU On-Line – Pode-se dizer que, atualmente, a força política do precariado está nas bases do movimento sindical? Como ela tem se manifestado nos 12 anos de governo do PT?**

**Ruy Braga** – Tenho certeza absoluta de que a força política dos trabalhadores depende da ação dos setores mais precarizados, aqueles que de fato experimentam e vivenciam o outro lado do modelo de desenvolvimento econômico, desde o ponto de vista da distribuição de renda e do aumento da massa salarial. Este ponto está relacionado à condição de precariedade em múltiplos setores da classe trabalhadora, principalmente vinculado aos serviços. Essa

<sup>2</sup> **Greve dos garis:** durante oito dias, de 1º a 8 de março de 2014, os garis do Rio de Janeiro realizaram greve na capital fluminense. O efeito da greve, que tinha como mote a reivindicação salarial, gerou inúmeros debates, inclusive, por se tratar de um fato histórico na história recente de mobilização trabalhista no Brasil. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou uma série de notícias, artigos e entrevistas sobre o tema, inclusive a entrevista *Greve dos garis demonstra que racismo e discriminação devem ser superados. Entrevista especial com Antonio Cechin e Roque Spies*, de 12-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihu120314>. (Nota da IHU On-Line)

ação política do precariado brasileiro tende, cada vez mais, a assumir ares de protagonismo. O precariado já é e continuará sendo protagonista em um futuro previsível.

As greves nos grandes canteiros de obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC<sup>3</sup> e PAC-2, que têm ocorrido desde 2011, são um exemplo deste protagonismo. As greves que temos registrado nas cidades, de setores que notoriamente não fazem greve, como é o caso dos garis no Rio de Janeiro, e mesmo de setores sindicalizados, mas muito precarizados em termos de renda e condições de trabalho, como o caso dos professores do ensino fundamental, demonstram, em termos práticos, que o precariado brasileiro é protagonista político.

**IHU On-Line – De que maneira o avanço tecnológico impacta na organização do trabalho precarizado? Que exemplos podem ilustrar essa mudança?**

**Ruy Braga** – Do ponto de vista do meio ambiente empresarial, o impacto é flagrante, uma vez que o processo tecnológico é responsável pelo processo de terceirização, de transformação da empresa, outrora centralizada e hierarquizada, em uma organização em rede, centralizada pelas finanças e que multiplica os dispositivos de controle. Isso faz com que a massa de trabalhadores submetidos a condições contratuais ou salariais, que são piores que as do passado, aumente. As terceirizações são um exemplo disso. Normalmente as empresas contratadas oferecem condições de trabalho piores do que as que se verificavam no interior das empresas contratantes.

<sup>3</sup> **Programa de Aceleração de Crescimento - PAC:** Lançado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do Governo Federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os próximos quatro anos, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de 503 bilhões de reais até 2010, sendo uma de suas prioridades a infra-estrutura, como portos e rodovias. O PAC se compõe de cinco blocos. O principal bloco engloba as medidas de infra-estrutura, incluindo a infra-estrutura social, como habitação, saneamento e transportes de massa. Os demais blocos incluem: medidas para estimular crédito e financiamento, melhoria do marco regulatório na área ambiental, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. (Nota da IHU On-Line)

Atualmente, ao olharmos para grandes canteiros de obras – de Jirau<sup>4</sup> a Belo Monte<sup>5</sup> –, o que se vê é uma miríade de empresas trabalhando em volta delas, onde há trabalhadores com as mesmas características e funções, mas cada um deles recebendo um salário diferente. Isso gera uma fragmentação contratual muito gran-

**4 Usina Hidrelétrica de Jirau:** usina hidrelétrica em construção no Rio Madeira, a 150 km de Porto Velho, em Rondônia. Foi planejada para ter um reservatório de 258 km<sup>2</sup>, capacidade instalada de 3.450 MW e que faz parte do Complexo do Rio Madeira. A construção está a cargo do consórcio “ESBR - Energia Sustentável do Brasil”, formado pelas empresas Suez Energy (50,1%), Eletrosul (20%), Chesf (20%) e Camargo Corrêa (9,9%). Sobre Jirau, confira a edição 39 dos **Cadernos IHU em formação**, intitulada *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em <http://bit.ly/ih0UqU>, a *Conjuntura da Semana. A rebelião de Jirau*, disponível em <http://bit.ly/15LbSZT>, e as entrevistas publicadas no sítio do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU: Hidrelétrica de Jirau: palco de inadimplência trabalhista**, com Maria Ozânia da Silva, dia 14-03-2011, disponível em <http://bit.ly/11hg3h>; “*O conflito em Jirau é apenas o início do filme*”, com Elias Dobrovolski e João Batista Toledo da Silveira, dia 24-03-2011, disponível em <http://bit.ly/HXbnmm>; *Jirau e Santo Antônio: um canteiro de revoltas*, com Luis Fernando Novoa Garzón, dia 06-04-2011, disponível em <http://bit.ly/HXbbyY>. (Nota da IHU On-Line)

**5 Belo Monte:** projeto de construção de usina hidrelétrica prevista para ser implementada em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. A mais recente controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento do projeto e, consequentemente, o seu custo de geração. Confira mais informações sobre Belo Monte na edição 39 dos **Cadernos IHU em formação**, intitulada *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em <http://bit.ly/1b5ytoE>, e nas entrevistas publicadas no sítio do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU: Belo Monte: a barreira jurídica**, com Felício Pontes Júnior, dia 26-04-2012, disponível em <http://bit.ly/lbvryb>; *Belo Monte. “O capital fala alto, é o maior Deus do mundo”*, com Ignez Wenzel, dia 28-01-2012, disponível em <http://bit.ly/zGDm9V>; *Belo Monte e as muitas questões em debate*, com Ubiratan Cazetta, dia 23-01-2012, disponível em <http://bit.ly/z4zVAR>; “*Belo Monte é o símbolo do fim das instituições ambientais no Brasil*”, com Biviany Rojas Garzon, dia 13-12-2011; disponível em <http://bit.ly/spuNW5>; *Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte*, com Dom Erwin Krautler, dia 03-08-2011, disponível em <http://bit.ly/NikEVs>. (Nota da IHU On-Line)

de dessa massa de trabalhadores, gerando um cenário mais complexo da organização sindical, da composição dos trabalhadores e que, evidentemente, leva a uma tendência e aprofundamento do uso das tecnologias.

**IHU On-Line – Tendo em vista o enfraquecimento do movimento sindical no que diz respeito ao envio das demandas dos trabalhadores às instâncias competentes, como o Estado, por exemplo, ficou a cargo de quem o espaço de tensionamento social que em outras décadas era ocupado pelos próprios sindicatos?**

**Ruy Braga** – Eu não tenho dúvida de que esse espaço foi ocupado pelos movimentos sociais urbanos. Atualmente, há um conflito urbano que está muito associado ao problema de espoliação do solo urbano, da acumulação em setores da construção civil, da especulação imobiliária, etc., que acaba protagonizando uma onda de renascimento dos movimentos sociais, que não havia desde as décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Hoje a luta pela moradia é uma questão central. Tem também a luta pelo transporte coletivo, pelo direito à cidade, a luta das periferias que se organizam, a luta pela autodeterminação nas periferias, e a luta contra a violência policial aparecem nesses coletivos das comunidades. Isso tudo tem um impacto marcante na dinâmica do conflito social no país.

Então eu diria que o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto<sup>6</sup>, a Frente Nacional de Luta por Moradia<sup>7</sup>, os movimentos que já existiam e vimos emergir notoriamente em 2013, como o Passe Livre<sup>8</sup>, mostram que os movi-

**6 Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST):** movimento social, político e popular organizado em 1997 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para atuar nas grandes cidades com o objetivo de lutar pela reforma urbana, por um modelo de cidade mais justa e pelo direito à moradia. (Nota da IHU On-Line)

**7 Frente de Luta por Moradia (FLM):** é um coletivo de luta por moradia, formado por representantes de movimentos autônomos que somam esforços para conquistar projetos habitacionais. Os movimentos que integram a Frente são comprometidos com a implantação de políticas sociais destinadas à população de baixa renda. (Nota da IHU On-Line)

**8 Movimento Passe Livre (MPL):** movimento social brasileiro que defende a adoção da tarifa zero para transportes coletivos. Fundado em 2005 durante o Fô-

mentos sociais urbanos estão muito vivos e pressionando essa dinâmica social do conflito no Brasil. Por que isso ocorre? O movimento sindical continua muito tradicional, focado em pautas que são mais tradicionais, associadas à questão salarial, ao pagamento de direitos que não estão sendo respeitados, problemas relativos às dinâmicas internas, privadas das respectivas empresas e locais de trabalho. Quem tem assumido um protagonismo público são os movimentos sociais urbanos, na luta por direitos, por moradia, por acesso às cidades, por uma vida digna, menos precária nas periferias, e, principalmente, as mobilizações contra a violência policial. Esta última tem se tornado um modelo de regulação do conflito urbano.

**IHU On-Line – De que maneira essa mobilização urbana gera impacto no mundo do trabalho?**

**Ruy Braga** – Gera impactos no mundo do trabalho, pois as pessoas que participam destes movimentos também são trabalhadores. Estão empregados em condições de remuneração precária e isso tudo faz com que o ciclo se feche. As demandas por aumento salarial e por uma vida mais digna na cidade, nas periferias, a luta pela moradia se articula com a luta por melhores condições de trabalho. Há um grande ciclo de mobilizações pelas causas da população subalterna do país.

## Leia mais...

- *O desmantelamento do estado de bem-estar social é o DNA do capitalismo.* Entrevista especial com Ruy Braga, de 28-09-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu280912>;
- *A política do precariado e a mercantilização do trabalho.* Entrevista com Ruy Braga publicada na edição nº 411 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ruyihuon411>;
- *A condição de insegurança é a regra do mundo do trabalho, hoje.* Entrevista com Ruy Braga publicada na edição nº 416 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/ruybraga>.

rum Social Mundial, em Porto Alegre-RS, o MPL ganhou repercussão nacional a partir da organização de vários protestos em junho de 2013. (Nota da IHU On-Line)

# O governo do PT e a mudança no paradigma sindical

Para Roberto Véras, apesar dos avanços nas negociações coletivas, não houve mudanças estruturais nas dinâmicas sociais do trabalho

POR RICARDO MACHADO | COLABOROU: CESAR SANSON

“**D**e fato, as negociações coletivas voltaram a produzir ganhos mais efetivos, especialmente reajustes salariais acima da inflação, completando o quadro de ganhos para os trabalhadores. Entretanto, tais conquistas e ganhos não têm conseguido produzir mudanças mais estruturais na configuração das dinâmicas sociais do trabalho (marcadas por clivagens e discriminações de várias ordens)”, pondera o professor Roberto Véras de Oliveira, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Ao se debruçar sobre o pano de fundo do trabalho nos três mandatos do Partido dos Trabalhadores – PT à frente do Palácio do Planalto, o professor considera que houve uma mudança na dinâmica do capitalismo e, conseqüentemente, do trabalho. “No que se refere às agendas trabalhista e sindical, alguns aspectos do contexto que se estabeleceu a partir da eleição de Lula merecem maior destaque. Em primeiro lugar, é importante que se considere que a dinâmica mundial do capitalismo nas últimas décadas têm sido fortemente marcada por pressões flexibilizadoras e precarizantes, tendo isso se

intensificado a partir do desencadeamento da crise global, em 2008”, frisa.

A força e a pressão que os sindicatos de trabalhadores exerceram, principalmente, na década de 1980, mas também na década seguinte, parecem ter perdido o fôlego. Na avaliação de Roberto Véras, “uma significativa presença de ex-sindicalistas nos diversos escalões do governo, inclusive em vários postos no primeiro escalão, não representou uma marcante presença sindical no debate público sobre os temas do trabalho e da cidadania. O sindicalismo brasileiro não tem conseguido recuperar o protagonismo político que teve nos anos 1980”, considera.

Roberto Véras de Oliveira é graduado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Realizou mestrado em Sociologia também pela UFPB e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. Atualmente é professor na UFPB, atuando no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, onde coordena o programa na gestão 2013-2015.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Completam-se, em 2014, 12 anos do PT no governo federal. Pensando a relação da gestão petista com o movimento sindical, qual é o balanço que pode ser feito?**

**Roberto Véras** – O balanço não é simples de ser feito, visto que o governo tem atuado sob uma coalizão de forças bastante heterogênea e marcada por contradições. Um aspecto a realçar se refere à relação entre as expectativas geradas e as realizações. Em se tratando de uma

raríssima oportunidade na qual um partido considerado de esquerda assume a Presidência da República, estabeleceu-se entre os eleitores, os simpatizantes e os militantes políticos mais diretamente identificados com a figura de Lula e com a história do PT, incluindo militantes sindicais, a confiança de que o enfrentamento dos problemas sociais históricos seria, enfim, tomado como prioridade no país. De fato, as políticas sociais foram alvo de investimentos jamais feitos na história do país, com desta-

que para o Bolsa Família<sup>1</sup>, ao mesmo

<sup>1</sup> **Bolsa Família:** programa do governo federal de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a 70 reais mensais e que está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda, que promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades para receber o benefício, as quais reforçam o acesso à educa-

tempo que a retomada de um papel mais ativo do Estado no fomento ao desenvolvimento econômico produziu importante elevação das taxas de emprego e de formalização, assim como tem havido sistemática política de elevação do salário mínimo. Tudo isso favoreceu a elevação da renda dos trabalhadores, a diminuição dos índices de desigualdades sociais, o combate à pobreza extrema.

Sob um contexto econômico mais positivo e um ambiente político mais amigável, estabeleceram-se condições mais favoráveis à ação sindical. De fato, as negociações coletivas voltaram a produzir ganhos mais efetivos, especialmente reajustes salariais acima da inflação, completando o quadro de ganhos para os trabalhadores. Entretanto, tais conquistas e ganhos não têm conseguido produzir mudanças mais estruturais na configuração das dinâmicas sociais do trabalho (marcadas por clivagens e discriminações de várias ordens: de gênero, regionais, de geração, de nível de qualificação, grau de formalização, de grau de proteção social, etc.). Por outro lado, as dificuldades de construção de uma maior unidade de organização e ação sindical até aumentaram, com a pulverização da cúpula do movimento sindical, trazida com a multiplicação das centrais, completando um quadro já bastante pulverizado na base, no âmbito dos sindicatos e federações. As indicações de um certo esgotamento no atual ciclo de retomada do crescimento econômico e nos efeitos das políticas sociais no padrão de distribuição de renda, somadas à incapacidade do sindicalismo de gerar uma presença e postura mais proativas no cenário político do país, anunciam maiores dificuldades no próximo período em manter os ganhos atuais e uma maior distância do horizonte de mudanças mais estruturais no quadro socioeconômico do país.

**IHU On-Line – Lula é oriundo do movimento sindical. Como o senhor avalia a postura do ex-presidente na agenda do mundo do trabalho? Ele**

ção, à saúde e à assistência social; e as ações e programas complementares, que objetivam o desenvolvimento das famílias e a superação da situação de vulnerabilidade. (Nota da IHU On-Line)

## “De fato, as negociações coletivas voltaram a produzir ganhos mais efetivos, especialmente reajustes salariais acima da inflação”

**teve uma postura mais ousada ou comportada?**

**Roberto Véras** – No que se refere às agendas trabalhista e sindical, alguns aspectos do contexto que se estabeleceu a partir da eleição de Lula merecem maior destaque. Em primeiro lugar, é importante que se considere que a dinâmica mundial do capitalismo nas últimas décadas tem sido fortemente marcada por pressões flexibilizadoras e precarizantes, tendo isso se intensificado a partir do desencadeamento da crise global, em 2008. Quanto ao Brasil, embora esteja vivenciando, nestes últimos 12 anos, um momento político e econômico diferenciado, de modo contrastante com as tendências prevaletentes no próprio país nos anos 1990 e aquelas que continuaram marcando o quadro internacional, incluindo os países centrais, continuou submetido a tais pressões. Destaquem-se: do lado da dinâmica real das relações de trabalho, os processos de terceirização e a rotatividade no emprego continuaram concorrendo para flexibilizar e precarizar vínculos de trabalho; de outra parte, no que se refere às posições dos agentes e às disputas de ideias na sociedade, as lideranças empresariais continuaram sua agenda de divulgação e pressão pela flexibilização das relações de trabalho, incluindo a legislação trabalhista, o que continuou sendo amplamente propagado, especialmente em razão do apoio da grande mídia.

Da parte do governo, algumas medidas concorreram para frear os ritmos de flexibilização/precarização, embora não de modo a eliminar tais

pressões e menos ainda no sentido de produzir mudanças mais estruturais (conforme já comentamos): retirou do congresso o projeto de lei que flexibilizava a CLT<sup>2</sup>; instituiu o Fórum Nacional do Trabalho – FNT, com o fim de patrocinar o debate e a negociação, em bases tripartites, das reformas trabalhista e sindical; articulou políticas sociais e econômicas, que, conforme já comentado, produziram um quadro mais favorável aos ganhos dos trabalhadores. Como do FNT não resultou um acordo amplamente reconhecido pelas partes envolvidas e pelo congresso nacional, a partir dele não se produziu uma reforma trabalhista e sindical negociada. O tema sindical chegou a ser discutido, com alguma proposta tendo sido produzida, mas não implicou em um efetivo e sólido acordo. Quanto ao tema trabalhista, sequer chegou a ser debatido.

Com um ambiente econômico de retomada do desenvolvimento, com ganhos salariais e sociais, o tema saiu de foco (no debate público), mas os processos de flexibilização e reprodução da precariedade, especialmente por meio da dinâmica da subcontratação e da rotatividade no emprego, continuaram. Ao mesmo tempo, medidas como a Reforma da Previdência subtraíram direitos sociais e representaram a outra face do Governo, aquela que tem fortes compromissos com a lógica do mercado, gerando um ambiente de tensão entre governo e centrais sindicais. Uma certa compensação foi produzida com a medida que reconhece as Centrais, inclusive destinando fundos públicos à sua manutenção. Agora, com as indicações de certo esgotamento do ciclo econômico e com um maior desgaste da base de apoio ao governo, assim como com a sombra da crise global pairando sobre país, voltam as pressões, inclusive do ponto de vista de alterações na lei. O destaque quanto a isso é o projeto que se encontra atualmente em discussão no congresso nacional sobre a terceirização (PL 4.330<sup>3</sup>). Em

<sup>2</sup> **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):** Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> **Projeto de Lei 4.330/2004:** prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade de determinada empresa, sem estabelecer limites ao tipo de serviço que pode ser alvo de tercei-

síntese, a postura do governo visou, antes, segurar a onda desregulamentadora e precarizante, estabelecida ao longo dos anos 1990, do que produzir mudanças na base legal das relações de trabalho, que viessem trazer novas conquistas aos trabalhadores.

**IHU On-Line – De que maneira avalia o comportamento do movimento sindical nesses 12 anos de poder do PT?**

**Roberto Véras** – Em geral, e simplificando bastante, avalio que o movimento sindical não soube aproveitar o momento para avançar na sua agenda de reivindicações. De um lado, houve uma corrida, da parte das lideranças sindicais, especialmente da Central Única dos Trabalhadores – CUT (mais próxima do PT e de Lula), para ocupar cargos no governo, gerando a falsa sensação de que o sindicalismo estaria assim representado no programa a ser executado. De outro, os vínculos ideológicos (herdados da trajetória em comum de construção de um projeto democrático e popular para o país) e pragmáticos (cada vez mais presentes nas relações entre governo e sindicalismo) levaram a uma postura marcada pela cautela. Em algumas situações, como da Reforma da Previdência, a fidelidade ao governo falou mais alto do que a independência sindical, afetando sobremaneira a

rização. Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que rege a terceirização no Brasil, proíbe a contratação para atividades-fim das empresas, mas não define o que pode ser considerado fim ou meio. O PL tramita há nove anos na Câmara dos Deputados e está previsto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no dia 13 de agosto. (Nota da IHU On-Line)

## “Significativa presença de ex-sindicalistas nos diversos escalões do governo não representou uma marcante presença sindical no debate público”

CUT, que passou desde então a sofrer sucessivas defecções. Em um balanço geral, poderia dizer que o sindicalismo (como um todo), nesse período, foi incapaz de criar uma base de ação articulada em torno de projetos comuns, de modo a aproveitar o contexto mais favorável (econômica e politicamente) para disputar propostas e os rumos do próprio governo. Uma significativa presença de ex-sindicalistas nos diversos escalões do governo, inclusive em vários postos no primeiro escalão, não representou uma marcante presença sindical no debate público sobre os temas do trabalho e da cidadania. O sindicalismo brasileiro não tem conseguido recuperar o protagonismo político que teve nos anos 1980.

**IHU On-Line – Em termos práticos, quais foram os principais avan-**

**ços na pauta do trabalho durante esse período?**

**Roberto Véras** – Basicamente, os avanços se situam no aumento do emprego e da formalização, na recuperação do salário mínimo e na retomada das conquistas sociais e econômicas via negociações coletivas. Aliado aos ganhos materiais, é importante que se registre uma maior liberdade para a atuação sindical e um maior espaço político e institucional para negociações sociais.

**IHU On-Line – E onde estão os principais recuos?**

**Roberto Véras** – Eu não diria que houve propriamente recuo. O que tem ocorrido é que os avanços têm sido insuficientes (frente aos desafios estruturais) e passíveis de reversão. Basta que persista um ciclo econômico de baixo crescimento ou, pior ainda, de recessão, para que as taxas de desemprego cresçam, a formalidade decresça, os ganhos salariais sejam minados. Em um quadro assim, será necessário mais determinação política para se evitar danos maiores aos trabalhadores. Quanto ao sindicalismo, precisará passar para uma atuação mais competente e articulada.

**IHU On-Line – Pensando na agenda do mundo do trabalho, quais são os principais desafios que precisam ser enfrentados?**

**Roberto Véras** – O principal desafio é político. Passa pela possibilidade histórica da autoconstituição dos trabalhadores como força social e política capaz de influir nos acontecimentos, garantindo que suas demandas e seu ponto de vista se traduzam em projeto.

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA  
NO SITE DO IHU  
WWW.IHU.UNISINOS.BR

# Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da **IHU On-Line** dedicadas ao debate sobre o mundo do trabalho.



- *A organização do mundo do trabalho e a modelagem de novas subjetividades*, edição nº 416, de 29-04-2013, disponível em <http://bit.ly/1jBMvNv>
- *As mutações do mundo do trabalho. Desafios e perspectivas*, edição nº 390, de 30-04-2012, disponível em <http://bit.ly/1f6Rav8>
- *Trabalho imaterial e apropriação da subjetividade humana*. Entrevista com Sílvio Camargo publicada na edição nº 387, de 26-03-2012, disponível em <http://bit.ly/Hafd5c>
- *Biocapitalismo e trabalho. Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação*, edição nº 327, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/1ig0gAa>
- *O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes*, edição nº 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/1eINBv6>
- *O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado*, edição nº 291, de 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/QyKJpA>
- *O mundo do trabalho no Brasil de hoje. Mudanças e novos desafios*, edição nº 256, de 28-04-2008, disponível em <http://bit.ly/1k79oeR>
- *O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho*, edição nº 216, de 23-04-2007, disponível em <http://bit.ly/1ig54pa>
- *Mais inovação tecnológica e... piores condições de trabalho. Um paradoxo!*, edição nº 188, de 10-07-2006, disponível em <http://bit.ly/1prqdXy>
- *Trabalho. As mudanças depois de 120 anos do 1º de maio*, edição nº 177, de 24-04-2006, disponível em <http://bit.ly/1k77wD0>
- *As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho*, edição nº 161, de 24-10-2005, disponível em <http://bit.ly/1jOLnaU>
- *A crise da sociedade do trabalho*, edição nº 98, de 26-04-2004, disponível em <http://bit.ly/1jC5Zln>
- *Economia Solidária e a crise do mundo do trabalho*, edição nº 66, de 30-06-2003, disponível em <http://bit.ly/Pu71rr>
- *1º de maio: trabalho e memória*, edição nº 57, de 28-04-2003, disponível em <http://bit.ly/QyHeiO>

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS  
NO SITE DO IHU  
[WWW.IHU.UNISINOS.BR](http://WWW.IHU.UNISINOS.BR)

**Tema  
de  
Capa**

**Destques  
da Semana**

**IHU em  
Revista**

# Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 14-04-2014 a 25-04-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

## Plano Nacional de Mineração e a nova versão do Programa Grande Carajás

Dário Bossi, missionário comboniano, membro da rede Justiça nos Trilhos e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental  
Publicada no dia 25-04-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/ihu250414>

“O Programa Grande Carajás alterou profundamente a história, a geografia e o ambiente da Amazônia oriental, e suas consequências continuam presentes na vida cotidiana das cidades”, diz padre Dário Bossi, que há sete anos atua como missionário comboniano no Pará e na região amazônica. Segundo ele, 21 dos 27 municípios dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, atravessados pela Estrada de Ferro Carajás, “possuem Índice de Desenvolvimento Humano – IDH menor que a média dos seus Estados”. O Programa, criado pela Vale do Rio Doce durante o governo João Figueiredo (1979 a 1985), surgiu com a promessa de proporcionar à região diversas oportunidades, desde projetos de industrialização do minério extraído, até beneficiamentos para a agroindústria e o reflorestamento. Contudo, 30 anos depois de sua implantação, “muito disso ficou no papel”, afirma em entrevista à **IHU On-Line**.

## Dos ultraprocessados aos alimentos: resgatando a boa nutrição?

Entrevista com Signorá Konrad, professora do curso de Nutrição da Unisinos  
Publicada no dia 24-04-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/ihu240414>

“Há hoje uma pandemia, em que metade da população brasileira adulta tem excesso de peso e quase 15% é obesa”, alerta a nutricionista Signorá

Konrad. “Devemos fazer do alimento a base da nossa alimentação.” Esta será a principal recomendação do novo Guia Alimentar para a População Brasileira, ainda em consulta pública, a ser lançado no próximo mês de agosto, informa ela em entrevista à **IHU On-Line**. Segundo Konrad, apesar de a frase parecer “redundante”, propõe justamente uma distinção entre o que são alimentos e o que são produtos ultraprocessados, tais como biscoitos, barras de cereais, sorvete, enlatados e os demais produtos industrializados, já que “durante muito tempo se tratou os produtos ultraprocessados como alimentos”.

## “A política moderna não tem mais sentido”

Entrevista com o sociólogo Michel Maffesoli, professor da Universidade Sorbonne – Paris V e secretário geral do Centre de Recherche sur l’Imaginaire  
Publicada no dia 23-04-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/ihu230414>

“A política tal como se caracterizava essencialmente em termos de projeto racional não existe mais. Ao contrário disso, há um ressurgimento do emocional”, diz Michel Maffesoli à **IHU On-Line**, em entrevista concedida pessoalmente. Para ele, as recentes manifestações dos jovens brasileiros e dos indignados de Madri “mostram que não se inserem mais na perspectiva política habitual e que neles há, ao contrário, uma invasão da dimensão emocional”, avalia. Partindo de uma interpretação sociológica fenomenológica, Maffesoli diz que desde os anos 1980 assiste-se ao fim da modernidade e ao início da pós-modernidade – não mais em um movimento circular, mas de pêndulo, onde as sociedades avançam ao mesmo tempo em que mantêm

características ulteriores. “Por um movimento de pêndulo, que nos remete justamente aos ciclos, percebemos que o importante hoje é o ventre, isto é, o emocional, as emoções, e não o racional”.

## A surdez humana e a voz infinita de Deus

Entrevista com Andrés Torres Queiruga, teólogo, professor da Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha  
Publicada no dia 21-04-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/ihu210414>

Para o teólogo Andrés Torres Queiruga, não houve nenhum silêncio de Deus em Auschwitz, e a pergunta “Onde está Deus?”, que voltou a ser feita após o holocausto, deve ser “enterrada definitivamente”. Para ele, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele defende que o que houve foi “surdez humana”, porque Deus sempre está clamando com “voz infinita”. Na avaliação do teólogo, perguntas que apontam para o silêncio de Deus diante da maldade humana e sugerem o consentimento de Deus diante das atrocidades “levam diretamente ao ateísmo”, e uma “teologia não devidamente atualizada pode ter resultados catastróficos”. Para ele, é preciso compreender que os casos de brutalidade foram cometidos “identicamente contra as vítimas e contra Deus” e que o “mal é algo que Deus não quer e contra o qual, desde o começo da história, está do nosso lado, chamando-nos para que colaboremos com Ele, para remediá-lo ou diminuí-lo na medida do possível”.

## O Deus que sofre e se revela na fraqueza não silencia

Entrevista com Carlos Arthur Dreher, graduado, mestre e doutor em Teologia, professor das Faculdades EST  
Publicada no dia 19-04-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/PKI5vN>

“O grito de Jesus na Cruz antes da morte: ‘Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?’, relatado no Evangelho de Marcos (Mc 15 33,34), “nos apresenta o verdadeiro homem, de carne e osso, que sofre da

mesma maneira que qualquer ser humano sofre”, afirma Carlos Arthur Dreher. As diversas passagens bíblicas revelam um Deus presente e não ausente, um Deus que se revela na sarça, no espinheiro insignificante, na brisa leve, no imperceptível, na manjedoura e até mesmo na cruz, assinala o teólogo e pastor luterano. “Não é à toa que Paulo afirma que essa Palavra da Cruz é ‘escândalo para os judeus e loucura para os gentios’. O mundo não consegue compreender que Deus se revele na fraqueza”, afirma. Para Dreher, “Deus não ‘silencia’ diante do sofrimento humano, tampouco se ausenta. Ele está, sempre, no meio de nós. (...) Ele estava nas câmaras de gás do holocausto, Ele estava em meio aos povos indígenas brutalmente assassinados pelos conquistadores, e ainda está no meio deles. Ele está em meio aos pobres do mundo inteiro. Ele estava nos porões da tortura. Afinal, Ele mesmo foi brutalmente torturado na Cruz. Como não estaria conosco sempre?”.

## O grito de Jesus na cruz e a longa tradição de lamentos contra Deus

Entrevista com Alexander Nava, mestre e doutor em Teologia, professor da Universidade do Arizona  
Publicada no dia 18-04-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/1m153hj>

O grito de Jesus na cruz antes da morte, “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?”, narrado no Evangelho de Marcos (Mc 15, 34), “captura uma longa tradição de gritos de lamento e de protesto judeus. O exemplo mais óbvio disso é o livro de Jó, em que o principal protagonista, um homem justo que luta com um terrível destino, grita de angústia e dor contra Deus. Assim como no Salmo 22 e em Marcos 15, 34, Jó se sente completamente abandonado por Deus e, ainda pior, sente que Deus é responsável pelo seu sofrimento. No fim, o desespero que Jó sente é transformado em uma alegria e esperança surpreendentes, mas isso não diminui o audacioso desafio que Jó lançou contra Deus”. A reflexão é do teólogo estadunidense Alexander Nava. “Ouvir e conhecer Deus depende da nossa ‘capacidade de ver através dos olhos dos pobres e dos vulneráveis’”, diz, porque, “ao contrário das visões romanas da religião, em que o imperador romano era visto como divino, o cristianismo acredita que Deus veio na forma humilde e oprimida de um mendigo ou de um escravo.

Em vez de se manifestar no poder político e no sucesso mundano, o Deus do Novo Testamento se revela na fraqueza e na impotência, no amor e no serviço aos outros”.

## O grito de Jesus na cruz e seus ecos na contemporaneidade

Entrevista com Francine Bigaouette, doutora em Teologia, missionária no Peru pela Congregação das Dominicanas Missionárias Adoradoras, professora de Teologia  
Publicada no dia 17-04-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/1itHDJ7>

“A escuta do grito de Jesus crucificado nos permite vivenciar a perturbadora descoberta de que, quando experimentamos de diversas maneiras o poder do mal e da morte, temos o direito de pensar que somos abandonados por Deus, de nos sentir entregues por Ele e de lhe perguntar por que, sem que isso viole a qualidade de nossa confiança e de nossa esperança Nele”, assinala Francine Bigaouette, teóloga canadense. Francine ressalta que, “ao mesmo tempo, porém, descobrimos que as situações existenciais de abandono que vivenciamos não podem mais ser interpretadas como a expressão da ausência de Deus, de sua indiferença, de seu recuo, de seu castigo”. Na interpretação da teóloga, é justamente no instante da morte de Jesus na cruz que “é desvelada a face de um Deus que luta contra a hostilidade dos adversários do Filho, mostrando-lhes o que é feito de seu amor quando eles o rejeitam: não a vingança, mas a misericórdia. (...) Ele, Deus, vem para suscitar nesse lugar a resposta que o ser humano, entregue a si mesmo, é incapaz de lhe dar: a resposta da fé. No clamor de Jesus na cruz, o silêncio de Deus diante da morte de seu Filho se faz ouvir como a palavra-ápice pela qual Ele nos revela a profundidade inaudita de seu respeito e de seu amor por nós”.

## 70% das comunidades são privadas da Eucaristia dominical. “A Igreja é a responsável por esta situação”

Entrevista com Paulo Suess, doutor em Teologia Fundamental, possui o título de Doutor *honoris causa* das universidades de Bamberg e Frankfurt, na Alemanha, assessor teológico do Conselho

Indigenista Missionário – Cimi  
Publicada no dia 16-04-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/1hKRQGM>

“[O Papa] Francisco sabe que não pode ser autor, diretor, coreógrafo e ator na mesma peça. Ele sabe também que cada herói necessita seu vilão. Se o vilão fica mais forte que o herói, a peça torna-se tragédia”, observa o teólogo alemão Paulo Suess, que chama atenção para a responsabilidade da Igreja diante de sua comunidade eclesial. “A Igreja, que é sacramento de vida, pode e deve assumir coletivamente a carência de padres e saná-la coletivamente. Michel de Certeau, um jesuíta francês, muito estimado pelo Papa, fala de uma ‘ruptura inovadora’ (*rupture instauratrice*) de vida nova que nasce das ruínas. Podemos nos imaginar um grupo de *virii probati* que celebra em conjunto a Eucaristia”, sustenta. “A Igreja os convoca e encarrega para fazer comunitariamente o que nenhum deles pode fazer sozinho. O vínculo com a comunidade e para a comunidade, no interior de uma diocese e paróquia, pode fazer da Igreja local uma ‘comunidade de comunidades’”, complementa.

## Denúncia feita ao Papa: “Grupos político-econômicos buscam desconstruir os direitos territoriais dos povos indígenas”

Entrevista com Dom Erwin Kräutler, Bispo do Xingu e presidente nacional do Conselho Indigenista Missionário – CIMI.  
Publicada no dia 15-04-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/1etftTB>

“Denunciei ao Papa que, contrariando o que determina a Constituição Brasileira, o atual governo suspendeu os procedimentos administrativos de reconhecimento e demarcação de terras indígenas no país”, narra Dom Erwin Kräutler, Bispo do Xingu – considerada a maior diocese do Brasil, com aproximadamente 800 comunidades, mas com apenas 27 padres. Dom Erwin Kräutler se encontrou com o Papa Francisco em 04-04-2014. “Agradei o privilégio de ser recebido em audiência como bispo do Xingu, que é a maior circunscrição eclesial do Brasil em extensão territorial. (...) Como em toda a Amazônia, também no Xingu as comunidades, em sua imensa maioria, só têm acesso à celebração

eucarística dominical duas ou três vezes ao ano”, conta o sacerdote. “Denunciei que existem hoje grupos político-econômicos ligados ao agronegócio, a mineradoras e empreiteiras, com apoio e participação do governo brasileiro, que buscam desconstruir os direitos territoriais dos povos indígenas e, para conseguir tal objetivo, utilizam sistematicamente instrumentos político-administrativos, judiciais e legislativos”, argumenta Dom Erwin.

uma força de alteração da lógica política, econômica, social, cultural daquela comunidade”, afirma o sociólogo José Cláudio Alves. Há pouco mais de cinco anos, foi instalada na Favela de Santa Marta, no Rio de Janeiro, a primeira UPP carioca. “Essa estrutura montada há cinco anos não consegue alterar a essência do crime organizado. Ela altera a forma dele funcionar, diminui a lucratividade, estabelece outras formas do tráfico de drogas, do tráfico de armas”, aponta Alves. “Inicialmente se teve uma visão – e isso se constitui politicamente – de que as UPPs são uma resposta política e midiática à estrutura da violência que existe no Rio de Janeiro há muito tempo, que funciona e sempre funcionou. Essa forma de operar, desde o início, já era capenga, não tinha de fato uma estrutura mais aprofundada de relacionamento com a comunidade”, explica o professor. “O tráfico funciona dentro de uma estrutura social na qual o aparato institucional funciona espoliando e arrancando dinheiro e recurso dessa população mais pobre. Ela é espoliada pelo tráfico e pelo aparato policial”, complementa.

## “As UPPs não alteram a essência do crime organizado”

Entrevista com José Cláudio Alves, mestre e doutor em Sociologia, professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Publicada no dia 14-04-2014  
Acesse o link <http://bit.ly/1iNe0o9>

“A prática das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs deixa claro isso: são uma força de ocupação, e não

Acesse o Twitter do IHU em [twitter.com/\\_ihu](http://twitter.com/_ihu)

## Entrevistas da Semana

# Dizem que foi feitiço – Curandeirismo e práticas de cura na historiografia do RS

Nikelen Acosta Witter resgata o histórico das relações do homem com doenças e epidemias ao longo da história

POR ANDRIOLLI COSTA

**E**m 1866, quando o município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ainda era conhecido pelo nome de Vila de Santa Maria da Boca do Monte, a preta forra Maria Antônia, agricultora e curandeira, foi indiciada, aos 70 anos de idade, por envenenamento. A acusação partiu da boca de um homeopata, o último a ter como paciente uma filha de lavradores pobres da região. Sofredora de uma terrível moléstia, vários especialistas em cura foram convocados para tratar a menina – de médicos e boticários à própria Maria Antônia, que foi quem obteve melhores resultados. Ainda assim, com a morte da garota, toda a culpa lhe foi imputada.

De posse dos documentos que narravam este acontecimento, a historiadora Nikelen Acosta Witter sentiu-se provocada com algumas inquietações. Por que a única curandeira que logrou melhoras foi denunciada? Como se estabelecia a relação entre a medicina popular e a tradicional? Quais elementos medicinais no século XIX acabavam sendo relacionados à feitiçaria? Para responder a essas perguntas era preciso uma investigação que se despisse dos tradicionais preconceitos alinhavados pela história da medicina.

“Quando comecei minhas pesquisas, pelo fim dos anos 1990, mesmo os historiadores de ponta ainda repetiam algumas ideias plantadas pelos primeiros narradores da História da Medicina”, descreve. “Que o curandeirismo

era um mal necessário, que se desenvolveu pela falta de médicos, que era o que a população conseguia construir em meio à ignorância e abandono a que estava submetida.”

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Witter aborda a evolução da relação do homem com as doenças e epidemias, assim como a diferença das práticas de cura nos séculos anteriores com as contemporâneas – em que a própria medicina era marcada por elementos como crenças e religiosidade, assim como concepções diferentes de corpo e da própria origem e trajetória das doenças. “Acima de tudo, e pensando em termos bem contemporâneos, o corpo dos doentes lhes pertencia”, pontua. “A medicina ainda não tinha força para exigir esse controle e nem mesmo para brigar fortemente por ele.”

Nikelen Acosta Witter possui mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Maria, com a dissertação *Dizem que foi Feitiço: curadores e práticas de cura no sul do Brasil*, que foi publicada em livro homônimo (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001). Possui doutorado também em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, com a tese *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil*. Atualmente é professora do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, em Santa Maria, RS. Atua ainda como colunista do site Sul21.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – De onde veio seu interesse em trabalhar as práticas de cura desde uma perspectiva histórica? Como esta disciplina, tradicionalmente, aborda os saberes populares ligados à cura?**

**Nikelen Acosta Witter** – Meu interesse começou um pouco por acaso. O encontro da documentação do caso da curandeira preta forra Maria Antônia – que foi a base da minha dissertação de mestrado – foi algo difícil de ignorar e mesmo de fugir. Era muita riqueza documental, muitas informações novas, muitas implicações interpretativas numa época em que os estudos sobre curandeirismo ainda eram incipientes. Encontrava-se mais material na sociologia e na antropologia tentando compreender o curandeirismo em locais determinados ou nos seus termos modernos, já filtrados por uma cultura médica. Pouco estava mapeado pelos historiadores de fato, trabalhando com as lógicas diferentes de outros contextos históricos do Brasil. Quando comecei minhas pesquisas, pelo fim dos anos 1990, mesmo os historiadores de ponta ainda repetiam algumas ideias plantadas pelos primeiros narradores da História da Medicina: que o curandeirismo era um mal necessário, que se desenvolveu pela falta de médicos, que era o que a população conseguia construir em meio à ignorância e abandono a que estava submetida.

**IHU On-Line – Em 1999, no mestrado em História, você produziu a dissertação *Dizem que foi Feitiço: curadores e práticas de cura no sul do Brasil*. Já em 2007, no doutorado, sua tese foi *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil*. Qual a diferença de abordagem de seu objeto de pesquisa nos dois estudos?**

**Nikelen Acosta Witter** – Muitas perguntas são semelhantes nos dois trabalhos. Como se adoecia no século XIX? A quem se procurava? Qual o mapa terapêutico? Como se dava o relacionamento entre doentes e curadores? Contudo, claro, a tese tem, além da maturidade de pesquisa, ambições maiores nas respostas. *Dizem que foi Feitiço* usou a leitura intensiva de um documento como forma de buscar

as questões que dele brotavam. Era preciso explicar a prisão de Maria Antônia, por que ela fora procurada? Era preciso entender elementos de gênero e também sobre a escravidão. No entanto, foi a diversidade que encontrei que me levou a formular questões maiores, jogadas num universo mais amplo. O que aconteceu é que muitas vezes a tese comprova o que a dissertação intuía. A principal diferença entre ambos, creio, é o aprofundamento teórico que a tese realiza. Acho que a história de *Dizem que foi Feitiço* torna a dissertação uma leitura mais agradável, enquanto a tese propõe conceitos. O que todo o historiador e pesquisador espera é para ver como esses conceitos serão lidos, apropriados e criticados.

**IHU On-Line – Como eram as práticas de cura no Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX? Quais destes costumes, em determinadas comunidades, ainda se mantêm até hoje?**

**Nikelen Acosta Witter** – É difícil resumir o que está numa dissertação e numa tese em poucas linhas. Contudo, é importante relatarmos que as práticas de cura dessa época possuíam uma legitimidade que nada tinha a ver com os modelos médico-científicos que vieram a dominar no século XX. Tais modelos são o que há de novo nesse período e, por isso, muitas vezes, são alvo também de suspeita. Por outro lado, é necessário lembrar que a lógica que comanda as descobertas científicas e a própria medicina é igualmente diferente daquela que vigorava nos séculos XVIII e XIX, bem como em suas pequenas comunidades. Elementos como religiosidade, crenças, concepções de corpo e da própria origem e trajetória das doenças estavam imbricados num arcabouço complexo e multifacetado ao longo de uma sociedade cheia de diversidade e marcada por fortes hierarquias pessoais. Acima de tudo, e pensando em termos bem contemporâneos, o corpo dos doentes lhes pertencia. A medicina ainda não tinha força para exigir esse controle e nem mesmo para brigar fortemente por ele.

**IHU On-Line – De que forma era construída a relação entre a medi-**

**na oficial (dos doutores, boticários e mesmo homeopatas) e esta medicina alternativa (dos saberes populares, da tradição e da oralidade)?**

**Nikelen Acosta Witter** – Em primeiro lugar, as linhas que separavam esses saberes não eram tão claras na maior parte do tempo. As distâncias no Brasil, o Estado ainda em expansão e a diversidade da população podiam alongar ainda mais essas linhas longe dos grandes centros. Sendo assim, é possível encontrar de tudo. Do embate franco e direto, chegando até a documentação judicial, até longas e mornas disputas de clientela por anos a fio, trocas de ataques em jornais, difamação, calúnias, denúncias. Havia de tudo um pouco. Aliás, podemos encontrar até mesmo colaboração entre esses grupos. Como era o caso de alguns espíritas que se colocavam com um pé em cada canoa, ou mesmo farmacêuticos – atestam as memórias de João Daudt Filho<sup>1</sup> – que “consertavam” as receitas dos curandeiros, sem interpellá-los ou desautorizá-los.

**IHU On-Line – Observando a historiografia mundial, com as constantes epidemias que volta e meia afetam a humanidade, quais diferenças e semelhanças são possíveis de se perceber no modo como o ser humano vem encarando as doenças contagiosas ao longo dos anos?**

**Nikelen Acosta Witter** – Creio que em fins do século XIX se começou a romper com o longo protocolo de recepção das epidemias. Charles Rosenberg<sup>2</sup> mapeou essas mudanças nos Estados Unidos. A principal delas foi a saída da esfera do castigo divino. Muito embora saibamos que tais explicações retornam e nunca foram completamente abandonadas.

<sup>1</sup> João Daudt Filho: farmacêutico e empresário brasileiro, foi um dos fundadores da Escola Livre de Farmácia e Química Industrial em Porto Alegre, que deu origem mais tarde à Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre em 1898. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Charles E. Rosenberg (1936): historiador da medicina norte-americana e professor na Universidade de Harvard. É autor, entre outras obras, de *Our Present Complaint: American Medicine, Then and Now* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007). (Nota da IHU On-Line)

Nesse sentido, a descoberta da AIDS nos anos 1980 ainda tem um bocado de coisa a nos dizer. Por outro lado, ainda é possível vivenciar elementos comuns a outras epidemias, como a fase da negação, a culpabilização pela ação (“sempre”) tardia dos governos até as receitas milagrosas e defesas questionáveis, mesmo dentro da medicina científica. Um exemplo é o medicamento Tamiflu, usado nos casos da epidemia de gripe A e sobre o qual ainda pairam dúvidas; até as soluções caseiras como os chás de raiz estrelada (que teria o mesmo princípio do medicamento). Fortuna para alguns, uma crença apaziguadora para outros. Como seres humanos, mudamos pouco.

**IHU On-Line – Você acredita que a informação que temos hoje sobre doenças contagiosas colabora para a prevenção de epidemias ou faz mais espalhar inverdades e pânico?**

**Nikelen Acosta Witter** – A verdade é que nossas defesas para com doenças verdadeiramente contagiosas são poucas. Assim como as nossas informações. Eu gostaria de dizer que se fôssemos todos mais bem informados teríamos menos riscos, mas não sei se é possível afirmar isso. Quando uma onda epidêmica vem, o certo é que ela vai colher a todos os que forem suscetíveis a ela e os que sobreviverem poderão passar genes mais fortes para a próxima geração. Essa é a história universal das epidemias. Não se trata de pessimismo. É uma constatação. Produzimos doenças novas, organismos se recombina, vírus sofrem mutação. Até produzimos um remédio eficiente (o que hoje é bem rápido, 1 ou 2 anos) alguns dos nossos serão sacrificados, e isso nos ajudará a compreender a doença. Pensando com o individualismo dos séculos XX e XXI isso parece cruel, mas, pensando como espécie, temos uma compreensão diferente. Nossa existência hoje é tributária de todas as doenças que já nos acometeram. É tributária de todos os nossos mortos e é tributária dos nossos sobreviventes. Somos os sobreviventes.

**IHU On-Line – Com a globalização dos povos, há também um pro-**

**cesso de globalização das doenças – o que Le Roy Ladurie<sup>3</sup> chama de “a unificação microbiana do mundo”. Esta seria uma consequência inevitável? Temos a dimensão de como esse processo afetou as populações originais de cada região?**

**Nikelen Acosta Witter** – Le Roy Ladurie pensa para a Europa o que McNeill<sup>4</sup> e Crosby<sup>5</sup> postulam para as Américas. E que tem a ver com a resposta da questão acima. Nossos contatos são a base do contágio. Logo, quanto mais globalizados estivermos, mais unificados estaremos em termos de doenças. As pestes colocaram a Eurásia num único bloco, mais tarde, a conquista das Américas possibilitou um genocídio “unificador” em termos biológicos. Os indígenas poderiam resistir ao invasor muito mais tempo, mas com certeza não puderam resistir aos seus vírus. Claro que isso coloca a velha questão do determinismo biológico, mas eu creio que as doenças têm também seu aspecto cultural. Não fosse isso, as roupas de gripados e variolosos não teriam sido usadas de forma intencional em vários processos de conquista. Reconhecer o papel das doenças nesse processo global de expansão eurocêntrica e do capital não é determinismo biológico. É determinismo humano. Sabia-se que era uma arma e foi usado dessa maneira.

3 Emmanuel Le Roy Ladurie (1929): historiador francês, especialista no “ancien régime” e na história do povo campestre. É pioneiro na pesquisa em micro-história, parte da corrente conhecida como a Nova História. É autor de diversos livros, entre eles *Saint-Simon e o sistema da corte e História dos Camponeses Franceses: da Peste Negra à Revolução*. (Nota da IHU On-Line)

4 John McNeill: historiador americano, professor na Georgetown University, autor dos livros *Something New Under the Sun* (Londres, 2000), *The Mountains of the Mediterranean World: An Environmental History*. (New York: Cambridge University Press, 1992) e *Atlantic American Societies from Columbus to Abolition*. (London: Routledge: 1992). (Nota da IHU On-Line)

5 Alfred W. Crosby (1931): historiador estadunidense, é conhecido por fornecer explicações com bases geográficas e biológicas para responder ao processo de exploração humana. É autor de *Imperialismo Ecológico* (São Paulo: Cia das Letras, 1993). (Nota da IHU On-Line)

**IHU On-Line – Pensando em termos de biossociabilidade, você acredita que a sociedade contemporânea lida melhor com os portadores de enfermidades ou estes ainda continuam sendo excluídos e segregados?**

**Nikelen Acosta Witter** – Com certeza lidamos melhor com os portadores de enfermidades do que no passado. Contudo, isso não quer dizer que estamos num nirvana de relações e nem mesmo que somos potencialmente melhores que os nossos antepassados. Temos nichos em que a tolerância se desenvolve e ganha voz, mas ainda são nichos, isso não é espalhado por toda a sociedade. E não é só no Brasil. Mesmo nos chamados países de primeiro mundo as coisas ainda são difíceis. Basta acompanhar, por exemplo, as lutas dos portadores de necessidades especiais em países como a França para compreendermos o quanto ainda estamos distantes de uma forma ideal de inclusão. Algumas enfermidades são silenciosas ou não fisicamente marcantes, mas as que se manifestam de forma clara ainda têm como resposta o medo e o distanciamento da maior parte das pessoas. Não importa se o portador é criança ou velho, ou esteja fragilizado, nosso mundo ainda estigmatiza e limita. Daí a importância dos nichos de luta pelos direitos e pela aceitação de todos os portadores de enfermidades (e veja bem, não de “anormalidades”).

**IHU On-Line – Deseja acrescentar mais alguma coisa?**

**Nikelen Acosta Witter** – Acho que os estudos sobre saúde ainda têm muito a contribuir, especialmente os que trazem viés histórico, sociológico, antropológico e filosófico. Nossos medos ainda estão muito à flor da pele para que possamos prescindir do entendimento que essas disciplinas dão aos nossos comportamentos. Além disso, vivemos numa época hipermedicalizada, em que tudo muito rapidamente se transforma em doenças: nossos comportamentos, nossa sexualidade, nossa tristeza, nossa euforia, nossa raiva. Compreendermos é também um remédio. Talvez o único sem contraindicações.

# A tecnociência ultrapassa as fronteiras das comunidades científicas

Para o filósofo Valter Bezerra, não adianta propor belos invariantes filosóficos para a racionalidade científica se eles não forem capazes de dar conta das vicissitudes da prática, das contingências da racionalidade

POR PATRÍCIA FACHIN

“**A** construção de uma filosofia da tecnologia não pode mais ser baseada em teses como a de que ‘a ciência e a tecnologia são neutras, e o que não é neutro seria o uso que se faz delas’. Ela deve levar em conta as especificidades epistemológicas da tecnociência, a impregnação pelos valores (mesmo nas situações em que certos discursos tentam obliterar isso) e também sua dimensão ética”, adverte Valter Bezerra, professor de Filosofia da Universidade de São Paulo – USP, à **IHU On-Line**, em entrevista concedida por e-mail. Bezerra assinala que a tecnociência tem uma dimensão valorativa e, portanto, as aplicações tecnológicas, disponibilidade de meios técnicos, interação com os objetos e manipulação envolvem aspectos valorativos, “que ultrapassam as fronteiras das comunidades científicas, possuindo implicações para a sociedade em geral, e que muitas vezes estão atrelados a um macrovalor que permeia a ciência da modernidade: a possibilidade de controle e intervenção sobre a natureza”.

Na avaliação do filósofo, as ideias mecanicistas, que determinaram a relação entre a ciência e a tecnologia na modernidade, determinam a tecnociência, apesar de ter se “perdido um pouco de vista o quanto a ciência de hoje é tributária do mecanicismo”. Para ele, apesar de surgirem “várias situações na ciência contemporânea que mostram que um reducionismo estrito enfrenta dificuldades”, ainda “continuamos com uma concepção de ciência fortemente matematizada – que se manifesta frequentemente como quantificação no sentido numérico, porém isso não ocorre necessariamente, já que a matemática lida menos com quantidades do que com estruturas. Também continua inabalável a concepção de experimento controlado, a des-

contextualização dos objetos de investigação em laboratório e a aspiração à intervenção na natureza. Tudo isso são heranças das imagens de natureza e de ciência do mecanicismo”. E dispara: “Acredito que não poderemos compreender devidamente muitas das teorias científicas contemporâneas (em particular na física, porém não apenas nela) se não atentarmos para o contexto em relação ao qual elas foram formuladas – o mecanicismo, com suas variantes e mutações, que constitui um arco que se estende do século XVII a meados do século XIX”.

Bezerra esteve na Unisinos no dia 15-04-2014, ministrando a palestra *Racionalidade científica: contingência histórica e invariância filosófica*, dentro da programação do II Ciclo de Palestras Filosofia e Ciência hoje numa promoção do Diretório Acadêmico do curso de Filosofia da Unisinos e da Filosofia Unisinos.

Valter Bezerra é licenciado em Física pelo Instituto de Física e Faculdade de Educação da USP, mestre e doutor em Filosofia pela mesma universidade. Atualmente, leciona Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Integra o Programa de Pós-Graduação em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática da Universidade Federal do ABC – UFABC e participa do Projeto Temático Fapesp “Gênese e significado da tecnociência: das relações entre ciência, tecnologia e sociedade”. É licenciado em Física pelo Instituto de Física e Faculdade de Educação da USP. É membro fundador da Associação Filosófica *Scientiae Studia* de Estudos sobre a Ciência e Tecnologia e membro da Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul (AFHIC).

Confira a entrevista.

## IHU On-Line – Qual a diferença entre a racionalidade científica e a racionalidade filosófica?

**Valter Bezerra** – São racionalidades diferentes e, no entanto, acreditado que estão relacionadas. Atitudes como argumentar corretamente, apresentar razões para suas escolhas, decisões e ações, ter uma atitude crítica – tudo isso faz parte da racionalidade e, no entanto, a racionalidade não se esgota nisso. Vamos partir do pressuposto de que ciência e filosofia são, ambas, formas de conhecimento e modos de interpretar a realidade. Elas têm diferentes objetos e diferentes modos de acesso epistêmico a esses objetos; o que poderia haver de comum entre suas formas de racionalidade? A ciência versa sobre o mundo (inevitavelmente matizado e visto segundo certas “lentes” teóricas), ao passo que a segunda se dedica a problematizar e analisar criticamente os pressupostos mais fundamentais envolvidos tanto na visão científica de realidade quanto nas demais visões de realidade que são geradas por outras atividades (como o direito, a política, a tecnologia, o uso da linguagem, o comportamento moral, a matemática, etc.).

### Ciência x Filosofia: duas racionalidades

Ciência e filosofia parecem ser – e são – disciplinas com características muito diferentes. Na ciência, a evidência empírica parece desempenhar um papel muito importante, o que não está tão aparente na filosofia. Por outro lado, a filosofia tem uma relação muito especial com o seu passado, uma relação que poderíamos chamar de sincrônica; por isso consideramos autores de outras épocas como relevantes ainda hoje, e dialogamos com eles. Isso é muito diferente da relação que as ciências têm com seu passado disciplinar (como se sabe, nos cursos de graduação científicos dá-se muito pouco espaço à história da ciência). E quanto à noção de progresso, se não é fácil defini-lo no caso da ciência, ainda assim circulam certas noções “intuitivas” no sentido de que a ciência apresentaria *alguma* forma de progresso; já com relação à filosofia, o conceito de progresso parece ser muito difícil de aplicar. Na filosofia, haveria tradições autossuficientes e mutuamente incomunicáveis em perpétua articulação interna, sem nenhuma indicação

de que uma tradição pudesse “superar” alguma outra, em algum sentido razoável.

Bom, então temos até aqui muitas diferenças. E quanto às semelhanças? Uma importante semelhança pode ser encontrada se olharmos tanto para a ciência quanto para a filosofia como atividades de solução de problemas. Problemas requerem soluções. As teorias – tanto científicas quanto filosóficas – são, portanto, fundamentalmente tentativas de solução a certos problemas. Essa é uma visão que encontra algumas resistências no meio filosófico, em que por vezes tende-se a ver os sistemas de pensamento como construções *a priori*, e a enxergar o desenvolvimento histórico da disciplina em termos de autores, obras e comentaristas, mais do que como uma história dos problemas filosóficos e tentativas de solução. Porém, pensar a história das doutrinas filosóficas em termos de problemas e teorias permite dar uma interpretação mais dinâmica, viva e coerente para essa história. Em particular, como já disse Kant<sup>1</sup> com relação à ciência natural (nos *Prolegômenos*) e Hume<sup>2</sup> com relação à análise filo-

sófica (na *Investigação sobre o entendimento humano*), cada solução formulada a um problema dá origem a novos problemas, num desdobramento incessante e perpetuamente inconcluso. Ora, de onde vem essa semelhança, esse movimento de “propagação dos problemas”, no dizer de Nicholas Rescher<sup>3</sup>?

Outra semelhança está em que a ciência é menos empírica do que poderia parecer. A história da ciência mostra que a ciência não é sempre um sistema que reage instantaneamente e prioritariamente à evidência, embora esta seja, sem dúvida, importante. Os sistemas científicos (teorias, tradições de pesquisa, paradigmas, etc.) possuem, quando os olhamos em grande escala, uma inércia considerável, uma certa lentidão para reagir. Algumas partes podem ser bem mais ágeis no responder às evidências novas, porém outras partes são bem mais lentas. Há princípios imbricados tão profundamente na rede que podem ser considerados quase “analíticos” – como, por exemplo, na relatividade, a exigência de invariância das leis em diferentes sistemas de referência. Outros princípios, ainda que mais próximos do estatuto das leis científicas usuais, possuem tal quantidade de elementos do sistema ancorados neles que haveria um grande “custo epistêmico” envolvido em sua modificação. Imagine tudo o que precisaria ser modificado na física caso fosse anunciada uma observação que acarretasse a recusa do princípio de conservação de energia na física! Então, nem tudo no conhecimento científico está igualmente acessível a ser derrubado pela experiência. Muitas vezes, o sistema do conhecimento em uma determinada área da ciência se reconfigura em resposta a considerações internas, problemas genuinamente conceituais, sem que nenhum

1 Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A IHU On-Line número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant foi publicado o *Cadernos IHU em formação* número 2, intitulado *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem02>. Confira, ainda, a edição 417 da revista IHU On-Line, de 06-05-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <http://bit.ly/ihuon417>. (Nota da IHU On-Line)

2 David Hume (1711-1776): filósofo e historiador escocês, que, com Adam Smith e Thomas Reid, é uma das figuras mais importantes do chamado Iluminis-

mo escocês. É visto, por vezes, como o terceiro e o mais radical dos chamados empiristas britânicos. A filosofia de Hume é famosa pelo seu profundo ceticismo. Entre suas obras, merece destaque o *Tratado da natureza humana*. Sobre ele, leia a IHU On-Line número 369, de 15-08-2011, intitulada *David Hume e os limites da razão*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon369>. (Nota da IHU On-Line)

3 Nicholas Rescher (1928): filósofo teuto-americano da Universidade de Pittsburgh, atua também como diretor do Centro de Filosofia da Ciência. (Nota da IHU On-Line)

experimento ou observação nova esteja em jogo.

Também é preciso reconhecer que, se a filosofia é uma disciplina fundamentalmente interpretativa, hermenêutica, e não empírica – pelo menos não diretamente, não no mesmo sentido da ciência, de explicar e prever fenômenos –, a ciência também não é exclusivamente empírica, mas tem uma importante dimensão interpretativa. Quando os mecanicistas do século XVII propunham uma imagem de natureza baseada em matéria e movimento, quando Kepler<sup>4</sup> falava sobre a “harmonia” matemática do cosmos, quando Aristóteles<sup>5</sup> desenvolveu sua física dos lugares naturais, e dos movimentos violentos e naturais, quando Bohr<sup>6</sup> debata

com Einstein<sup>7</sup> sobre a completude da mecânica quântica, eles estavam propondo interpretações da realidade. Buscar inteligibilidade racional do mundo implica interpretação. Essas semelhanças que aponte sugerem que a ciência é empírica, mas não exclusivamente empírica; a filosofia é prioritariamente interpretativa, mas a ciência também o é em parte; e ambas apresentam uma dinâmica de problemas análoga.

Minha tese é que a noção de coerência nos possibilita identificar o que seria comum a essas duas racionalidades, e permite compreender o porquê dessas semelhanças. Ambas, filosofia e ciência, têm a coerência como princípio organizador dos sistemas intelectuais. Certamente, a coerência perfeita, o equilíbrio perfeito, é algo impossível de atingir. Sempre existem focos localizados de incoerência, de desequilíbrio. Isso é inerente ao dinamismo do desenvolvimento intelectual. Muitos aristotélicos, ao articular o aristotelismo, introduziram tensões no sistema. O mesmo aconteceu com os platônicos, os kantianos, os positivistas lógicos. Na ciência, a teoria quântica resolveu determinados problemas muito difíceis, mas ao mesmo tempo abriu uma miríade de outros. Uma concepção de conhecimento em termos de coerência pode ser articulada de maneira precisa e permite interpretar as situações cognitivas em termos de redes, perturbações nas redes, e reestabelecimentos de coerência, sempre provisórios. No que a ciência e a filosofia diferem é com respeito ao tipo e estatuto dos elementos que são organizados pela co-

erência. Mas as suas respectivas racionalidades possuem um cerne comum.

**IHU On-Line – O que caracteriza a racionalidade científica moderna? A partir dos seus estudos sobre a epistemologia de Otto Neurath<sup>8</sup>, percebe outra perspectiva da racionalidade científica na contemporaneidade? Em que consiste?**

**Valter Bezerra** – O estudo da racionalidade científica encontra-se bastante multifacetado. Há uma corrente tradicional que associa a racionalidade com a adesão a determinadas metodologias gerais (como indutivismo, falseacionismo, metodologia dos programas de pesquisa). Outras não acreditam na existência dessas metodologias “macro” e pulverizam a metodologia em numerosas estratégias locais. Outras associam a racionalidade com as características manifestas de determinados modelos de mudança científica (por exemplo, com ou sem revoluções, com ou sem continuidade, incomensurabilidade, etc.). Há outras linhas que fundamentam a racionalidade nos mecanismos do bayesianismo, da teoria da decisão e da teoria de jogos. Outras correntes ainda se interessam pelos processos de formação de consenso na comunidade científica ou na sociedade em geral. E, finalmente, certas correntes flertam com alguma forma de “irracionalismo moderado” ou “relativismo moderado”. E, no limite, há quem diga que a “racionalidade científica” é meramente um tipo de discurso, uma retórica de dominação.

A visão que venho defendendo há alguns anos é que essas são legítimas discussões metacientíficas, que estão relacionadas com o tema da racionalidade, só que de forma indireta – e, contudo, de alguma maneira, elas ainda não colocam “o dedo na ferida”, por assim dizer, da racionalidade científica. A racionalidade consistiria em algo mais básico, mais geral. Na minha palestra, apresentei brevemente alguns contornos de uma concepção assim. Os métodos, metodologias, critérios, metametodologias – todos eles estão sujeitos a transformações, no que não diferem dos próprios conceitos e teorias da ciência. Já os modelos

<sup>4</sup> Johannes Kepler (1571-1630): astrônomo, matemático e astrólogo alemão e figura-chave da revolução científica do século XVII. É mais conhecido por formular as três leis fundamentais da mecânica celeste, conhecidas como Leis de Kepler, codificada por astrônomos posteriores com base em suas obras *Astronomia Nova*, *Harmonices Mundi*, e *Epitome da Astronomia* de Copérnico. Elas também forneceram uma das bases para a teoria da gravitação universal de Isaac Newton. (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> Aristóteles de Estagira (384 a.C.-322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas – por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> Niels Bohr (1885-1962): físico dinamarquês que desenvolveu a teoria da natureza do átomo. O prêmio Nobel de Física que ganhou em 1922 deve-se ao seu trabalho sobre estrutura e radiação atômica. Com a idade de 28 anos, Bohr publicou sua teoria que explicava, através da teoria quântica de Max Planck, os problemas surgidos com a descoberta da radioatividade. No dia 17 de maio de 2005, durante o Simpósio Internacional Terra Habitável, foi apresentada a peça Copenhagen. A trama do espetáculo remete-se a um misterioso encontro, em 1941, entre Niels Bohr e Werner Heisenberg, alemão encarregado do programa nuclear de Hitler. A montagem foi do Núcleo Arte Ciência no Palco, da Cooperativa Paulista de Teatro, com texto de Michael Frayn. Os protagonistas da peça, Carlos Palma (Werner Heisenberg), Oswaldo Mendes (Niels Bohr) e Selma Luchesi (Margarethe Bohr), foram entrevistados na edição 142ª da IHU On-Line, de 23-05-2005, dis-

ponível em <http://bit.ly/ihuon142>. (Nota do IHU On-Line)

<sup>7</sup> Albert Einstein (1879-1955): físico alemão naturalizado americano. Premiado com o Nobel de Física em 1921, é famoso por ser autor das teorias especial e geral da relatividade e por suas ideias sobre a natureza corpuscular da luz. É, provavelmente, o físico mais conhecido do século XX. Sobre ele, confira a edição nº 135 da Revista IHU On-Line, sob o título *Einstein. 100 anos depois do Annus Mirabilis*, disponível em <http://bit.ly/ihuon130>, e a edição 141, de 16-05-2005, chamada *Terra habitável: um desafio para a humanidade*, disponível em <http://bi.ly/ihuon141>. A Unisinos produziu, a pedido do IHU, um vídeo de 15 minutos em função do *Simpósio Terra Habitável*, ocorrido de 16 a 19-05-2005, em homenagem ao cientista alemão, do qual o professor Carlos Alberto dos Santos participou, concedendo uma entrevista. (Nota da IHU On-Line)

<sup>8</sup> Otto Neurath (1882-1945): filósofo da ciência, sociólogo e economista político austríaco. Neurath foi um dos fundadores do positivismo lógico e era membro do Círculo de Viena. (Nota da IHU On-Line)

de mudança científica são construções metacientíficas (filosóficas) de caráter descritivo, eventualmente até explicativo, porém não normativo. O normativo entra em cena quando se passa a pensar na racionalidade. O elemento inescapavelmente normativo em jogo é a *justificação das atitudes cognitivas*.

### Elementos da racionalidade científica

Os elementos centrais da concepção de racionalidade que defendo são: primeiramente, uma distinção de escopo e de estrutura (que pode ser formulada de maneira precisa) entre as teorias filosóficas sobre a racionalidade e os demais registros da metaciência (dinâmica da mudança científica, metodologia, metametodologia, etc.); em segundo lugar, a coerência, sobre a qual já falei antes; em terceiro lugar, os valores (toda justificação epistêmica, todo conhecimento, toda racionalidade são condicionados por valores, segundo maneiras precisas); e, finalmente, uma noção de adequação entre meios e fins. Essa noção de adequação é bastante geral; ela é capaz de abarcar, por exemplo, valores de tipo não empírico e valores sociais; prevê espaço para a crítica dos valores (eles não são imutáveis, mas possuem uma certa dinâmica); e pressupõe uma interação comunicativa entre axiologias diferentes, um alargamento do horizonte axiológico, para que possa funcionar plenamente sem degenerar num individualismo e na descontextualização. Assim, ela é capaz de dar conta de várias críticas que foram dirigidas à “racionalidade instrumental” em geral. O resultado de tudo isso é uma racionalidade sem “pontos fixos”, na qual o que se mantém invariante ao longo de diferentes épocas e contextos é a sua *forma*. (Tal como as leis físicas que, de acordo com a teoria da relatividade, devem manter sua forma em qualquer sistema de referência.) Mas, mantida a sua estrutura geral, o “estofa” da racionalidade, a sua configuração específica em cada contexto, modifica-se profundamente ao longo do tempo – e nessa visão há espaço para isso. Assim, esta concepção permite atender ao desafio de evitar os anacronismos quando olhamos para a história da ciência.

Otto Neurath, o positivista lógico “de carteirinha”, cujo pensamento originalíssimo e iconoclasta vem sendo redescoberto e revalorizado ao longo

das últimas décadas, aponta para o papel central desempenhado pela coerência, criticando o fundacionalismo epistemológico. Ele também salienta o fato de que os métodos e metodologias são mutáveis e contingentes, fazendo parte de um grande sistema integrado, são distintos das hipóteses e teorias, mas sem possuir estatuto especial. Neurath também enxerga – coisa um tanto rara entre os positivistas – a necessidade de uma dimensão sociológica e histórica na filosofia da ciência, a necessidade de a epistemologia atentar para a prática.

### IHU On-Line – Em que consiste a gênese e o significado da tecnociência e que relações estabelece entre ciência, tecnologia e sociedade a partir desta compreensão de tecnociência?

**Valter Bezerra** – Se pensarmos nos eixos “técnica”, “tecnologia” e “ciência”, alguns entrecruzamentos desses três eixos possuem características peculiares. Um desses entrecruzamentos é a tecnociência. Se olharmos para ela pelo ângulo da ciência, a tecnociência seria aquela ciência que é julgada e avaliada prioritariamente à luz das suas aplicações tecnológicas. Ou então, alternativamente, podemos pensar tecnociência como aquela ciência que tem como sua condição de possibilidade a disponibilidade de meios técnicos. Ainda outra noção de tecnociência seria como conhecimento que demonstra as possibilidades de interação com os objetos de investigação, e de controle sobre eles (manipulação, síntese, por exemplo), e que também visa sondar os limites fundamentais dessa interação e controle. Olhemos, por outro lado, pelo ângulo da tecnologia: poderíamos nesse caso dizer que a tecnociência é aquela variedade de tecnologia que depende explicitamente e crucialmente de pesquisa fundamental.

Repare que, de qualquer maneira que a definamos, a tecnociência possui uma dimensão valorativa ou axiológica muito patente (dimensão axiológica que, diga-se de passagem, também está presente na ciência). Aplicações tecnológicas, disponibilidade de meios técnicos, interação com os objetos, manipulação – tudo isso envolve aspectos valorativos, que ultrapassam as fronteiras das comunidades científicas, possuindo implicações para a sociedade em geral, e

que muitas vezes estão atrelados a um macrovalor que permeia a ciência da modernidade: a possibilidade de controle e intervenção sobre a natureza. A construção de uma filosofia da tecnologia não pode mais ser baseada em teses como a de que “a ciência e a tecnologia são neutras, e o que não é neutro seria o uso que se faz delas”. Ela deve levar em conta as especificidades epistemológicas da tecnociência, a impregnação pelos valores (mesmo nas situações em que certos discursos tentam obliterar isso) e também sua dimensão ética.

### IHU On-Line – Como as ideias mecanicistas determinaram a relação entre a ciência e a tecnologia na modernidade?

**Valter Bezerra** – Com o passar dos séculos, podemos ter perdido um pouco de vista o quanto a ciência de hoje é tributária do mecanicismo. Mesmo que a ontologia tipicamente mecanicista de matéria e movimento, matéria passiva e causas eficientes tenha sido substituída por outras ontologias – contendo hoje em dia elementos como campos, quanta com características duais de partícula e onda, leis probabilísticas, estados dos sistemas emaranhados e superpostos –, ainda assim se tenta levar adiante, muitas vezes, por exemplo, uma abordagem reducionista (i.e., de explicar o todo explicando cada uma das partes). Claro que surgem várias situações na ciência contemporânea que mostram que um reducionismo estrito enfrenta dificuldades. Nós também continuamos com uma concepção de ciência fortemente matematizada – que se manifesta frequentemente como quantificação no sentido numérico, porém isso não ocorre necessariamente, já que a matemática lida menos com quantidades do que com estruturas. Também continua inabalável a concepção de experimento controlado, a descontextualização dos objetos de investigação em laboratório e a aspiração à intervenção na natureza. Tudo isso são heranças da mecânica e da ciência do mecanicismo.

A ciência mecanicista tem uma relação estreita com a metáfora do universo (ou do organismo) como máquina, uma metáfora muito rica e profunda, com harmônicos que possuem ressonâncias com a história da tecno-

logia. Ademais, a ciência mecanicista é um dos eixos da revolução científica do século XVII, que foi, precisamente, uma época de revalorização do aspecto técnico, experimental da ciência e dos instrumentos científicos. Então, há uma relação umbilical aí. Finalmente, acredito que não poderemos compreender devidamente muitas das teorias científicas contemporâneas (em particular na física, porém não apenas nela), se não atentarmos para o contexto em relação ao qual elas foram formuladas – o mecanicismo, com suas variantes e mutações, que constitui um arco que se estende do século XVII a meados do século XIX.

### **IHU On-Line – Em sua pesquisa, o senhor trata ainda dos impactos das ideias da tradição do ceticismo no desenvolvimento da ciência moderna. Que impactos foram esses?**

**Valter Bezerra** – Embora eu não trabalhe especificamente com o ceticismo – esse é um tema estudado por outros integrantes do grupo do qual faço parte (o Projeto Temático Fapesp-IEA-USP “Gênese e significado da tecnociência: das relações entre ciência, tecnologia e sociedade”) – trata-se de um tema fascinante, que muito tem a ver com a epistemologia, que é minha área de atuação. Penso que, na história do ceticismo, podemos distinguir, por um lado, uma subtradição que corresponde àqueles pensadores que defendem uma *atitude cética* de caráter global em relação à vida, ao conhecimento, à ciência, à razão, aos sentidos, etc., e, por outro lado, há aqueles autores que formulam determinados *argumentos céticos* particulares dirigidos contra certos registros específicos de conhecimento.

A subtradição dos argumentos céticos foi (e continua sendo) muito importante como propulsor da epistemologia moderna e contemporânea. Já a tradição da atitude cética vinha sendo estudada, há muito tempo, mais como um objeto de pesquisa em história da filosofia. Uma exceção é a filosofia de Oswaldo Porchat<sup>9</sup>. Ele

critica um caráter crescentemente endógeno da filosofia da modernidade, em que defensores de certos sistemas e teses terçam armas com defensores de outros sistemas e outras teses, em duelos *ad infinitum*. Em lugar disso, ele convida a uma revalorização filosófica da visão comum de mundo. “Visão comum de mundo” é uma noção que pode se prestar a equívocos. A visão comum de mundo, tal como pensada por Porchat, não é ingênua, ela não exclui a ciência do seu horizonte, nem a filosofia. Mas ela postula que a filosofia não pode dar as costas para a prática, não deve tomar o mundo como um mero ponto de partida que depois vai-se deixando para trás. Isso coloca certos freios à tendência especulativa da filosofia (por exemplo, como lembra Porchat, a filosofia colocou a existência do próprio mundo exterior como um problema). A filosofia não pode ser apenas normativa, ela precisa ser também descritiva, em alguma medida.

Há algumas décadas, vem-se estudando um mecanismo que é capaz de fazer aquilo que o filósofo brasileiro pedia: trata-se do *equilíbrio reflexivo*. Segundo a tese do equilíbrio reflexivo, se por um lado as normas são propostas para regular os fatos (onde por “fatos” entende-se comportamentos, ações morais, decisões, escolhas racionais, práticas linguísticas, argumentos, etc.), por outro lado, as normas (normas éticas, normas de racionalidade, normas gramaticais, teoria da argumentação, etc.) também devem ser reguladas pelos fatos. Deve haver um condicionamento recíproco entre teoria e prática, entre norma e fato. Em particular, a epistemologia e a metodologia não podem deixar de ser, em certa medida, avaliadas pela sua capacidade ou incapacidade de dar conta das práticas cognitivas.

### **IHU On-Line – O tema da sua palestra propõe uma relação entre a dinâmica da atividade científica, que está sob a variância dos fenômenos e, de outro lado, a atividade filosófica que tem como meta as identificações das estruturas fundamentais e, portanto, imutáveis daqueles fenômenos. Com o crescente contato entre**

### **as ciências naturais e certas correntes filosóficas (como o naturalismo, por exemplo) como articular essas duas perspectivas?**

**Valter Bezerra** – O equilíbrio reflexivo, sobre o qual falei há pouco, está no pano de fundo da minha palestra. Não adianta propor belos invariantes filosóficos para a racionalidade científica se eles não forem capazes de dar conta das vicissitudes da prática, das contingências da racionalidade. A concepção “covariante” de racionalidade que apresento, sem “pontos fixos”, deve ser colocada em equilíbrio reflexivo com a história da ciência, a sociologia da ciência, o estudo da prática científica. (Por isso mesmo, nela, não faz muito sentido a distinção entre “contexto da descoberta” e “contexto da justificação”. Porque é uma distinção muito artificial e limitadora; na prática científica, os dois contextos caminham sempre juntos.) Se isso for tomado como uma forma de “naturalismo”, eu não me oporia a essa denominação. O próprio Neurath, já mencionado, se coloca como um naturalista; para ele, filosofia e ciência fazem parte de um mesmo sistema. Não vou tão longe no naturalismo a ponto de dizer que a filosofia da ciência (ou a epistemologia) é uma ciência. Defendo que ciência e filosofia ainda preservam suas especificidades; elas não são uma mesma forma de conhecimento. Mas elas possuem vasos comunicantes.

### **IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Valter Bezerra** – Gostaria de fazer um último comentário de caráter geral. Creio que as implicações de uma visão de filosofia em termos de problemas, e de uma instauração do equilíbrio reflexivo acoplado à análise filosófica, ainda estão por ser exploradas, no que tange às maneiras de se entender e praticar a atividade filosófica. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar as implicações que essa concepção de filosofia pode ter, inclusive, no aspecto pedagógico. Que tipo de ensino de filosofia poderia resultar daí? Que tipos de organização curricular surgiriam? Seria um ensino diferente do atual, ou preservaria elementos tradicionais? De que maneira isso se daria? Creio que pode haver implicações muito interessantes aí, ao se pensar filosoficamente o ensino de filosofia.

<sup>9</sup> Oswaldo Porchat Pereira: filósofo brasileiro, criador do neopirronismo - é uma conciliação teórica entre o ceticismo e a filosofia analítica britânica. Porchat é professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e da Unicamp e foi fundador do Departamento de Filosofia nesta última. É autor de *Ciência de dialética em Aristóteles*

(São Paulo: Editora Unesp, 2007) e de *Rumo ao Ceticismo* (São Paulo: Editora Unesp, 2007).

## Teologia Pública

# A onipotência e a debilidade de Deus na teologia de Bonhoeffer

“Para Bonhoeffer não existe o deus ex-machina que, de uma hora para a outra, inverte as coisas, explica Harald Malschitzky

No dia 9 de abril de 1945, morre o teólogo e pastor luterano Dietrich Bonhoeffer. Enforcado em um campo de concentração ao lado de seus familiares semanas antes do fim da 2ª Guerra Mundial, o pensador alemão é considerado um dos poucos teólogos mártires do cristianismo. O fato explica-se considerando que a academia, muitas vezes, encerra-se em discussões herméticas. Por sua vez, Bonhoeffer, como aponta Harald Malschitzky “se perguntava pela relação entre fé e vida como ela é e acontece, fato tantas vezes ignorado na teologia acadêmica”.

Malschitzky, autor de um livro sobre o teólogo alemão, relata um breve histórico da vida de Bonhoeffer, sua resistência à Hitler e à sua luta contra a nazificação da igreja. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-line**, ele relata como o teólogo insistiu na defesa dos judeus, envolvendo-se até mesmo na emigração clandestina.

“A igreja não pode se limitar a cuidar de feridos e enterrar mortos”, expõe Malschitzky. “Para Bonhoeffer não existe o deus ex-machina que, de uma hora para a outra, inverte as coisas”. Com parentes e amigos no estado maior do exército alemão, o teólogo infiltrou-se em um grupo para promover a derrubada de Hitler. Suas ações, obviamente não passaram despercebidas ao governo alemão, o que levou, por fim, à sua prisão.

É no cárcere que o teólogo desenvolve boa parte de sua produção mais relevante, articulando momentos de desesperança com o terror vivido com a fé. O pensamento do alemão é uma resposta a uma grande inquietação teológica: como um Deus bondoso pode permitir o sofrimento de seus filhos? Ou ainda, como aquele que é todo-poderoso pode permitir a existência do mal?

Bonhoeffer defendia que deveríamos viver no mundo como se Deus não existisse. Não era uma forma de negar o divino, mas de assumir os destinos do mundo sob nossa própria responsabilidade. Em uma teologia cristocêntrica, onde a cruz tem grande importância simbólica, sustenta: “Cristo nos ajuda não por sua onipotência, mas sim por sua debilidade e sofrimentos”.

Harald Malschitzky, 74 anos, é pastor e professor aposentado da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, e foi orientador de estudos na Escola Superior de Teologia – EST, em São Leopoldo. É autor de *Dietrich Bonhoeffer – Discípulo, testemunha, mártir* (São Leopoldo: Sinodal, 2005).

A entrevista foi originalmente publicada nas **Notícias do Dia**, publicadas pela página do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no dia 22-04-2014, disponível em <http://bit.ly/ihu220414>.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Bonhoeffer é considerado um dos poucos teólogos (acadêmicos) mártires no cristianismo. O que o levou a tal engajamento, que findou em sua execução por enforcamento nas mãos dos nazistas?**

**Harald Malschitzky** – Em uma igreja ortodoxa na cidade de Nürnberg (Alemanha), Bonhoeffer figura entre os ícones ortodoxos. É reconhe-

cido como mártir para além da igreja. Sua trajetória tem diversas raízes. Ele viveu num momento em que um bom segmento da teologia (principalmente protestantes, mas não só) se perguntava pela relação entre fé e vida como ela é e acontece, fato tantas vezes ignorado na teologia acadêmica.

A teologia de Bonhoeffer era radicalmente cristocêntrica. Daí vinha

a pergunta pelo significado e papel do Cristo na vida. Sua conclusão: O cristão coloca sua vida a serviço dos outros e a igreja só tem razão de ser se ela está aí para os outros. Ela não tem um fim em si mesma. Outra raiz tem a ver com sua atuação em outros países e em seu engajamento ecumênico. Em 1930 ele fez um intercâmbio com um seminário em Nova York, a

partir do qual conheceria as comunidades negras (em tempo de segregação racial), que passaria a frequentar. O canto alegre, os testemunhos, mas principalmente a ligação da fé com a realidade e a esperança de novos tempos aqui e agora, causaram tanto impacto, que o próprio Bonhoeffer classifica o tempo como uma espécie de conversão.

Na mesma época, a Alemanha via a ascensão de Hitler. O parágrafo do arianismo era aplicado também na igreja (pastores e padres de ascendência judia deveriam ser demitidos), a tomada da igreja pelos teuto-cristãos (Deutsche Christen) já se avizinhava, o cerceamento e perseguição aos judeus era crescente. De volta à Alemanha, já em 1933 ele refletia sobre o poder ilimitado de Hitler e os seus riscos. No mesmo ano ele se ocupou diversas vezes com a questão dos judeus. Envolveu-se na criação da Igreja Confessante, coordenou a formação clandestina de pastores, se empenhou no mundo ecumênico para que a igreja estatal alemã não fosse reconhecida, se empenhou em abrir os olhos de outros países para a tormenta no horizonte alemão.

Dentro desse cenário, um enorme empenho teológico cristalizava sempre mais o reconhecimento de que o empenho cristão pelo ser humano pode implicar ações políticas radicais. Em relação à questão dos judeus, por exemplo, ele foi categórico: “Somente tem direito a cantar gregoriano aquele que defender os judeus”. Ele mesmo se envolveu na emigração clandestina de um grupo de judeus. Em relação à loucura de Hitler, uma conclusão: A igreja não pode se limitar a cuidar de feridos e enterrar mortos. Era preciso arrancar do volante do carro aquele que machuca e mata. Com parentes e amigos no estado maior do exército alemão, ele se infiltrou nesse grupo para promover a derrubada de Hitler.

Ele era uma espécie de agente da causa no mundo ecumênico. É claro que suas ações e seus passos eram vigiados. Sucessivamente foram cassados os seus campos de atuação na universidade, a publicação de seus livros, o seminário clandestino de Finkelwalde (que seria reaberto na Pomerânia). Em 1943 ele foi preso, passou por algumas prisões e campos de concentração até que, em 9 de abril

de 1945, foi executado, com outras pessoas do grupo, em Flossenbürg, no sul da Alemanha.

**IHU On-Line – Que teologia Bonhoeffer desenvolveu a partir da sua vivência nos campos de concentração? Que entendimento ele teve de Deus diante dos horrores que envolveram o nazismo?**

**Harald Malschitzky** – É interessante que Bonhoeffer não desenvolveu uma teologia específica na prisão. As centenas de cartas (publicadas em *Resistência e Submissão*) revelam uma enorme confiança em Deus e a clareza de que cristãos e igreja só têm razão de existir em função dos outros. Parte de sua Ética, por exemplo, publicada de forma fragmentada, foi escrita na prisão, assim como alocações de casamento e batismo, textos que expressam uma tremenda confiança em Deus.

Orações escritas para outros prisioneiros dão conta de uma fé enorme em um Deus que cuida de sua criatura. Não que não houvesse também dúvidas e questionamentos. A poesia *Quem sou* eu expressa bem as duas coisas. Uma oração escrita para outros presos mostra como convivem a fraqueza e a certeza da ajuda de Deus:

*Dentro de mim está escuro, mas em ti há luz/  
eu estou só, mas tu não me abandonas/  
eu estou desanimado, mas em ti há auxílio/eu estou inquieto, mas em ti há paz/  
em mim há amargura, mas em ti há paciência/  
não entendo os teus caminhos, mas tu conheces o caminho certo para mim.*

(Escrita em novembro de 1943).

Para Bonhoeffer não existe o deus ex-machina que, de uma hora para a outra, inverte as coisas. O ser humano secularizado precisa assumir o seu papel no mundo etsi deus non daretur (como se deus não existisse). Cabe aos cristãos apontar rumos éticos de convivência e partilha. Aqui uma razão a mais para a decisão pessoal e radical de Bonhoeffer como cristão. É ilustrativo que nos campos de concentração ele passava muito tempo conversando com funcionários e guardas que o vigiavam, porque, antes de tudo, eram criaturas amadas por Deus e muitos sofriam com o que

acontecia. Os horrores do nazismo (e outros tantos) precisam ser debitados na conta do ser humano que se brutaliza e se deixa brutalizar. Humanamente, é quase inconcebível que isso aconteça. Hannah Arendt se dedicou com afinco à reflexão e ao estudo da brutalidade, à banalização do mal, justamente a partir do genocídio levado a cabo pelo regime nazista e de forma especial tendo assistido ao julgamento de Adolf Eichmann.

**IHU On-Line – Como se deu a divisão do posicionamento do protestantismo frente à ascensão do nazismo? Qual a importância da Igreja Confessante nesta conjuntura?**

**Harald Malschitzky** – Um grande número de leigos e pastores na igreja evangélica se identificava com o nacional-socialismo. Esses “teuto-cristãos” ou “cristãos alemães” concordavam com as medidas de Hitler com base no parágrafo ariano extensivas à igreja. Uma eleição convocada em última hora, em 1933, deveria eleger um bispo identificado com o nazismo.

Bonhoeffer e outros se empenharam, por meio de uma forte panfletagem, em favor de outro candidato; 70% dos votantes escolheram o candidato da situação, Ludwig Müller. Em seguida Bonhoeffer e seu grupo elaboraram um documento que se tornou conhecido como Confissão de Bethel, que seria a base para a “Confissão de Barmen”, base da Igreja Confessante.

Nesse período Bonhoeffer aceitou o convite para trabalhar por um período em uma comunidade em Londres, mas acompanhava atentamente o desenrolar dos acontecimentos em seu país e em sua igreja tanto por notícias como por visitas a Berlim. Não participou diretamente da elaboração da “Declaração de Barmen”, mas se identificou com seus propósitos. De 29 a 31 de maio de 1934, se reuniu uma assembleia que, em seis pontos, condenou a doutrina dos teuto-cristãos, criando-se oficialmente a Igreja Confessante em oposição à igreja protestante que se identificava com o nazismo. O cerne da declaração e a base da Igreja Confessante estão traduzidos nas seguintes palavras da Confissão de Barmen: “Condenamos à falsa doutrina segundo a qual a igreja pode e deve reconhecer como fonte de sua pregação, além e ao lado da única palavra de

Deus, ainda outros acontecimentos e poderes, figuras ou verdades como se fossem revelações de Deus”.

No início a Igreja Confessante era tolerada, mas isso não duraria muito. No mundo ecumênico, Bonhoeffer se empenhou, logo em 1934, no sentido de que a Igreja Confessante fosse reconhecida como única representante legítima do protestantismo da Alemanha. O Conselho Mundial de Igrejas convidara representantes das duas igrejas para uma conferência na Dinamarca, em 1934. Um desafio para a Igreja Confessante, logo de início, foi preparar pastores e pregadores para as comunidades. Eles vinham dos bancos da universidade, sem prática alguma. Foram criados cinco seminários de pregadores, ficando um deles, o da Pomerânia, sob orientação de Bonhoeffer. Ele funcionou primeiro em um lugar à beira do Mar Báltico e logo foi transferido para Finkenwalde.

A Igreja Confessante sempre foi minoria, e não é preciso mencionar que ela e todos os seus passos foram sendo controlados, cerceados e finalmente proibidos. Muitos dos seus integrantes pararam em campos de concentração. Terminada a guerra, em outubro de 1945, cristãos que tinham suas raízes na Igreja Confessante elaboraram e publicaram a Confissão de Culpa de Stuttgart na qual eles assumem culpa, entre outros, por omissão diante do nazismo.

**IHU On-Line – O teólogo defendia que deveríamos agir como que em um mundo sem Deus, mas não como forma de negar o divino. Como explicar este pensamento frente ao momento histórico vivido por Bonhoeffer?**

**Harald Malschitzky** – Bonhoeffer achava que o processo de secularização radical iria às últimas consequências. Sua pergunta era como a igreja poderia falar e agir com o mundo secularizado, que não necessariamente negava a Deus, mas que assumia os destinos do mundo sob própria responsabilidade. Um dos pontos-chave na agenda dessa humanidade secularizada deveria ser a paz, única forma de sobrevivência. O papel da igreja universal seria convocar para a paz. Em agosto de 1934, quando já estava claro que Hitler queria guerra, em uma convenção ecumênica na Dinamarca, Bonhoeffer diz: “Como se

concretiza a paz? Quem convoca para a paz de forma tal que o mundo ouça, seja obrigado a ouvir? Somente o grande concílio ecumênico da santa igreja de Cristo de todo o planeta poderá fazê-lo de maneira que o mundo, rangendo os dentes, tenha que ouvir a palavra da paz, e os povos fiquem felizes, porque esta igreja de Cristo arrancará as armas das mãos de seus filhos em nome de Cristo, proibindo-lhes a guerra e proclamando a paz de Cristo a todo este mundo delirante”. Não houve concílio, nem toda a sabedoria e capacidade diplomática e política do ser humano secularizado evitaram a guerra; boa parte de cristãos protestantes e católicos foram a favor da guerra. Todos tiveram que ver e sofrer a fúria do mal matando e destruindo indistintamente.

**IHU On-Line – Como compreender, nesse sentido, a reação de Deus frente ao sofrimento de Seu Filho na cruz diante da morte, e como essa reação é também a reação de Deus diante do nosso sofrimento?**

**Harald Malschitzky** – A Bíblia conhece momentos da ausência de Deus. O próprio Cristo sentiu esse abandono na cruz: “Meu Deus, meu Deus, por que me desamparaste?” Toda a questão do sofrimento vicário do próprio filho de Deus continua em discussão. Como Deus podia concordar com isso? Bonhoeffer, mesmo não compreendendo o seu Deus, enxergava a sua bondosa mão também por detrás do sofrimento. Era sua fé, que o mesmo Deus acompanhava seus filhos e filhas em todos os momentos. Não vamos encontrar em Bonhoeffer a tentativa de explicar isso de forma racional e lógica. Eu pessoalmente confesso que tenho aqui todas as dificuldades. A ausência de Deus por vezes é angustiante. Continuo, porém, na busca de respostas.

**IHU On-Line – “Cristo nos ajuda não por sua onipotência, mas sim por sua debilidade e sofrimentos”, afirma Bonhoeffer. De que forma reconhecer a existência de um Deus onipotente, ainda que “débil”, abre caminho para o livre arbítrio?**

**Harald Malschitzky** – O ser humano não é marionete de Deus. Ele foi criado com liberdade e recebeu a incumbência de cuidar do mundo e da criação. Segundo o testemunho bíbli-

co, Deus admoesta e procura indicar e corrigir o rumo da humanidade através de pessoas (pensemos na figura dos profetas). O livre arbítrio (que não é tão livre assim) não me parece tão problemático, mas sim a arbitrariedade pura e simples praticada pelo nazismo, mas infelizmente não só por ele. O Cristo em sua debilidade acompanha as pessoas nas suas derrotas, dando força e ânimo para continuar, à revelia de tudo. Sua mensagem, vivida e sofrida é de paz e comunhão e de respeito justamente pelos seres mais debilitados. Sem dúvida, a debilidade tem seus riscos.

**IHU On-Line – Como explicar, a partir do pensamento de Bonhoeffer, a atuação divina durante os tempos sombrios da Shoah? Como manter e defender a fé em Deus frente ao massacre de tantas pessoas?**

**Harald Malschitzky** – Bonhoeffer não conheceu o conceito de Shoah, pois este seria aplicado ao genocídio impetrado pelo nazismo somente depois de terminada a guerra. Mas o que estava acontecendo não lhe era desconhecido. A Shoah sem dúvida mexe nos alicerces da fé de qualquer cristão e todos os grandes e pequenos programas de reparação promovidos por povos e igrejas não o mudam. Acho que não se trata de defender a fé em Deus, mas de testemunhá-la para que se encontrem formas de paz duradoura para todos os povos e crenças (ou descrenças!). Este testemunho não nasce em uma fé heroica, mas da debilidade que se limita a dizer: “Senhor, eu creio, ajuda-me na minha falta de fé”.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar alguma coisa?**

**Harald Malschitzky** – O martírio não era aspiração de Bonhoeffer, embora essa questão já tenha sido levantada. Verdade que ele, em certo momento na prisão, pensou no suicídio, mas não como ato de coragem, e sim porque tinha medo de não suportar as torturas e acabar traindo todo o movimento que queria tirar Hitler do poder. Nos EUA, Bonhoeffer conheceu um teólogo católico, Jean Lassere, pacifista decidido. Num dos diálogos Lassere teria manifestado que ele desejava ser santo. Bonhoeffer se limitou a dizer que seu desejo era “aprender a crer”.

**Tema  
de  
Capa**

**Destques  
da Semana**

**IHU em  
Revista**

# Agenda de Eventos

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
programados para o período de 28-04-2014 a 12-05-2014.

## 28-04-2014

**Evento:** *A questão da técnica em Sloterdijk e o parque humano*

**Palestrante:** Prof. Dr. Franz J. Brüseke (Universidade Federal de Sergipe – UFS)

**Horário:** 19h30min às 22 horas

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

## 29-04-2014

**Evento:** exibição do filme *A era dos ignorantes (The Age of Stupid. Franny Armstrong. Reino Unido, 2009, 88min)*

Ciclo de filmes Clima e Sustentabilidade

**Horário:** 19h30min às 22h15min

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

## 05-05-2014

**Evento:** *Biodiversidade agrícola, recursos genéticos e ética para a agricultura e a alimentação*

**Conferencista:** Prof. Dr. José Esquinas Alcázar (Universidad de Córdoba – UCO)

**Horário:** 18h30min às 20 horas

**Local:** Auditório Central, na Unisinos

## 06-05-2014

**Evento:** *Sociobiodiversidade – A riqueza planetária para a Segurança alimentar e nutricional*

**Debatedores:** Prof. Dr. José Esquinas Alcázar (Universidad de Córdoba – UCO) e assistente social Maria Augusta Henriques (Guiné-Bissau, África)

**Horário:** 9 horas às 10h30min

**Local:** Auditório Central, na Unisinos

**Evento:** *A riqueza brasileira, alimento e nutrição*

**Debatedora:** Profª. Dra. Rumi Regina Kubo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

**Horário:** 10h45min às 12 horas

**Local:** Auditório Central, na Unisinos

**Evento:** *Cenários da alimentação e nutrição nas macrorregiões brasileiras com seus biomas. Realidade, desafios e perspectivas*

**Mesa Região Norte:** Guenter Francisco Loebens (Conselho Indigenista Missionário – CIMI / Manaus) e Profa. Dra. Maria Luiza Garnelo Pereira (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Amazônia)

**Mesa Região Nordeste:** Naidison de Quintella Baptista (Movimento de Organização Comunitária – MOC / Bahia) e Antônio Barbosa (Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA Brasil / Recife)

**Mesa Região Sudeste:** Dr. Edmar Guariento Gadelha (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA / MG e Instituto Harpia Harpyia – INHAH) e Prof. Me. Carlos Alberto Dayrell (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM)

**Mesa Região Centro-Oeste:** Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior (Universidade de Brasília –UnB) e Renato Araújo (Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN)

**Mesa Região Sul:** Prof. Me. Hélios Puig Gonzalez e Prof. Me. Salvatore Santagada (Fundação de Economia e Estatística – FEE / RS), Ivar Pavan (ex-secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – RS)

**Horário:** 15 horas às 16h30min

**Local:** Auditório Central, na Unisinos

**Evento: *Direito Humano ao alimento e à nutrição: fundamento da democracia brasileira*****Painelistas:** Paulo Leivas (Ministério Público – RS) e Marcelo de Oliveira Milagres (Ministério Público – MG)**Horário:** 17 horas às 19 horas**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: *Alimento e nutrição para o desenvolvimento do ser humano nos diversos ciclos de vida e especificidades étnico-raciais*****Conferencista:** Profa. Dra. Lígia Amparo da Silva Santos (Universidade Federal da Bahia – UFBA)**Horário:** 20 horas às 22 horas**Local:** Auditório Central, na Unisinos**07-05-2014****Evento: *Cenário Nacional da alimentação e nutrição na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*****Conferencista:** Prof. Dr. Walter Belik (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)**Horário:** 9 horas às 10h30min**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: *Relatos das mesas simultâneas Cenários da alimentação e nutrição nas 5 macrorregiões brasileiras com seus biomas*****Painelista:** Profa. Me. Maria Emília Lisboa Pacheco (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE / RJ)**Horário:** 10h45min às 12h30min**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: *Perspectiva ética, solidária e sustentável*****Acesso e consumo alimentar da população:** Profa. Dra. Sônia Lucia Lucena Sousa de Andrade (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE) e Rui Valença (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FE-TRAF SUL)**Produção, circulação e comercialização dos alimentos:** João Pedro Stédile (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST) e Prof. Me. João José Passini (Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR)**Pesquisa e construção do conhecimento em relação à alimentação e à nutrição e sua aplicação:** Profa. Dra. Noemia Perli Goldraich (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), Prof. Dr. Valdely Ferreira Kinupp (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM / Manaus – Zona Leste)**Horário:** 14 horas às 15h30min**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: : *Tecnologias em relação à alimentação e à nutrição e sua aplicação*****Prof. Dr. Wilson Engelmann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS) e Maria José Guazzelli (Centro Ecológico do Município de Ipê / RS)****Processos de educação alimentar e nutricional em diferentes espaços, culturas e mídias:** Profa. Dra. Maria Rita de Oliveira Marques (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP) e Prof. Dr. Nilton José dos Reis Rocha (Universidade Federal de Goiás – UFG)**Relações internacionais do Brasil pelo direito ao alimento e à nutrição:** Alan Bojanic (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO)**Direito humano ao alimento e à nutrição dos povos indígenas:** Roberto Antônio Liebgott (Conselho Indigenista Missionário – CIMI / SUL) e Maurício Silva Gonçalves (índio Guarani)**Horário:** 16 horas às 18 horas**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Metas atingidas, desafios e perspectivas para a erradicação dos males da fome*****Conferencista:** Profa. Me. Maria Emília Lisboa Pacheco (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA) e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE / RJ)**Horário:** 20 horas às 22 horas**Local:** Auditório Central, na Unisinos

08-05-2014

**Evento: *Desenvolvimento à luz da sociobiodiversidade para superação da miséria e dos males da fome*****Conferencista:** Profa. Dra. Tânia Bacelar de Araújo (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)**Horário:** 9 horas às 11 horas**Local:** Auditório Central, na Unisinos**Evento: *Atualidade do testemunho e da profecia de Josué de Castro*****Painelista:** Dom Mauro Morelli (Instituto Harpia Harpyia – INHAH e Fundação Josué de Castro)**Horário:** 11h20min às 12 horas**Local:** Auditório Central, na Unisinos

12-05-2014

**Evento: *Seminário de pesquisa Ética, Biopolítica e Alteridades*****8h30min:** Apresentação (Castor M. M. Bartolomé Ruiz)**8h45min:** O conceito de justiça na Teoria da Justiça de Amartya Sen (Neuro José Zamban)**9h10min:** Vítima – o negro é culpado da escravidão a que está submetido, conforme o liberalismo de John Locke (Paulo Carbonari)**9h35min:** Uma perspectiva para a política em Adorno (Neri Gervasio Pies)**10 horas:** Debates**10h45min:** O Infinito como ruptura da Totalidade (Felipe Tupinambá)**11h10min:** Ética do impossível: um estudo da justiça a partir de Derrida e Levinas (Verónica Zevallos)**11h35min:** Debates**14 horas:** Investigações iniciais sobre a grande política, de Nietzsche, e a política que vem, de Agamben (Márcia Junges)**14h25min:** Manifestação do qual-quer (Eduardo Tergolina)**14h50min:** Debates**15h10min:** Espaço, subjetividade e poder em Michel Foucault (Vivian Fetzner Ritter)**15h35min:** A biopolítica entre tecnologias do Eu e tecnologias da Vida (Giovani Lunardi)**16 horas:** Debates**16h35min:** Biopolítica e políticas mínimas (Ana Amarante)**17 horas:** Biopolítica e Meio Ambiente no contexto da América Latina: desafios éticos (Roque Junges)**17h25min:** Debates**19h30min:** Foucault, a política e a possibilidade de um mundo outro (Cesar Candiotto)**Local:** Sala Conecta, na Unisinos**Acompanhe o IHU no Blog**

The screenshot shows a blog post from the Instituto Humanitas Unisinos (IHU). The post is titled "@segundasemcarne por tudo e todos" and is dated "EM 10 ABRIL 2013". The main text discusses the "Meatless Monday" campaign, which encourages people to eat less meat to combat global warming. Below the text is a graphic with the title "SEGUNDA SEM CARNE descubra novos sabores" and four cartoon animal faces (cow, pig, chicken, and rabbit). The graphic also includes the slogan "Pelos pessoas. Pelos animais. Pelo planeta." and a small text block at the bottom stating: "Já há quase 7 bilhões de pessoas na Terra e, para produzir carne para esta população, é preciso criar bilhões de animais que consomem água, comida e recursos energéticos, demandam espaço, produzem grande quantidade de excrementos, contaminam os mananciais, causam erosão e geram poluição atmosférica. A criação de animais para abate é uma forma ineficiente de produzir alimentos: para cada quilô de proteína animal são necessários de 3 a 45 kg de proteína vegetal (milho, soja e outros)." The right sidebar contains a search bar, a category dropdown menu, a "Conheça o site do IHU" button, an RSS feed link, and a list of tags including "Análise de conjuntura", "Bastidores Cinema", "Congresso de Teologia Dica de leitura Economia Economia Solidária Educação Enquetes Entrevistas do dia espiritualidade Eventos Forum Social Mundial Fórum Social Mundial 2011 Geral IHU Indígenas".

## Entrevista de Eventos

# A questão da técnica e da antropotécnica em Sloterdijk

Para Franz Josef Brüseke, o filósofo alemão busca alcançar o outro lado do abismo vislumbrado por Martin Heidegger, desvelado pela técnica desenfreada

POR ANDRIOLLI COSTA

**E**m 1999, o filósofo alemão Peter Sloterdijk proferiu uma série de conferências que geraram controvérsia em toda a comunidade filosófica alemã – e que viriam a se tornar o livro *Regras para o Parque Humano – Uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo* (São Paulo: Estação Liberdade, 2000). Foram levantadas acusações de eugenia, de uma visão leviana da antropotécnica, o que levou até mesmo a uma polêmica intermitente com o também filósofo Jürgen Habermas.

Para o filósofo Franz Brüseke, a reação de Habermas e dos demais participantes da polêmica foi bastante desproporcional, movida por “ vaidades feridas e interesses jornalísticos de ver um escândalo onde não houve”. Se houve algum sentido, de acordo com ele, foi de estimular as discussões sobre as projeções eugênicas, seus benefícios e os desafios que provocam na imagem do *anthropos* que nos é familiar na medida em que o DNA humano deixa de ser um limitante.

“Na perspectiva das possibilidades da biotecnologia aparece uma quimera transumana que para uns tem os traços simpáticos de um Avatar, para outros significa a perda total da identidade do homem”, provoca. “Somente o fato de que podemos hoje discutir se é vantajoso ou não manter as características da espécie humana já documenta as mudanças em curso.”

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o filósofo descreve o pensamento em esferas e a importância do útero, a esfera original, e a hipercomplexidade da sociedade

em “espuma”, dando vazão às várias imagens e metáforas construídas pelo pensador alemão. Aborda também a questão da técnica na filosofia de Sloterdijk e sua relação com o pensamento heideggeriano, que, para Brüseke, não desvalida, mas complementa as reflexões de Martin Heidegger. No contexto de Sloterdijk, a técnica é vista “como parte integrante do homem, não podendo fugir dela. A única opção é melhorar a técnica e sistemas imunológicos que nos protegem contra técnicas nocivas”.

Franz Josef Brüseke é mestre e doutor em Sociologia pela Westfälische Wilhelms Universität Münster, Alemanha. Foi coordenador de departamento da Volkshochschule Hamm, Alemanha, e perito integrado do Centre for International Migration & Development – CIM/GTZ. Foi docente em várias universidades brasileiras e desde 2006 é professor da Universidade Federal de Sergipe, onde coordena o Núcleo de pesquisa Sociedade, Ciência e Técnica (SOCITEC). O professor participa nesta segunda-feira, às 19h30, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU, do III Seminário em preparação ao XIV *Simpósio Internacional IHU – Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea* citar o subtítulo com a palestra *A questão da técnica em Sloterdijk e o parque humano*. A programação completa do evento pode ser vista no link <http://bit.ly/XIVSIHU>.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em sua trilogia *Esferas*, Sloterdijk<sup>1</sup> pensa o homem a partir das microesferas e macroesferas, abordando a tentativa de recriar o conforto do útero materno (a esfera original) pelas vias da ciência, da ideologia e da religião. Como esta imagem colabora para a visão do filósofo de uma teoria moderna da pessoa humana?**

**Franz Josef Brüseke** – Já Hannah Arendt<sup>2</sup>, na condição humana, complementou o olhar heideggeriano na direção da morte e da finitude pela percepção da “natalidade” do homem. Sloterdijk amplia essa perspectiva quando procede na direção

de uma topologia da relação da diáde, mãe-filho. Sua “uterologia” já começa no ventre da mãe e mergulha literalmente nos movimentos, sons e sentimentos daquele que está por vir. Uma parte da sua análise das “bolhas” é dedicada à análise do uterotopo, análise que, todavia, não se deixa captar por simplificações feministas, pois o pai e as instituições podem substituir a “mãe”, assumindo a função da “mãe-dade” (*Mutterheit*). Aqui e em outros momentos Sloterdijk mostra-se como filho do seu tempo e habitante de um pedaço de “espuma” (a Alemanha europeizada na virada do milênio) interpretado, não obstante, de maneira provocativa, bem humorada e longe do *mainstream*.

**IHU On-Line – É possível considerar o pensamento de Sloterdijk como pós-humanístico? Que humanismo é este que o filósofo defende?**

**Franz Josef Brüseke** – Para Sloterdijk, o que chamamos humanismo é basicamente um fenômeno literário. Os gregos antigos letrados passaram para os romanos letrados as suas “cartas” filosóficas, poéticas e políticas. Os romanos, por sua vez, passaram essas “cartas” adiante usando pela primeira vez a expressão *humanitas* para a comunidade dos letrados e cultos. Formando, desta maneira, as bases do “humanismo”, deram o conceito-chave para uma educação literária que moldou a educação ginásial conforme os diversos *canons* literários das burguesias nacionais da Europa, entre a Revolução Francesa e a Segunda Guerra Mundial. Hoje, todavia, vivemos numa época em que somente marginalmente a literatura e o ideário humanista fornecem a síntese das sociedades massificadas. A cultura literária e humanista ainda existe, mas somente enquanto subcultura de uma sociedade permeada por meios de comunicação eletrônica.

**IHU On-Line – Em 1999, Peter Sloterdijk profere a conferência *Regras para o Parque Humano*, propondo uma resposta à *Carta sobre o Humanismo*, de Heidegger<sup>3</sup> (1947). Qual**

1 Peter Sloterdijk (1947): filósofo alemão, estudou filosofia, germanística e história em Munique e Hamburgo. Desde a publicação de *Crítica da razão cínica* é considerado um dos maiores renovadores da filosofia atual. Em 2004 encerrou sua trilogia *Esferas* (Sphären), cujos primeiros volumes haviam sido publicados em 1998 e 1999. Interessado na mídia, dirige *Quarteto filosófico*, programa cultural da cadeia de televisão estatal alemã ZDF. Tem inúmeras obras traduzidas para o português, como *Regras para o parque humano - uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo* (São Paulo: Estação Liberdade, 2000). Nas Notícias do Dia do sítio do IHU On-Line foi publicada uma série de traduções de entrevistas concedidas pelo filósofo a outros veículos de imprensa. Elas podem ser acessadas pela busca em [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). (Nota da IHU On-Line)

2 Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: *Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal* (Lisboa: Tenacitas, 2004) e *O Sistema Totalitário* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcam o século XX*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon168> e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon206>. Veja também, na edição 207 de 04-12-2006, a entrevista *Um pensamento e uma presença provocativos*, de Michelle-Irène Brudny, disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. (Nota da IHU On-Line)

3 Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929),

**a diferença entre a visão de técnica entre os dois pensadores?**

**Franz Josef Brüseke** – Sloterdijk compartilha com Heidegger a seguinte visão: a modernidade cumpriu uma das suas promessas; ela abriu novas possibilidades de estar-no-mundo, destruindo, ao mesmo tempo, aquilo que foi considerado durante milhares de anos o mais importante: se distinguir radicalmente deste mundo. Essa situação se expressa filosoficamente mais adequada na obra do jovem Heidegger, que descreveu o homem não como um sujeito autônomo e distante das suas circunstâncias mundanas, mas como ser que está junto com outros seres, sejam eles animados ou simplesmente coisas. Também, Heidegger descreve o homem como alguém que não dispõe mais de uma interioridade que pode servir como abrigo, para o fugitivo do mundo que ele, eventualmente, escolheria ser. Se Heidegger parou nas suas reflexões sobre a modernidade técnica na beira do abismo aberto pelo desocultamento técnico desenfreado, Sloterdijk tenta alcançar o outro lado, sem medo de mobilizar a própria técnica para “melhorar o homem” e suas condições imunológicas.

**IHU On-Line – *Regras para o Parque Humano* movimentou a co-**

*Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a IHU On-Line publicou, na edição 139, de 02-05-2005, o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon139>. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon185>, e 187, de 03-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessada em <http://bit.ly/ihuon187>. Confira, ainda, o nº 12 dos *Cadernos IHU em formação*, intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuon12>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon328>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência “A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica”, parte integrante do ciclo de estudos *Filosofias da diferença - pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana*. (Nota da IHU On-Line)

**munidade filosófica na Alemanha, gerando até mesmo uma resposta do filósofo Jürgen Habermas<sup>4</sup>. O que levou à polêmica com Habermas? Como essa discordância se desenvolve atualmente?**

**Franz Josef Brüseke** – A reação de Habermas e de alguns comentaristas a uma palestra de Sloterdijk proferida em 1999 era – isso podemos ver hoje com uma segura distância de 15 anos – bastante desproporcional. Se essa polêmica promovida por vaidades feridas – e interesses jornalísticos de ver um escândalo onde não houve – teve algum sentido, somente pode ser de ter estimulado a discussão sobre a seguinte questão: as projeções eugênicas, quando se limitam ao campo das medidas que diminuem problemas de saúde e contribuem para um prolongamento da vida, ainda não desafiam a imagem do *anthropos* que nos é familiar. Pois, na medida em que sequências do DNA de origem animal podem ser integradas no DNA humano, começam a ser tocados os limites entre o ser humano e o ser animal. Na perspectiva das possibilidades da biotecnologia aparece uma quimera transumana que para uns tem os traços simpáticos de um *Avatar*, para outros significa a perda total da identidade do homem. Somente o fato de que podemos hoje discutir se é vantajoso ou não manter as características da espécie humana já documenta as mudanças em curso.

**IHU On-Line – Críticas a Sloterdijk apontam para um determinismo genético evidente ou de retomar de maneira irresponsável a palavra “eugenista” na Alemanha (ainda marcada pelo discurso nazista). Como você enxerga estas controvérsias?**

4 Jürgen Habermas (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito, o qual encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o logos deve construir-se pela troca de ideias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos, estabelecendo-se o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. (Nota da IHU On-Line)

**Franz Josef Brüseke** – A eugenia, emergida na primeira metade do século XX entre pesquisadores americanos e na Europa principalmente entre russos e alemães, teve, desde sua adoção pelos nacional-socialistas com a finalidade de manter a pureza de uma suposta “raça ariana”, exatamente a imagem da promoção genética de uma ideologia racial. Não surpreende tanto que, ainda em 1999 quando Peter Sloterdijk proferiu uma palestra em Schloss Elmau e perguntou se um melhoramento genético do homem seria possível, as ondas da indignação percorreram a opinião pública da Alemanha. Onde uns acreditaram poder pegar um profascista em flagrante, revelou-se, à revelia do politicamente correto, um pensamento complexo e original sobre a antropotécnica que foi apresentada na sua mais recente e completa versão na obra *Você deve mudar sua vida!* (Untertitel: Über Anthropotechnik, 2009).

**IHU On-Line – O filósofo defende a hipercomplexidade das relações em razão aos dualismos (sujeito-objeto, homem-natureza, etc.). Como perceber a relação do homem com a técnica a partir de um universo complexo?**

**Franz Josef Brüseke** – A sociedade é, para Sloterdijk, uma “espuma”, o que quer dizer que a “sociedade” não pode mais ser entendida “de fora”, seguindo assim uma conceituação hierárquica e geral. Pelo contrário, ela precisa ser interpretada “de dentro” como conjunto de subculturas, comunidades e redes, um conjunto de unidades isoladas, mas conectadas midiaticamente, o que já envolve a técnica desde o início. Sloterdijk dedica à explicação e interpretação dessa “espuma” todo terceiro volume das “esferas”, onde apresenta em mais de 900 páginas uma curiosa filosofia e sociologia do espaço habitado. Não seria exagerado dizer que Sloterdijk desloca a ênfase do pensamento contemporâneo de uma filosofia do tempo para uma filosofia do espaço. Com isso não desvalida, mas complementa as reflexões que o precedem, em primeiro lugar a obra de Martin Heidegger, *Ser e Tempo* (Petrópolis: Editora Vozes,

2006), publicado em 1927. A técnica é vista, neste contexto, como parte integrante do homem, não podendo fugir dela. A única opção é melhorar a técnica e sistemas imunológicos que nos protegem contra técnicas nocivas.

**IHU On-Line – De que forma o pensamento do místico Osho Rajneesh<sup>5</sup> influenciou o pensamento e a obra de Sloterdijk?**

**Franz Josef Brüseke** – Sloterdijk trata com respeito e interesse o pensamento oriental; em especial Rajneesh Osho deixou marcas nas suas primeiras publicações dos anos 1980. Até hoje, apesar da sua percepção clara da crise da sociedade moderna e sua relação crítica com ela, Sloterdijk mantém uma perspectiva “distraída”. Eventualmente podemos ver, nessa “leveza” e nesse “distanciamento” do “mundo comum”, que Sloterdijk demonstra, até hoje, respingos das suas experiências de juventude. Essa “distração” que também pode ser vista no seu “relaxamento” ideológico combinado com pragmatismo político é, todavia, plenamente mundana; não chega a ser um otimismo, mas avista um projeto civilizatório para todos, ocidentais e orientais, no horizonte da contemporaneidade espumante.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar mais alguma coisa?**

**Franz Josef Brüseke** – Apesar do seu sucesso no mercado editorial, dificilmente vai surgir um novo “-ismo”, essa vez com Sloterdijk como *founding father*. Difícil demais reproduzir seu estilo cheio de neologismos, alusões poéticas e conclusões inesperadas. Todavia, o autor se oferece como divisor de águas, como nenhum outro entre os contemporâneos. Se procurarmos um autor capaz de sacudir o mundo do politicamente correto, sem cair nas armadilhas moralistas colocadas pelos “bons homens”, o seu nome é: Peter Sloterdijk.

5 Osho Rajneesh ou Rajneesh Chandra Mohan Jain (1931-1990): místico indiano, guru, líder espiritual e mestre da arte da meditação e do despertar da consciência. Figura controversa, era conhecido por sua atitude aberta em relação à sexualidade, pela crítica à religião e a modelos políticos. (Nota da IHU On-Line)

# Publicações em destaque

Racionalidade e técnica em discussão nos **Cadernos IHU ideias**

Nesta edição, apresentamos três edições dos **Cadernos IHU ideias** publicadas recentemente. Outras informações estão disponíveis em <http://bit.ly/ihuidea>

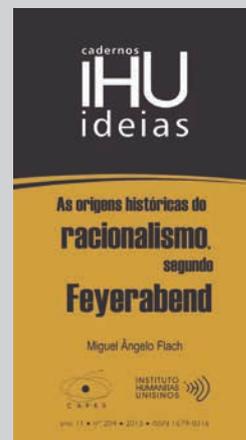


## Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito

Em sua edição nº 206, **Cadernos IHU ideias** publica o texto *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito*, de autoria de Karla Saraiva, professora da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Inicialmente, o artigo estabelece o entendimento dos conceitos que permeiam o trabalho, marcando o posicionamento teórico da autora e o lugar de onde ela realiza sua análise. Em seguida, o texto problematiza a questão das subjetividades na sociedade contemporânea, impactada pela tecnologia. A autora assume a hipótese de que a defesa do sujeito passa pela constituição de espaços de liberdade de criação de si. A análise é feita a partir da apresentação de quatro produções cinematográficas que retratam distopias tecnológicas, traçando-se possíveis relações com alguns medos e riscos identificados na sociedade contemporânea. O artigo finaliza com um balanço das possíveis perdas e ganhos que as tecnologias têm trazido e dos perigos a serem enfrentados na constituição dos sujeitos da sociedade tecnológica.

## As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend

O artigo *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* é o título da edição 204 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Miguel Ângelo Flach, professor no Instituto Federal Farroupilha. Segundo Paul Feyerabend (1924-1994), uma ampla abordagem do “racionalismo” faz-se necessária porque este antecedeu historicamente a ciência tal como a conhecemos hoje e, principalmente, porque tal racionalismo se estabeleceu desde a cultura Antiga, tendo, posteriormente, encontrado na ciência Moderna e Contemporânea o seu motor de desenvolvimento. O texto examina as origens históricas do “racionalismo”, rastreando-a desde a Antiguidade no contexto da cultura grega arcaica. Para Feyerabend, um nascente pensamento racional abstrato perpassa o surgimento da filosofia, coincidindo com a ascensão de um racionalismo que coloca a “Razão” (o “R” maiúsculo ilustra criticamente o poder a ela atribuído) como fonte de tradição e que relega a abundância da história, pretensiosamente afirmada como história única.



## Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI

**Cadernos IHU ideias** traz na edição 199 o texto *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI*, produzido em coautoria por Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari. Bragagnolo é filósofo formado pela Universidade de Caxias do Sul – UCS e mestrando na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Nodari é professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UCS, sendo doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Neste trabalho, eles investigam o caminho proposto por Immanuel Kant para a educação do ser humano. Para atingir tal propósito, o texto foi dividido em duas grandes partes – Teoria da educação e Introdução à doutrina da educação: Pedagogia. Os autores analisam também como o caminho proposto por Kant dialoga com o nosso contexto, ou seja, como esse modelo de educação nos fornece argumentos para repensarmos a nossa maneira de educar. A principal obra a sustentar esta análise é *Sobre a Pedagogia* (1803).



Veja algumas das edições já publicadas da **Revista IHU On-Line**



## A organização do mundo do trabalho e a modelagem de novas subjetividades

Edição 416 – Ano XIII – 29-04-2013  
Disponível em <http://bit.ly/ihuon416>

As novas configurações do mundo do trabalho, seus impactos na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras e seus desafios para a organização e a luta da classes, hoje, é o tema em discussão na edição nº 416 da **IHU On-Line**. Contribuem para o debate Ruy Braga, Mário Sérgio Salerno, José Roberto Montes Heloani, José Ricardo Ramalho, Giovanni Alves, Elísio Estanque, Claudio Dedecca, Marcia de Paula Leite, Christian Marazzi e Lucas Henrique da Luz.

## Biocapitalismo e trabalho. Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação

Edição 327 – Ano X – 03-05-2010  
Disponível em <http://bit.ly/ihuon327>

A edição nº 327 foi inspirada pelo livro *Crisi dell' economia globale. Mercati finanziari, lotte sociali e nuovi scenari politici* – “Crise da economia global. Mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos”, em tradução livre (Verona, Ombre Corte/Uninomade, 2009), organizado por Andrea Fumagalli e Sando Mezzadra. Contribuem para a discussão Carlo Vercellone, Christian Marazzi, Federico Chicchi e Stefano Lucarelli, além da própria Andrea Fumagalli. A intenção da revista é contribuir para uma análise das características peculiares da crise financeira do período, identificada como uma crise da globalização tal como a conhecemos, a partir e sob a perspectiva das mudanças do mundo do trabalho.



## O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho

Edição 216 – Ano VII – 23-04-2007  
Disponível em <http://bit.ly/ihuon216>

“Se o capitalismo industrial podia ser caracterizado pela produção de mercadorias, o capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento, e vida por meio de vida”, constata Yann Moulier-Boutang, economista e redator-chefe da revista *Multitudes*, para quem esta produção de vida simultânea resulta em bio-produção. A edição nº 216 da **IHU On-Line** pretende contribuir para o entendimento da mutação do trabalho aí implicada. Sendo assim, contribuem para o debate Gilberto Santos, Yann Moulier-Boutang, Carlos Lemos, Carlo Vercellone, Giuseppe Cocco, Ursula Huws, Silvério Ferreira dos Santos, Marcio Pochmann, Otavio Valentim Balsadi e Maria Aparecida de Moraes Silva.



# O alimento e a nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU e o Instituto Harpia Harpyia – INHAH realizam o XV *Simpósio Internacional IHU. Alimento e Nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* de 5 a 8 de maio de 2014. Com foco nos oito objetivos do milênio, propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU em 08-09-2000, a intenção é discutir as realidades regionais do território brasileiro em termos de alimento e nutrição com base no documento internacional.

A cerimônia de abertura do simpósio ocorre no dia 5, às 17 horas, no Auditório Central, Unisinos. A programação completa está disponível em <http://bit.ly/XVSIHU>, onde também podem ser feitas as inscrições para o simpósio.

## Objetivos estabelecidos pela ONU até 2015

- 1) Acabar com a Fome e a Miséria
- 2) Educação Básica de Qualidade para todos
- 3) Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher
- 4) Reduzir a Mortalidade Infantil
- 5) Melhorar a Saúde das Gestantes
- 6) Combater a Aids, a Malária e outras doenças
- 7) Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente
- 8) Todo Mundo trabalhando pelo Desenvolvimento.

## Confira algumas das conferências do XV Simpósio IHU:

05-05-2014 (segunda-feira)

*Biodiversidade agrícola, recursos genéticos e ética para a agricultura e a alimentação*

Conferencista: Prof. Dr. José Esquinas-Alcázar (Universidad de Córdoba – UCO)

Horário: 18h30min às 20h

Local: Auditório Central, na Unisinos



06-05-2014 (terça-feira)

*Alimento e nutrição para o desenvolvimento do ser humano nos diversos ciclos de vida e especificidades étnico-raciais*

Conferencista: Profa. Dra. Lúgia Amparo da Silva Santos (Universidade Federal da Bahia – UFBA)

Horário: 20h às 22h

Local: Auditório Central, na Unisinos

07-05-2014 (quarta-feira)

*Cenário Nacional da alimentação e nutrição na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*

Conferencista: Prof. Dr. Walter Belik (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)

Horário: 9h às 10h30min

Local: Auditório Central, na Unisinos



*Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Metas atingidas, desafios e perspectivas para a erradicação dos males da fome*

Conferencista: Profa. Me. Maria Emília Lisboa Pacheco (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE/RJ)

Horário: 20h às 22h

Local: Auditório Central, na Unisinos

08-05-2014 (quinta-feira)

*Desenvolvimento à luz da sociobiodiversidade para superação da miséria e dos males da fome*

Conferencista: Profa. Dra. Tânia Bacelar de Araújo (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

Horário: 9h às 11h

Local: Auditório Central, na Unisinos

